

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP**

Deyse Cristiani da Silva

Panorama da Educação a Distância aplicado nas Pontifícias Universidades Católicas
do Brasil

Mestrado em Tecnologia da Inteligência e Design Digital

**São Paulo
2012**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP**

Deyse Cristiani da Silva

Panorama da Educação a Distância aplicado nas Pontifícias Universidades Católicas
do Brasil

Mestrado em Tecnologia da Inteligência e Design Digital

**São Paulo
2012**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Tecnologias da Inteligência e Design Digital - área de concentração em “**Processos Cognitivos e Ambientes Digitais**”; Linha de Pesquisa “**Aprendizagem e Semiótica Cognitiva**” pela Pontifícia Universidade Católica de São, sob orientação do Prof(a). Dr(a). Sonia Maria Macedo Alegretti.

São Paulo

2012

Folha de Aprovação da Banca Examinadora

Dedico esse trabalho ao meu grande companheiro e dedicado em todas as horas que precisei de ajuda, conselho, paciência e muito amor, Jefferson dos Santos meu esposo amado. A toda minha família que sempre me apoiou em tudo que fiz em minha vida com toda dedicação, meu grande e eterno carinho por sempre estarem ao meu lado.

Agradecimentos

Eis que chegou o momento de expressar sinceros agradecimentos a muitos e tantos adorados familiares e amigos – tanto aos ‘velhos’ e queridos quanto aos que se revelaram ao longo desse tempo.

Bem sei que corro o risco de não dar conta desse “muitíssimo obrigado” como é merecido, porque será difícil exprimir a beleza que foi esse movimento de energias e impulsos que foram chegando. Por tudo isso destaca-se também, para além da mera formalidade, um sentido: o da formação de uma verdadeira rede de solidariedade e de muito, muito afeto.

Para maior percepção desse sentido devo contar que esta não foi uma caminhada breve, mas uma travessia que parecia sem fim, principalmente pelas intercorrências pessoais de toda ordem, que me atropelaram. Esses percalços, longe de obscurecerem o trajeto, aumentaram-lhe o brilho. E, ao invés de me deterem, impulsionaram-me com mais força.

Se o desafio era enorme, as motivações eram grandiosas, somadas às espontâneas generosidades que fizeram possível a transformação de instantâneos momentos de angústia e sofrimento em uma estrada larga, margeada de flores, frutos e frondosas árvores! Uma estrada toda verde – repleta de cheiros, cores, e sons – cujo nome é esperança e cuja base é a busca de saberes, representada por um “feixe de possíveis”, na direção de atenção mais integral à formação do meu trabalho.

Talvez esta tese seja o resultado mais visível desse processo de construção em meio a uma conjuração de afetos e amizades. Dessa forma, dando continuidade à história, dedico algumas palavras àqueles que dela fazem parte direta ou indiretamente ou, ainda, pelo fato de simplesmente existirem.

Ao meugrande amor, Jefferson dos Santos, os mais profundos agradecimentos por suas sábias lições de esperança; sempre repetindo palavras essenciais – como, por exemplo, amor, compreensão, alegria – infundiram-me a confiança necessária para realizar os meus sonhos.

À Professora Sonia Maria de Macedo Alegretti agradeço profundamente por ter assumido a orientação desta tese em um tema que possui grande conhecimento,

tendo-me brindado com importante colaboração na discussão do trabalho, dosando as críticas com comentários de incentivo.

À minha família mãe, pai, padrasto, irmãs, sogro, sogra, cunhadas, sobrinhos e minha querida filha de consideração Sophia dos Santos que alimentou de grandes forças no momento que pensei que não iria conseguir.

Há muito mais a quem agradecer... A todos aqueles que, embora não nomeados, me brindaram com seus inestimáveis apoios em distintos momentos e por suas presenças afetivas em inesquecíveis, o meu reconhecido e carinhoso muito obrigado!

Todos vocês são co-autores deste trabalho!

Uma educação que possibilite ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o coloca em diálogo constante com o outro. Que o predispõe a constantes revisões. À análise crítica de seus 'olhados'. A certa rebeldia no sentido mais humano da expressão. Que o identifique com métodos e processos científicos.

PAULO FREIRE

RESUMO

Linha de Pesquisa: **Aprendizagem e Semiótica Cognitiva**

O desenvolvimento deste trabalho, pretendeu-se levantar uma panorama sobre a educação à distância, considerando seus aspectos históricos, suas especificidades, legislação e as condições de sua implementação em nosso país, especialmente nas Pontifícias Universidades Católicas no Brasil. Concebe-se a educação como formadora do ser humano, para além da perspectiva de capacitação de recursos humanos, de modo à contemplar não apenas soluções para atender as atuais necessidades materiais da população, mas que contribua para a emancipação humana como um dos requisitos para o exercício da cidadania. A educação a distância rompe com a relação espaço/tempo, que tem se destacado nas instituições de ensino superior, e se concretiza por intermédio da comunicação mediada, pela mídia e apresentada no modelo de Educação a Distância apresentado nesse texto. A questão da pesquisa consisti uma investigação do ensino a distância das Pontifícias Universidades Católicas do Brasil, partindo do modelo de Educação a Distância apresentado no Capítulo 3, bem como na verificação se os modelos aplicados nas instituições de ensino são fiéis às visões e características humanísticas que propõem realizar em seus Projetos de Desenvolvimento Institucional. A metodologia aplicada utiliza o método de análise documental, de pesquisa qualitativa descritiva. As visões, missões e objetivos definidos por cada Instituição de ensino Superior são analisadas nessa pesquisa. A aplicabilidade exercida por cada uma, e se o que foi explicitado nos Projetos de Desenvolvimento Institucionais é de fato exercido em especial na Educação a Distância. Os autores que embasaram este trabalho são Ricardo Rossato, José Manuel Moran, Marcos Formiga e Marco Silva. O primeiro capítulo explicita a História da Universidade: surgimento, consolidação e as atualidades, no segundo capítulo, estão estruturados os conceitos, histórias, legislação e modelos da Educação a Distância e, por fim, no ultimo capítulo, são explicitadas as visões, características e aplicabilidade da Educação a Distância nas Pontifícias Universidades Católicas no Brasil. A conclusão do trabalho visou diferenciar as visões e concepções de acordo com Projeto de Desenvolvimento Institucional das PUCs no Brasil, partindo do modelo de Educação

a Distância exposto anteriormente, avaliando se o ensino a distância está sendo aplicado visando o humano e não a quantidade de alunos.

Palavras chaves: **educação a distância, ensino-aprendizagem, modelos de ensino a distância, visões e características.**

ABSTRACT

Research Line: **Learning and Cognitive Semiotics**

The development of this work, we intended to raise an overview of distance education, considering its historical aspects, its specificities, legislation and the conditions of its implementation in our country, especially in the Pontifical Catholic universities in Brazil. It is conceived education as forming the human being, beyond the prospect of training human resources in order to not only contemplate solutions to meet the material needs of the current population, but contributes to human emancipation as a prerequisite to citizenship. Distance education breaks the relationship with space / time, it has excelled in higher education institutions, and is realized through mediated communication, the media and presented in the model of distance education presented in this text. The point of the research was to investigate the distance learning of the Pontifical Catholic University of Brazil, based on the model of distance education presented in Chapter 3, as well as verification that the models applied in educational institutions are faithful to the views and humanistic characteristics that proposes to make in their Institutional Development Projects. The methodology uses the method of document analysis, descriptive qualitative research. The visions, missions and goals defined by each institution of higher education are analyzed in this research. The applicability exerted by each, and what was explained in Institutional Development Projects is actually exercised especially in Distance Education. The authors of this work are that based Ricardo Rossato, José Manuel Moran, Marcos Formiga and Marco Silva. The first chapter explains the history of the University: emergence, consolidation and updates, in the second chapter, the concepts are structured, stories, laws and models of distance education and, finally, in the last chapter, the visions are explained, and features applicability of Distance Education at the Pontifical Catholic universities in Brazil. The conclusion of the study aimed to differentiate the visions and conceptions according to Institutional Development Project of PUCs in Brazil, based on the model of Distance Education foregoing assessing whether distance learning is being applied targeting the human and not the number of students.

Keywords: **distance education, teaching-learning, distance learning models, views and features.**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1

- Ensino Universitário na oferta regional no período de 1968-1978.... 36

Tabela 2

- Quadro demonstrativo do Ensino a Distância na PUC-Campinas, cursos oferecidos atualmente 105

Tabela 3

- Cursos Oferecidos pela PUC-Rio de Janeiro 112

Tabela 4

- Dados dos cursos oferecidos no Ensino a Distância nas Pontifícias Universidades Católicas no Brasil 126

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	19
- A Universidade: Surgimento, Consolidação e Atualidades	19
- Igreja Católica no Ensino Superior Brasileiro	40
CAPITULO 2	
- Educação a Distância: Conceitos e História no Brasil	48
- História da Educação a Distância	52
- Considerações Históricas da Educação a Distância no Brasil	57
- Legislação da Educação a Distância	71
- Órgão de Ensino Superior em Educação a Distância	80
- Modelo de Educação a Distância	86
- Perfil dos alunos	87
CAPITULO 3	
- Pontifícias Universidades Católicas do Brasil: Visões, Características e Aplicabilidade do Ensino de Educação a Distância	93
- Pontifícia Universidade Católica do Brasil	96
- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	96
- Pontifícia Universidade Católica de Campinas	99
- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	106
- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	113
- Pontifícia Universidade Católica do Paraná	118
- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	120
- Pontifícia Universidade Católica de Goiás	122
CONCLUSÃO	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132

INTRODUÇÃO

As experiências pessoais e profissionais durante a minha vida na maioria das vezes me proporcionaram a grandes reflexões, e isso sempre foi um fator que me faz buscar respostas para tentar satisfazer tais indagações. A curiosidade presente a todo o momento me mostra que devo cada vez mais aguçar meus sentidos, em cada experiência vivida deve ser intensa para que os caminhos que trilhamos sejam cada vez mais voltados a uma direção que nos aponte o caminho certo.

Em relação aos fatores que motivaram a investigação em questão emergiu no meu ambiente de trabalho, sou formada em Letras-Português pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e trabalho no setor acadêmico na Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia. A questão educacional sempre me despertou curiosidade, fato este que quando em 2008 foi credenciado o curso de Matemática na modalidade a Distância meu interesse aumentou e procurei me aprofundar nas questões de Educação a Distância.

As minhas pesquisas iniciaram no sentido de estar familiarizada com as questões de tecnologia educacional, procurei cursos que me pudessem auxiliar para o encaminhamento dos meus estudos, e foi no Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Inteligência e Design Digital que iniciei a localizar os meus reais questionamentos. Na mesma ocasião entrei em contato com a Associação Brasileira de Educação a Distância a qual me apresentou um cenário complexo e diversificado das concepções educacionais existentes na construção de cursos na modalidade à distância.

O fato de ser colaboradora em uma Pontifícia Universidade Católica e também da minha formação acadêmica, sempre me fez refletir nas peculiaridades existentes nas Universidades Católicas para obterem o título de Pontifícia e no tocante das suas concepções de mundo e de homem almejado e sua relação com a ciência e tecnologia.

Os estudos do Programa de Pós – Graduação em Tecnologia da Inteligência e Design Digital tem acrescentado as várias experiências apresentadas pela Associação Brasileira de Ensino a Distância e me fez questionar se as Pontifícias Universidades Católicas do Brasil tem os mesmos princípios pedagógicos intrínsecos nos processos de ensino na modalidade à distância.

A escolha do tema de pesquisa, sem dúvida alguma, foi devido a estar comprometida com contribuição a ser oferecida para o avanço do conhecimento nessa área de investigação. Isso significa dizer que não bastam às razões pessoais para justificar a escolha do tema, é fundamental que se tenha claro a sua relevância social, portanto é isso que desejo realizar nessa pesquisa.

Desse modo, a questão se coloca a partir da importância que vem assumindo a modalidade de ensino a distância no sistema educacional brasileiro e focando ao ensino superior, em especial as Pontifícias Universidades Católicas.

As expressões, “comunitária”, “extensão”, “projetos sociais”, “ação de extensão” “humanismo” se unem para explicitar a composição que são aplicadas nas Pontifícias Universidades Católicas em todo o Brasil, proporcionando um ambiente onde teremos sempre a oportunidade de verificar o que é aplicado de acordo com as concepções e expressões no ensino, fundamentando a ação de poder difundir o conhecimento do indivíduo.

A Universidade tem um forte papel para aqueles que vivem dentro dela, como para a sociedade, assim destacou Sousa (1998):

“Como um dos aparelhos formadores, a universidade deve reconhecer que a educação não lhe pertence unicamente, e que seu papel é abrir o horizonte intelectual do estudante, colocando conteúdos que tornem a educação um instrumento não só para a vida, mas para a transformação da vida e da sociedade. Participar desse resgate da cidadania é obrigação da acadêmica.” (pg. 32)

Nessa linha de reflexão é possível verificar a atuação que liga diretamente à graduação, a pesquisa e o valor social empregado nas ações que são desenvolvidas nas Universidades Católicas e conseqüentemente intrínsecas nas Pontifícias Universidades Católicas espalhadas em todo o Brasil. São claras as evidências que todas as Pontifícias nos mostra no processo de transformação do ensino que se torna cada vez mais forte junto à sociedade para a formação de um cidadão com tais princípios.

Todas as ações abordadas no ensino dentro das Universidades Católicas, além de representarem uma intenção de se aplicar a linha de pesquisa com

questões relacionadas à cidadania e justiça social, possibilitam o processo de desenvolvimento, no sentido de aplicar o senso crítico e de percepção dos problemas nacionais relacionados aos nossos alunos.

Cada vez mais vemos a intenção existente na sociedade, provocando cada vez mais o direcionamento para as instituições e organizações de ensino, para ocupar o papel que possam ser diretamente ligado a “comprometimento social”, diante a todos aqueles que se dispõe a estar dentro desse ambiente, assim a tendência cada vez mais é que tais instituições de organizações sejam o ambiente capaz de construir e consolidar a cidadania citada anteriormente, com os direitos e deveres dentro da sociedade que esta inserida.

É importante que se reflita o valor da ação na extensão dentro do comprometimento social – não da responsabilidade social – aplicado nas Instituições de Ensino Superior. Ainda que tenhamos o conhecimento que se aplicam nas iniciativas de distribuir o que tem sido realizado nessas ações, temos também varias outras frentes de ensino que tratam sobre esse valor não agregando totalmente as Instituições de Ensino Superior, porém compartilhando essas ações para todos aqueles que se mobilizam em propagar o ensino.

Para prosseguir com os objetivos do estudo, realizei uma estrutura de um determinado percurso onde busquei para que fosse dado o desenvolvimento dessa pesquisa, relacionando os objetivos gerais, que foi tratado baseados na seguinte linha de pesquisa;

- Como a questão de investigação será verificada se os cursos na modalidade a Distância seguem os mesmos princípios da Modalidade presencial declarados nos seus respectivos Projeto de Desenvolvimento Institucional.

A escolha dos objetivos de um estudo onde propomos caminhos onde direcionaremos os compromissos de aplicar prática na pesquisa que devem chegar próxima a escolha certa para a construção do conhecimento científico. O método deve ser aplicado de modo com que a compreensão da realidade que nos deparamos e valorizando contrapondo a dinâmica do fato observado e das atividades que é criado o sujeito, possibilitando trazer contribuições no objeto a ser analisado e também a pesquisa. Levando-nos a verificar a relevância da prática social como fator essencial na veracidade das informações e descobertas durante a

pesquisa. Portanto as verdades científicas, em geral, significam graus do conhecimento, limitado por cada história.

Destaco os objetivos específicos;

- Descrever a modalidade de Educação a Distância a partir das características e procedimentos pedagógicos empregados nas Pontifícias Universidades Católicas do Brasil.
- Identificar os princípios Educacionais nas Pontifícias Universidades Católicas do Brasil, em relação às práticas do Ensino a Distância.
- Apresentar as diferentes características de Educação a Distância nas Pontifícias Universidades Católicas do Brasil.

Para que os objetivos dessa pesquisa qualitativa descritiva fossem concretizados, a metodologia aplicada foi utilizar o método de análise documental contemplando por meio dos sites das instituições, teses publicadas relacionadas ao ensino de Educação a Distância nas instituições abordadas, Projeto Pedagógico dos cursos oferecidos, lei que regem o ensino de Educação a Distância, Estatutos, Regimentos e Projeto de Desenvolvimento Educacional de cada Universidade, onde possibilitou dar subsídios para contemplar o objeto de estudo dessa pesquisa.

A construção de cada processo da pesquisa foi estruturada de forma a utilizarmos uma organização clara, sendo explicitado tudo o que foi percorrido e aplicado em discussões, para que possamos chegar com êxito ao objetivo principal citado anteriormente.

- **Informações pertinentes sobre as Pontifícias Universidades Católicas do Brasil:** nesse momento será informada a atuação que cada Pontifícia dispõe aos seus alunos atualmente;
- **Educação a Distância:** dados das concepções, conceituações da ação do ensino a distância em relação à identidade católica e nas ações efetivamente desenvolvidas. Legislação
- **Identidade da Universidade e seus ideais:** nesse tema será abordado a história da universidade, visões, ideais, perceptivas, missões e atuações na Universidade;

- **Ensino de Educação a Distância:** procuramos saber que é o gestor do ensino à distância, em cada instituição, qual é o seu perfil, visão e valores, formação acadêmica e sua identificação com o ensino a distância;
- **Avaliação:** complementando e possibilitando o fechamento dos objetivos, pesquisaremos a partir desses apontamentos levantados, se a Universidade está no caminho de uma instituição de ensino que atende às exigências do Ministério da Educação do Brasil e se também contempla a visão do modelo de Ensino a Distância.

A definição do objeto de pesquisa, assim também como a opção de trabalho metodológico que foi definida inicialmente, empregará o processo que é tão relevante para o pesquisador, quanto à conclusão de sua pesquisa. Essa definição nos possibilitou fazer opções da metodologia que foram aplicadas, na aprendizagem do trabalho que podemos verificar nessa construção do objeto, podendo assim obter cada vez mais as ferramentas no desenvolvimento de cada fase. As considerações finais serão passíveis de todas as razões deste objeto, tendo sua interpretação os resultados explicitados fornecendo algo capaz de convencer o outro que vai analisar e assim julgar seu entendimento. Com isso os caminhos serão entrelaçados e seguidos de modos diferentes, porque são sempre visões diferentes, porém com todos os fatores relevantes de uma pesquisa.

Ao conhecer, caracterizar, analisar e elaborar sínteses sobre um objeto de pesquisa, o investigador dispõe atualmente de diversos instrumentos metodológicos. Sendo assim, o direcionamento do tipo de pesquisa que será empreendido dependerá de fatores como a natureza do objeto, o problema de pesquisa e a corrente de pensamento que guia o pesquisador. Goldenberg (2002) sintetiza esse pensamento: *“o que determina como trabalhar é o problema que se quer trabalhar: só se escolhe o caminho quando se sabe aonde se quer chegar”*.

O pesquisador como parte descritiva no trabalho, é relevante destacar que o não será feita nenhuma intervenção sobre a situação, mas é importante que tenha a visão do conhecimento explícito que será visto nela. Com o conhecimento das informações é fato o período em que o pesquisador faça o confronto da situação presente das que já existem no ambiente da educação, podendo ter a possibilidade de termos novas teorias ajudando as já existentes, e questões para uma nova

pesquisa futuramente. Na pesquisa serão feitas descobertas, e será papel do pesquisador partir do pressuposto teórico no início da pesquisa, porém será preciso atentar-se ao fato que novos elementos serão vistos que poderão ser divergentes ao pensamento inicial, e assim feitas à ligação entre ambos e o desenvolvimento do seu trabalho.

No levantamento documental, destacamos os elementos inseridos nas visões e missões nas Pontifícias Universidades Católicas do Brasil, direcionados a Educação a Distância. Os valores que são pontos essenciais para apresentação dos seus respectivos cursos. Nesse momento, a pesquisa terá em sua essência, o objeto que foi discutido e comparado dentro dos modelos de Ensino a Distância.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, iremos descrever a História da Universidade, como seu surgimento da Universidade no Brasil e sua consolidação e a ligação da Igreja Católica no desenvolvimento educacional. No segundo capítulo abordaremos a História da Educação a Distância, expondo as principais informações para o entendimento desse ensino. E por fim no terceiro capítulo trabalharei a identidade de cada instituição de ensino com a titulação de ser Pontifícia Universidade Católica que hoje existe em todo o Brasil e, poder analisar as características e aplicabilidade no ensino de Educação a Distância e poder finalizar diagnosticando as possíveis visões e práticas comuns entre elas.

CAPITULO: 1

A UNIVERSIDADE: SURGIMENTO, CONSOLIDAÇÃO E ATUALIDADES

O grande desafio no papel que as Universidades empregam no decorrer de sua história, e sem dúvida expressar o verdadeiro entendimento da sua atuação pelos seus gestores e consequentemente o entendimento aos seus alunos. A intenção de inserir esse dado na pesquisa é possibilitar verificarmos os vários pontos e fatos da história, e assim podermos pensar e refletir sobre como surgiu a Universidade que nos acompanha durante todo o período de nossas vidas acadêmicas nos proporcionando sermos sujeitos participativos dentro da função social de uma sociedade.

A busca por autores para que possamos basear na definição de uma Universidade não ocorreu de forma fácil, assim como toda essa pesquisa, porém foi possível verificar na autora Isaura Belloni (1992) a seguinte definição sobre universidade;

“Apesar de existir por vários séculos e em países profundamente distintos entre si, não há conceito único e universalmente válido de universidade, nem suas funções são as mesmas em tempo e em espaços diferentes.”(pag. 67)

Ao longo de sua atuação e desde o seu surgimento a Universidade vem suportando, todas as alterações que deram sentido aos vários aspectos de sua situação dentro do ambiente político e social. Cada situação vivida por cada instituição de ensino é demonstrada no decorrer dos anos até os tempos de hoje, sempre ligada ao poder de ser um centro de conhecimento ao aluno.

De acordo com análise dos autores Christophe Charles e Jacques Verger (1996), temos um breve relato da concepção de uma universidade dentro do parâmetro da civilização;

“As universidades sempre representaram apenas uma parte do que poderíamos denominar, de modo amplo, ensino superior (...). Ao decidirmos partir das universidades propriamente ditas – sem por isso

limitarmo-nos estritamente a elas – adotamos uma perspectiva particular. Se aceitarmos atribuir a palavra universidade o sentido preciso de “comunidade (mais ou menos) autônoma de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas em um nível superior”, parece claro que tal instituição é uma criação específica da civilização ocidental, nascida na Itália, na França e na Inglaterra no início do século XIII. Esse modelo de vicissitudes múltiplas perdurou até hoje (apesar da persistência, não menos duradoura de formas de ensino superior diferentes ou alternativas) e disseminou-se mesmo por toda a Europa e, a partir do século XVI, sobretudo nos séculos XIX e XX, por todos os continentes. Ele tornou-se elemento central dos sistemas de ensino superior e mesmo as instituições não-universitárias situam-se, em certa medida, em relação a ele, em situação de complementaridade ou concorrência mais ou menos notória.” (pág. 112)

O que podemos verificar com as confirmações dos autores acima citados, é a reflexão do surgimento da Universidade na civilização, permitindo-nos a perceber o verdadeiro entendimento do surgimento da Universidade.

Partindo do pressuposto de ser fruto da intensificação da vida urbana, as Universidades tiveram como ponto de partida, uma estrutura análoga às *corporações de ofício* (chamadas de *universitas*). Caminhando sempre no papel de centralizadora do conhecimento, fórum de debate e difusão de idéias. A sua história aos poucos se confunde com a própria história do pensamento, passando a assumir um virtual monopólio. Até século XII o ensino era monopolizado pela igreja. Aos poucos, este poder é delegado ao *chanceler*, cujo poder diminuiu com o tempo. Com o crescimento do número de alunos, surge a licença para lecionar (*licencia docendi*) delegada a cidadãos leigos.

Os países pioneiros nesse início das Universidades, foram a Bolonha e Paris sendo elas as primeiras universidades na Europa. Na Bolonha, a mais antiga, datada de 1088, caracterizada como a Universidade dos estudantes por sua

organização como nações. A de Paris, a mais importante, criada no século XII, serviu de modelo para outras instituições, oficializada em 1200, implantada dentro dos estabelecimentos religiosos, igrejas ou mosteiros, sendo submetida aos regulamentos e disciplinas da Igreja.

A Universidade de Paris cresceu sendo estimulada pela localização geográfica e por causa da administração real. A coligação, quanto à denominação que era outorgada à Universidade, se forma em 1150, no século XII, e adquire o título de Estudos Gerais, onde a Teologia é a mais importante de todas. Já no século XIII foi consolidada, podendo ter as primeiras conclusões, formando assim a Corporação dos Mestres Parisienses (1262) ou *Universitas Magistrorum ET Scholarium*, composta por alunos e professores, mas os mestres eram em maior quantidade.

De acordo com o autor Rossato (2005) o local recebia grandes números de alunos vindo de todas as nações tendo então o reconhecimento oficial da mais alta autoridade civil, o Papa, normalmente por meio de uma bula. Em Bolonha, o sistema de organização e de ensino dos Estudos Gerais seguiu outros moldes para atender anseios municipais, carente de juristas e de administradores. Sua estrutura eminentemente estudantil dominava a corporação dos mestres, determinando o salário, os métodos de ensino e até as exigências para a colação de título.

Com as cobranças de multas dos mestres faltosos ou que não tinham suficiente competência e os reincidentes podiam ser até expulsos, como explica o autor ROSSATO, 2005. As instituições que possuíam as quatro faculdades: Artes, Teologia, Decretos e Medicina, recebiam a denominação de *studium generale*. Era consenso que nesta época, “a universidade era uma escola de fundação pontifícia (e, mais tarde imperial) cujos membros, organizados em corporações ou não, gozavam de certos privilégios de caráter universal- *licentia uquedocendi*– e dos privilégios eclesiásticos” (Rossato, 2005).

Conforme Rossato (2005), as Universidades de Paris eram regidas por um governo democrático, com localização privilegiada sendo elas bem perto dos centros, onde grande parte da população se concentrava e ainda tinham vantagens especiais legais e pecuniárias, entre eles: a colação de grau era a licença para ensinar, antes somente concedida pela igreja; possuíam já nesta época o direito de greve, de recessão ou de mudar a universidade - caso os privilégios fossem

infringidos; isenção dos estudantes do serviço oficial e de impostos; e, o mais importante, o de jurisdição interna, ou seja, o de julgar seus membros em todos os casos civis e em muitos criminais.

Com a citação de Rossato, 2005 podemos ter uma visão metodológica da educação universitária da época:

“A educação universitária, a princípio, era totalmente livresca, feita por uma seleção muito limitada de livros em cada campo, livros que eram aceitos como se suas palavras fossem a absoluta e última verdade. Era dirigida muito mais para o domínio do poder dos discursos formais, especialmente argumentação, do que para a aquisição de conhecimento ou para a busca da verdade no sentido mais amplo, ou mesmo para familiarizar o estudante com aquelas fontes literárias do saber que, embora ao seu alcance, estavam fora da aprovação eclesiástica ortodoxa.”
(pág. 45).

No início do século XVI na Europa podemos constatar que foi marcada pelos movimentos religiosos que forma a ir contra as normas estabelecidas pela Igreja Católica. No decorrer desse movimento, o cenário era expresso pelos fatos políticos e da economia local, porque concedida com a grande expansão da burguesia da época, na procura pelo grande lucro e de uma valorização do empreendedor, que a Igreja Católica condenava literalmente. Pois a grande preocupação da Igreja naquele momento era de ampliar seu enriquecimento, deixando de lado os princípios maiores e de grande relevância, que era a fé a Deus se distanciando cada vez mais de transmitir seus de ideais implícitos na simplicidade, na pobreza e também no sofrimento de seus seguidores.

Nesse século, o que imperava era o modelo Europeu, especialmente o francês que exercia grande influência em Portugal e Espanha, sendo assim adotado pela América Latina nas sociedades e universidades. Nesse sentido, a educação superior era destinada somente para a elite dos países latinos, como também o acesso aos postos políticos e burocráticos (Rossato, 2005).

Foi relacionado que até o final do século XVIII foram indicadas dezenove universidades na América Latina e, posteriormente, mais trinta e uma sendo criada no século XIX. Aproximadamente todos os países latino-americanos já possuíam uma ou mais universidades, com exceção do Brasil (Rossato, 2005).

Gradativamente, as universidades da América Latina puderam deixar de sofrerem as influências dos modelos do exterior, em especial o francês, pois não conseguiam conciliar o ensino profissional com a atividade científica. No século XIX, a América do Norte sofreu uma grande expansão no ensino superior. Consequentemente, a Universidade Latina “não conseguiu fugir da influência norte-americana, que avançava como um rolo compressor sobre o continente” (Rossato, 2005).

Foi o modelo alemão do século XIX que estabeleceu um padrão vinculando a pesquisa científica com o ensino superior. Na França, a atividade científica esteve vinculada aos institutos independentes (...). Nos Estados Unidos, que assimilou o modelo alemão, houve inovação ao nível da formação dos cientistas nos cursos de doutoramento, credenciando-os para atividades universitárias e outras externas, diferentemente dos doutorados europeus. (pág. 71)

Ainda na linha de pensamento dos autores, Charles e Verger (1996), as universidades que tiveram suas origens medievais, tinha a preocupação de serem as mais importantes dentre os lugares onde se localizavam, mantendo assim suas instituições mais antigas como modelos para novas fundações e assim não deixar que as raízes sejam difundidas. Daí então começa a surgir em cada estrutura universitária, variadas inovações educativas. Assim a tipologia e a terminologia das instituições mostraram-se muito mais complicadas, implicando nas uniformidades aparente das *universitas* da era medieval, do lugar comum à diversidade com práticas existente em locais e caracteres nacionais.

Nas faculdades ensinadas das universidades medievais eram Artes (Filosofia), Teologia, Direito Canônico e Civil e Medicina. Na faculdade de Artes era o ensino era apenas uma preparação para o ingresso de faculdades superiores

como Teologia, Direito e Medicina, e assim era ensinado as Sete Artes Liberais: o *trivium*, composto pela gramática, retórica e dialética, e o *quadrivium*, com a geometria, aritmética, música e astronomia, em conjunto com as Sagradas Escrituras. Charles e Verger (1996) afirmam que havia distinções na caracterização das faculdades quanto aos assuntos e autores trabalhados:

Prisciano (por volta de 500) na Gramática, Aristóteles na Lógica e na Filosofia, a Bíblia na Teologia, os dois Corpus (Júris civilis e Júris cononici) no Direito, um conjunto mais compósito (tratados hipocráticos, galênicos e árabes) na Medicina, constituíram autoridades essenciais [...].

Quando chegamos ao século XX, que podemos destacar como o século da universidade, foi registrado que nesse período ocorreram grandes mudanças que acarretaram transformações relevantes no ensino superior. A expansão atingiu diversos países de todo o mundo e conseqüentemente vários grupos sociais receberão essas mudanças e assim novos comportamentos foram vistos chegando atingir as concepções sociais (Rossato, 2005).

O século XX registrou grandes avanços nos diversos campos sociais. Nesse período, especialmente na segunda metade, também a universidade conheceu notável crescimento, seja em áreas tradicionais seja nos novos caminhos. (pág. 25)

Na Idade Média a educação universitária tinha a preocupação em direcionar seus domínios para o conhecimento das escritas nos livros, sendo elas verdades absolutas, em detrimento a busca do saber crítico e inovador.

O sistema aplicado na Inglaterra foi empregado e caracterizado com a formação humanista e por meio da transmissão do conhecimento foi destaque nesse período nas universidades, assim esse modelo norte-americano, conduziu e predominou no ensino. Porém quando verificamos o padrão aplicado pelos alemães é possível verificar a notável mudança nessa transmissão do conhecimento onde se valoriza uma universidade que a comunidade de seus pesquisadores tem a liberdade política e acadêmica.

A Universidade conseguiu constituir e consolidar em uma instituição universal, onde gerou-se uma multiplicidade de modelos que renovou a gestão condicionada a condições sociais emergentes, flexibilizando a formação dos novos alunos. É importante destacar que atrelado a essas mudanças, novas áreas de conhecimento foram sendo desenvolvidas, crescendo assim o intercâmbio de alunos dentro os continentes. Os países que tiveram esse desenvolvimento dentro das universidades ocorreram uma notável expansão que permitiu deixar de pertencer de um país de pequenos números de estudantes para uma constituição de uma grande transformação do quadro sócio econômico e passou a ser inserida no centro e assim inquietar várias lideranças políticas.

A segunda metade do século XX foi marcante e renovador em referências as mudanças no campo social, especialmente nas últimas décadas. Tais transformações políticas e econômicas tiveram grande relevância e influência dentro da educação, e as recentes tendências da globalização e do capitalismo trazendo na sua capacidade no neoliberalismo e a própria pós-modernidade com todas as suas contestações. É possível notar um grande crescimento sem precedentes no número de matrículas no ensino superior em todos os continentes.

Com o crescimento nas universidades gradativamente, é possível constatar que todas tinham a intenção e conseguiram atender as necessidades e às pretensões que se dispuseram a fazer naquele período. Contudo, não podemos deixar de citar que as universidades estavam focadas em atender primeiramente os interesses relacionados alguns grupos inseridos na alta sociedade e também ao Estado e conseqüentemente após atender esses grupos a universidade atendia o restante da comunidade.

É notável percebemos que no decorrer dos fatos que verificarmos ao observar a história da Universidade, a percepção e o conceito que ela designa quando fazemos referência ao lugar restrito à busca da veracidade das informações e o saber que é inserido da forte ideologia que é empregada. Como consta na história é relevante conferir que há apesar de muitos manifestos a favor e contra as ideologias aplicadas, a Universidade sempre esteve envolvida com alguma pessoa em específico, seja o autoridade máxima católica o Papa, o rei da época, um Estado específico o grupo ou classe social voltado aos interesses da universidade naquele momento.

A junção de universidade, conhecimento e Estado, pode alcançar o ponto de destaque e também crítico com as novas relações entre ciência e poder. A transformação dos paradigmas científicos como a influência mútua do Estado e a sociedade, ocorreu a partir da eficácia quando olhamos por meio dos termos econômicos e militares. Assim da mesma forma, as universidades, inseridas na produção científica e tecnológica para o mercado ou para o Estado, ficaram submetidas a lógicas que afetaram substantivamente sua autonomia acadêmico-científica tradicional.

A evolução das universidades era cada vez mais notável naquele período, desde o seu início o enriquecimento que foi agregado a essa instituição foi possível obter muitas transformações no ensino, e não podendo deixar de citar as relações com a Igreja, o Estado ou com autoridade local. Perante essa evolução ainda era preciso que a instituição pudesse obter também mais autonomia, para que assim seu desenvolvimento seja perante todos, de forma mais agressiva podendo acrescentar os valores que desejam ser transmitidos. O que pode ser visto nessa determinada fase da universidade era ainda a permanência do capitalismo e a geração do mundo empresarial influenciando diretamente na detentora do conhecimento, a universidade. Era então preciso rescindir com o papel até então imposto, de formadora de grupos de elites.

Para Buarque apud Rossato (2005) o autor nos mostra que a universidade contempla dois tipos de futuro; o prolongamento linear dos fatos ocorridos no passado, com novas perspectivas e respostas para essas indagações dentro do mesmo tempo paradigmático, e a partir do que nasce da abertura do que passou, teremos uma nova organização social, conseqüentemente com idéias inovadoras da ideologia da instituição de ensino, podendo indagar cada vez mais assuntos diversos. Nessa linha de raciocínio, a universidade contempla a forma participativa e privilegiada da grande experiência de se poder construir uma nação.

A universidade está ligada ao pensar, entender, formular e ao criar do pensamento que servirá como caminho para a edificação de novos cidadãos dentro de um país. Percebemos que muito ainda pode e foi feito, com a formulação desse caminho que estão abertos diariamente, relevantes da vontade política, da crítica e do conhecimento que superar as fronteiras dos muros institucionais.

O nascimento da Universidade no Brasil surgiu e se consolidou baseado por modelos europeus de instituição de ensino e como desde o surgimento não poderia ser diferente, também teve forte influência da Igreja Católica. Essa influência foi alentado pelo modelo da educação jesuíta, onde podemos verificar que foi aplicado um currículo clássico tendo em vista codificação do pensamento e cultura que foi aplicado na sociedade daquele período, sendo aplicados aos alunos cursos profissionais de Teologia, que imperava naquela época, e assim poder ter uma preparação para a formação com visão totalmente direcionada a religiosidade, reproduzindo a universidade medieval.

No período Colonial não tivemos nenhuma universidade no Brasil, e partindo dessa amostra de uma resistência da idéia de como uma universidade era tratada nesse momento, foi possível identificar pela visão do autor Anísio Teixeira, onde nos mostra nas suas escritas, a visão de que havia uma resistência contraditória. A vinda da Família Real pode-se ser instituído as duas primeiras faculdades de Minas e Mineralogia, logo em seguida foi criada a de Engenharia consequentemente com a Academia Militar. Assim era possível constatar que durante toda a monarquia, foram desenvolvidos e apresentados 42 projetos dentro da universidade, totalmente relevantes para expressar o avanço dentro da educação. Porém a apresentação desses projetos não eram fácil de convencer o governo e o parlamento, pois sempre com respostas negativas para essas iniciativas com a justificativa de que

“a universidade é uma coisa obsoleta (...) porque o ensino tem que entrar em fase de especialização profunda; a velha universidade não pode ser restabelecida” (Teixeira, 1968 pag. 35).

No período do império o desenvolvimento no ensino superior pode ser visto como pequeno e lento, pois nesse mesmo período ocorreu a grande expansão na República. A ampliação no ensino permaneceu linearmente ligado às indigências da realidade política, econômica e social daquela sociedade. As transformações nos grupos médios da burocracia do Estado e das empresas com o bacharelismo tiveram grande relevância na execução das mudanças no ensino superior na primeira República. Quando apareceu esse período republicado, o Brasil tolerou as mutações na economia, aplicadas por tempos extensos, balanceando entre tempos de abundâncias financeiras, e por essa razão o crescimento na cafeicultura foi

significante, e ocorreu um declínio em vários setores, assim como na exploração da borracha.

O ensino superior foi criado há mais de um século, porém durante a permanência da família real portuguesa no Brasil entre os anos de 1808 a 1821, pode ser visto a primeira organização desse tipo de ensino em uma Universidade, sendo determinado pelo governo federal, no ano de 1920 temos o nascimento da primeira Universidade Brasileira fundada no Rio de Janeiro, estabelecida pelo decreto numero 14.343 no dia sete de setembro de 1920, durante o Governo de Epitácio Pessoa. Esse nascimento, não passou da agregação de três escolas de ensino superiores existentes no Rio de Janeiro; a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica.

No ano de 1927, foi o nascimento da Universidade de Minas Gerais baseado no padrão agregado nas Escolas de Direito, Engenharia e Medicina naquela época. O perfil seguido era de uma Universidade focada no profissional, onde formava-se a elite da sociedade, visando somente o sentido liberal das antigas e nobres profissões de Direito e Medicina, porém sendo aplicado um conteúdo básico da cultura profissional para que o reflexo desse ensino, não fosse visto de maneira incorreta do que estava sendo proposto.

O autor Anísio Teixeira identificou diante todos os procedimentos que ocorriam dentro da universidade que a cultura aplicada no ensino era gerada por meio da reprodução da cultura européia que havia incorporado nas instituições brasileiras. O autor descreveu a universidade como um centro de primor e de possibilidades da transmissão do conhecimento por meio da cultura existente e a possibilidade de reflexão dessa cultura nacionalmente, assim a intenção de se aplicar o saber com base em experiências combinado com a área tecnológica, seria possível aos estudantes brasileiros um aprendizado mais efetivo. O autor apresenta a seguinte reflexão;

As escolas superiores brasileiras, não obstante serem profissionais, cumpriam, de algum modo, herdadas do passado, as funções de educar o homem para a cultura geral e desinteressada. Assim sendo, a sua elite formava-se em escolas superiores que, embora visando à cultura profissional, davam,

sobretudo ênfase ao sentido liberal das antigas e nobres profissões do Direito e Medicina. Mais do que tudo, porém, importava o fato de transmitir uma cultura predominantemente européia. De modo que tínhamos duas alienações no ensino superior. A primeira grande alienação é que o ensino, voltado para o passado e sobre o passado, nos levava ao desdém pelo presente. A segunda alienação é que toda a cultura transmitida era cultura européia. Recebíamos ou a cultura do passado, ou a cultura européia. E nisto tudo no Brasil era esquecido. A classe culta brasileira refletia mais a Europa e o passado que o próprio Brasil; estávamos muito mais inseridos na verdadeira cultura ocidental e até a antiga – latina e grega – do que em nossa própria cultura. Teixeira, 1968. (pág. 60)

Assim, o que é possível identificar no autor com essa colocação, é que o ensino brasileiro no seu início tinha uma grande influência e alienação pelas outras culturas fora do país, mas precisamente a Européia que era empregada nas instituições de ensino do nosso país. Com isso o controle dos modelos europeus no ensino brasileiro se propagou por muito tempo, não tendo assim a oportunidade de nosso ensino obter uma característica e identidade de nossa cultura.

Para que esse cenário fosse alterado o autor nos mostrou que algo deveria ser feito e eficientemente, pois somente com atitudes com postura de poder assumir a nossa identidade, que seria possível viabilizar a mudança no ensino nas nossas instituições de ensino. Assim, o autor buscou verificar quais eram as nossas necessidades sociais e culturais da época, para que se tenha uma resposta para o desenvolvimento de um novo modelo universitário, podendo consolidar o ensino superior como um instrumento de edificação para a nossa sociedade. No início o que fora proposto era transformação das estruturas, e também do modo como era inserido a pesquisa e a elaboração do saber dentro das universidades. Com todas essas informações, o que mais teria que ser considerado para que ocorresse a mudança, era verificar as habilidades intelectuais dentro de cada um, visando suas necessidades profissionais dentro do seu país, bem como seus ideais dentro de uma perspectiva do ensino. Isso ocorreu durante a primeira metade do século XX.

De acordo com os pensamentos do autor Teixeira, 1969 era possível classificar que a universidade tinha um papel destaque dentro da sociedade, onde era possível destruir o isolamento no indivíduo e assim tendo a possibilidade juntamente com a interação dentro do meio de uma socialização, a construção do saber e de adquirir a formação de um cidadão para atuar dentro daquela sociedade. Essa construção se desenvolvia na profundidade de dilatar a mente humana, e sendo cada vez mais inserido na cultura local e ao redor da convivência podendo assim reproduzir suas idéias, conceitos e ideais na medida em que se cumpria ao que era determinado pelas autoridades daquele período. Para Teixeira, 1969 a função da universidade seria;

Uma função única e exclusiva. Não é só difundir o conhecimento, o livro o faz. Não é conservar a experiência humana. O livro dentro da universidade também conserva. Não é preparar práticas profissionais, ou ofícios da arte. A aprendizagem direta os prepara, ou em ultimo caso, escolas muito mais singelas que a universidade. Mais que isso, a universidade deveria, formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que se torne consciente e progressiva. Teixeira, 1969. (pág. 89)

No final século XIX e ingressando no século XX, foi possível verificar que as ações tomadas surgiram efeitos visíveis e proveitosos na universidade brasileira, pois as transformações foram tiradas do papel proporcionando novos caminhos para o ensino. Sucedeu que nesse mesmo período a publicação de um Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, datado no ano de 1932, esse manifesto foi marcado pela consolidação de uma visão que era designada para o segmento da elite intelectual que apesar das diferentes posições ideológicas, enxergava que era possível ter uma interferência dentro da organização brasileira de ensino, por meio da educação. Juntamente com Anísio Teixeira, outros vários intelectuais participaram dos pensamentos inseridos e publicados nesse manifesto, dando assim a relevância e legitimidade das informações e idéias que estavam sendo defendidas. Esse documento tornou-se um marco na história da renovação educacional no Brasil. Esse movimento reformador foi alvo de fortes e constantes críticas na Igreja

Católica, onde sempre era possível verificar a forte influência da igreja na educação, obtendo a experiência de educar a população, dentro da expectativa que a igreja e o Estado tinham sob rígido controle, podendo assim ter a facilidade de ter a orientação expressiva nas maiorias das escolas da rede privada, ponderando o controle do que era ensinado de acordo com os seus interesses. Esse manifesto foi uma dos vários manifestos que foram imprescindíveis para a definição do espaço das Universidades Brasileiras.

A ação do Estado foi de um decreto 19.851 datado em 11 de abril de 1931, onde era consolidado o Estatuto das Universidades Brasileiras, e era determinado o que seria lei para o ensino universitário brasileiro. No primeiro artigo foi descrita a seguinte legislação;

O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científica superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitária, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade.

Segundo o autor, Vasselai (2001) na Era de Getúlio Vargas, a política educacional liberal que, a partir de 1935, foi sendo silenciada por outra corrente de política educacional autoritária, influenciadas por doutrinas da época. Assim mesmo com decorrentes manifestos, essa política favoreceu na volta do cenário político já vivenciado anteriormente, de que o sistema educacional voltava a favorecer aos próprios interesses de quem estava no poder.

Ainda no pensamento e relatado por Vasselai (2001), o autor nos mostra que no período de 1930 a 1954, além das universidades que citamos anteriormente no Rio de Janeiro e em Minas Gerais foi à vez do Estado de São Paulo com o nascimento da Universidade de São Paulo, a conhecida USP. Fundada em 25 de janeiro de 1934. Além da Universidade de São Paulo, nesse período outras universidades foram criadas e tais universidades eram Católicas que são nomeadas

como Pontifícias Universidades Católicas, possível verificar a pressão da Igreja diante aos movimentos, garantindo assim sua visibilidade com segurança e consolidação na comunidade católica em defesa aos princípios cristãos em todo o país. As estratégias da igreja vão além de criar somente universidades católicas, mas sim em criar em Estados brasileiros com grande diferencial para toda a comunidade, sendo assim foram fundadas as Pontifícias Universidades Católicas em São Paulo, Campinas, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre.

Entre os anos de 1955 a 1964 surgiram novas universidades, totalizando nesse momento 21 instituições, sendo 5 delas Católicas e o restante estaduais. Com esse razoável numero de instituições a igreja pode ter um grande controle, dentro desse período da história da educação.

Com todo o crescimento que ocorre nas universidades, as rupturas com a política foram sendo vistas com grande preocupação resultando em ações do Estado entre os anos de 50 e 60, viabilizando as pressões surgidas após o acesso da sociedade ao ensino superior. Assim, foram criadas as Leis de Equivalência, mais discutida pelo autor Cunha (1989), de maneira a abranger os conflitos existentes com tantas transformações ocorridas naquele momento.

As discussões diante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) entre 1948 e 1961, resultaram em grandes revoluções e disputas. Um exemplo disso foi o enfrentamento entre os que defendiam a escola publica e o que se expressavam como a favor da liberdade de ensino. Os autores que defendiam a primeira visão eram Anísio Teixeira já destacado nessa pesquisa e Fernando de Azevedo. Já no segundo pensamento temos o autor Carlos Lacerda que podemos destacar, nessa corrente de instituições católicas.

Nos dois pontos de vista, é possível verificar que são ideais diferentes e também distintos no mesmo objetivo. Um que luta pelos ideais da Escola Nova e enquanto o outro deseja impor a liberalismo autoritário. Ambos se baseiam na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mas com as suas respectivas perspectivas onde são abordados vários interesses que na maioria das vezes não está preocupado como o ensino será direcionado aquele que busca o novo em sua vida.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabeleceu no ano de 1961 parâmetros com coerências e coexistências nas escolas publicas e privadas,

para que nessas discussões, seja focados o método e acesso ao ensino superior e a sua organização dentro da instituição. Ela envolve muitos interesses, interferindo tanto nas instituições públicas quanto privadas, abrangendo todos os aspectos da organização da Educação nacional.

Com a chegada da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, inúmeras transformações foram introduzidas causando mudanças e ampliando o conceito de Educação. Isso porque a lei assumiu uma forma de estabelecer debate, onde questões acadêmicas e sociais das últimas décadas possam ser discutidas visando o melhor para o ensino.

Com a lei, ocorreu um enorme avanço no ensino, onde podemos constatar que foi feitas definições do que poderia ser feito na educação, regras, condições de aplicar o ensino, dentro dos termos educacionais. As delimitações e as permissões constantes em sua estrutura permitiu traçar uma linha divisória em algum ponto admissível, para tornar possível a própria administração do sistema educacional brasileiro. Por isso é vista como um grande impacto nas instituições de ensino, além de trazer em sua capacidade um conjunto de elementos inovadores para a Educação brasileira.

O Estado enxergou uma nova realidade quando a organização das universidades mostrou que se continuasse a ocorrer manifestos com a finalidade de somar a maior quantidade possível de faculdades independentes, a estratégia então foi de tender a uma federalização juntamente com o processo de ampliação do acesso por parte dos estudantes ao ensino superior. Foi neste momento que o Governo brasileiro ocupou-se de criar uma estrutura de investigação acadêmica, originando as primeiras agências de apoio e instituições de pesquisa como o Conselho Nacional de Pesquisa/CNPq nascido em 1948 e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica/ITA, em 1962. O Instituto Tecnológico da Aeronáutica teve como seus idealizadores um dos nossos autores que estamos nos baseando o educador Anísio Teixeira e também Darcy Ribeiro, ambos com objetivos de formar e capacitar cidadãos que desenvolvem metas para soluções na linha do pensamento democrático, podendo se expressar como identidades ideológicas diretamente ligadas ao nacionalismo. Assim iniciando uma nova realidade para as universidades, pois a partir desse momento é possível perceber que teríamos um novo modelo de ensino a ser aplicado.

A expansão das Instituições de Ensino acompanhava o ambiente político e econômico do país. A permanente inflação, o custo de vida e a alta taxa de juros, dentre outros reflexos da política econômica, provocavam mobilizações em favor da expansão econômica e aumentavam a participação popular no plano político. A intensificação da mobilização popular, cujos movimentos fugiam ao controle até mesmo das entidades que pretendiam representá-las, produziu um movimento pelas chamadas Reformas de Base (inclusive da Universidade), que exigia mudanças estruturais em diversos setores da sociedade e colocava em risco o capitalismo Cunha, 1989.

Mas apesar da comunidade acadêmica, estudantes e mercado demandarem instituições e cursos com a concepção moderna, a Lei de Diretrizes e Bases n.º 4.024, de 1961, facultava a realização da pesquisa e facilitava a disseminação de escolas isoladas – as Universidades, que deveriam caracterizar-se pela universalidade de conhecimento e pela associação ensino e pesquisa, seriam exceção. Deste modo, regulamentava a expansão desmedida do setor (em especial da iniciativa privada) sem estimular a investigação científica.

Ao ser divulgada, muitas discussões foram estabelecidas. Esta fala de CURY ao analisar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos dá nuança das circunstâncias em que a nova Lei foi criada e nos faz entender porque até hoje, que ela é sinônimo de muita discussão. Segundo Cury (1997),

Toda Lei nova carrega algum grau de esperança, mas carrega alguma forma de dor, já que nem todos os interesses nela previamente depositados puderam ser satisfeitos. Esta lei, de modo especial, registra as vozes que, de modo dominante, lhe deram vida. Mas registra, também, vozes recessivas umas, abafadas outras, silenciosas tantas, todas imbricadas na complexidade de sua tramitação. Por isso a leitura da LDB não pode prescindir desta polifonia presente na Lei, polifonia nem sempre afinada, polifonia dissonante. (pág. 154)

Por meio dessa lei, foram inseridos a autonomia e flexibilização dos sistemas de ensino, a introdução dos sistemas de avaliação, a municipalização do

ensino, além de abrir espaço para a educação à distância e, principalmente a educação especial. Ao mesmo tempo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional concebeu como um importante instrumento de concretização dos direitos educacionais. Junto com as demais leis protetoras dos direitos sociais, contemplou-se no âmbito educacional uma preocupação de formar um indivíduo mais crítico, participativo, questionador e cidadão.

Entretanto, apesar dos grandes esforços empregados desde o seu decreto essa lei ultrapassou muitos obstáculos, porém alguns ainda persistem em continuar com a contribuição de novas situações que vão surgindo com o tempo. Situações essas que seus idealizadores, Darcy Ribeiro, excêntrico, que há uma década, já antecipava:

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, aprovada após oito anos de debates profundos no Congresso Nacional e de ampla participação de todos os segmentos que atuam na área educacional, é um documento enxuto que reflete bem a realidade educacional brasileira. É, também, um instrumento fundamental de mudança de nossa sociedade, pois, pela sua abertura para o novo, permitirá, na prática, com uma correta interpretação de seu texto e uma rápida adaptação de nossos sistemas educacionais, que a nação enfrente o ritmo acelerado das mudanças que virão em todos os setores e que influenciarão a vida de todas as pessoas, quer elas queiram, quer não.

O crescimento das Instituições de Ensino privadas pós a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi motivo de muitas discussões como citado anteriormente, pois era possível verificar que com esse visível aumento, como nunca ninguém havia visto, o ensino Superior no Brasil com quase um século de existência, deu um grande passo para sua consolidação dos seus ideais.

Na fonte de dados do Ministério da Educação podemos verificar abaixo esse crescimento nas Instituições de Ensino.

Tabela 1

Ensino Universitário na oferta regional no período 1968-1978

Regiões	1968			1978		
	Estabelecimentos Universitários		Total Estabelecimento	Estabelecimentos Universitários		Total Estabelecimento
	Nº	%		Nº	%	
Norte	2	40	5	3	27	11
Nordeste	12	24	50	16	18	90
Sudeste	16	7	246	25	4	581
Sul	10	17	60	15	10	152
Centro-Oeste	3	27	11	5	18	28
Total	43	12	372	64	7	862

Fonte: Relatório MEC/ SESu (1978)

As evoluções seguiram na medida em que de acordo com os estudos dos autores Jezine e Batista (2008), a dimensão desse crescimento do numero de Instituições de Ensino foi do ponto de vista também quantitativo, no ano de 1996, por exemplo, registrava-se 922 Instituições de Ensino no Brasil. No ano de 2004, o numero passou para 2.013, o que significava um aumento de 118%. E, ao analisar a repartição desses percentuais de crescimento por setor publico e privado, é visto que a expansão ocorreu no valor de 151% no setor privado e o pequeno 6,2% no setor publico.

Assim os autores Jezine e Batista, perceberam que nesse momento ocorreu uma divisão nas políticas educacionais, onde a partir do que foi visto até aquele momento, as lutas que aconteceram, serviam para enxergar que poderia ser proposto o seguinte pensamento, como descreveram os autores;

Não obstante, a descontinuidade dos projetos políticos educacionais, a década de 80 foi marcada por uma dinâmica social e política de luta por hegemonia que se organizavam na conquista de maior participação, palco de profundas modificações no pensar e agir dos sujeitos sociais que passaram aos vinte anos de

ditadura militar com a voz trancada e a liberdade presa ao silêncio da repressão. (Jezine, 2008, pág. 42)

Nos anos de 60 a 90 as políticas educacionais suportam modificações significativas, e o conjunto dessas ações resulta na aprovação da atualizada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 20 de dezembro de 1996. A lei passa por varias modificações e é atualizada com características que distinguem categorias administrativas de cada Instituição de Ensino, que tem sua fundação nesse período de crescimento do ensino superior, onde está em vigor o processo dessa lei, garantindo nessas instituições identidades próprias e mais aperfeiçoadas. As novas normas estabelecidas na Lei nº 9.394/96.

A Lei 9.394/96 contém as Diretrizes e Bases que vão nortear a educação nacional nos próximos anos. Seus 92 artigos representam um novo momento do ensino brasileiro, neles vemos refletidos muitos dos desafios e esperanças que abortam as tarefas de tantos educadores numa pátria de realidades tão distintas. representa um passo à frente no âmbito da descentralização do processo educativo, dando certa autonomia às escolas e flexibilizando também a gestão dos centros de ensino superior.

Alguns pontos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente desde então são considerados frutos importantes para os cidadãos;

Art. 1º. *A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.*

Art. 2º. *A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

Art. 19º. *As instituições de ensino de diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas: I - I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público; II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.*

Art. 20º. *As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias: I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas*

físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo; II - comunitárias assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; III - confessionais assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior; IV - filantrópicas, na forma da lei.

Art. 43º. *A educação superior tem por finalidade:*

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

Com a atualização das normas, possibilitou que as instituições de ensino traçar um perfil onde pudessem delinear uma importante formação aos alunos, de modo aplicar uma legislação na sua missão como um todo e não apenas teoricamente, visando todos os aspectos delineados dentro da sociedade.

Apesar de conter a avaliação e até passíveis de descredenciamento pela União, as universidades podem: *deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes a seus cursos (art. 51); criar, organizar e extinguir cursos e programas de educação superior; fixar os currículos de seus programas, dentro das diretrizes gerais; elaborar e reformar seus próprios estatutos e regimentos; administrar os rendimentos (art. 53); decidir sobre ampliação e diminuição de vagas (art. 53, § único); propor o seu quadro de pessoal docente e seu plano de cargos e salários (art. 54, § 1º),* entre outras atribuições que lhes são conferidas. Nesses termos, a intenção do Ministério da Educação seria de não atuar mais como um regulador, mas sim como coordenador ou articulador do grande projeto nacional, concedendo a autonomia imprescindível a um espaço que se propõe desenvolver trabalhos de pesquisa e investigação científica. Ao mesmo tempo, o crescimento da autonomia se transforma em exigência de inovação para as universidades, sendo assim não haveria mais sentido na repetição de velhas práticas se, a partir de agora, é possível começar a empreender mudanças.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional evidencia uma inquietação intensa com as principais questões da educação brasileira, tais como:

É Funcionamento e duração da educação básica, determinando claramente períodos a serem cumpridos e estabelecendo diretrizes básicas de organização do ensino (a Lei abre ainda a possibilidade de que cada escola elabore seus calendários escolares, o que pode representar um melhor atendimento às especificidades de cada clientela);

È A necessidade de o aluno permanecer mais tempo de seu dia no espaço escolar, e menos tempo de sua vida na escola (principalmente pelo término da repetência nas primeiras séries). A previsão de ampliação do número de horas do aluno na escola prevista no artigo 34 não tem prazo definido, mas é uma proposta que está em sintonia com as tendências dos mais modernos métodos pedagógicos.

A redação descrita na lei foi possível constatar que Darcy Ribeiro estivesse propondo, um modelo de escola semelhante aos centros integrados que criou no Rio de Janeiro, com provável inspiração nas teorias do ensino compensatório, já muito criticadas e inclusive descartadas enquanto possibilidade de superação das desigualdades educacionais. Ainda assim, esta idéia tem pontos positivos, na medida em que estimula a presença e a participação na vida da comunidade escolar, além de propiciar aos alunos de classes de baixa renda a possibilidade de trabalhar no próprio estudo num ambiente muitas vezes mais adequado do que o de suas casas.

Tal prática deve implicar uma reestruturação paulatina dos centros de ensino, no sentido de se adaptarem às necessidades que o regime que envolve maior número de docentes na escola ou aumento do período de permanência dos professores no espaço escolar, destinação ou construção de locais apropriados para o estudo do aluno, ampliação das propostas da escola a outros setores da formação humana, como práticas esportivas, cursos de música e outras artes, etc.

A inserção da transdisciplinaridade nos novos currículos, sugerida no momento em que se admite uma parte diversificada para completar a base nacional curricular comum. A educação da era da informação não pode mais se fechar num único parâmetro curricular. Novas propostas de ensino, baseadas na busca coletiva do saber e na possibilidade do aluno fazer a própria construção do conhecimento, devem aliar o saber local e o global, voltando-se para a abrangência e a flexibilidade de conteúdos. Isso não significa necessariamente entrar nos moldes da globalização, e sim buscar o universalismo.

Apresentando todas essas 7 normas, muitos educadores veem a nova lei com bastante esperança na possibilidade de ir transformando o currículo em função de enfoques educativos mais voltados para a formação humana, como também de ir adequando os conteúdos às necessidades dos seus alunos. Sendo o Brasil um país de realidades tão diversas, é inevitável que tenha também escolas muito diferentes e mesmo classes muito heterogêneas numa mesma escola. No esforço de tornar cada uma destas instituições um espaço escolar de qualidade, a redefinição dos parâmetros curriculares será fundamental.

Os aspectos da história da Universidade Brasileira, bem como o seu crescimento mesmo sendo ele moroso e inesperado, a forma de organização das Instituições de Ensino mediante as leis e decretos sancionados, nos possibilitará o entendimento de como a Igreja Católica aparece na organização do Ensino Superior Brasileiro.

Igreja Católica no Ensino Superior Brasileiro

Nas pesquisas realizadas para esse projeto, fui capaz de perceber que a educação e religião são processos que são essenciais e diretamente ligados ao ambiente político, seja pelas ações de poder nas quais somos inseridos em diversos momentos como delegados da formação de uma sociedade idealizadora.

O poder que nos referimos, é na verdade um poder que transcorre pelos meios criados pela civilização humana, formada por essa sociedade que é capaz de transformar toda uma nação. Consequentemente, a educação não poderia estar de fora desse processo, pois a educação e a religião são componentes sociais desenvolvidos para os seres humanos para interagirem como os outros seres humanos, em suas respectivas organizações sociais.

A Igreja Católica não só está presente no próprio surgimento da Universidade, como subjacente a ela tem outros acontecimentos, como ressalta o autor Moraes (1995, pág. 22).

(...) no ocidente, as Universidades vicejaram em solo religioso. Na realidade, foram criações específicas da Igreja Católica. Em tal ambiente de concentração e estudos, a teologia e a filosofia foram-se robustecendo, enquanto se podia assistir, no ocidente,

a passos incipientes, mas decisivos, no campo da problematização científica.

Para melhor entendermos como a Igreja Católica está atrelada à Educação, adotamos como referência o trabalho de Barbosa (1999, pág. 34), que faz uma análise bastante relevante onde comprova com documentos da Igreja Católica, sobre a relação com o ensino, conforme relato;

O catolicismo ao longo da história mostrou-se uma religião culta, com uma forte base cultural. E a Educação foi o meio e o instrumento para a manutenção e a propagação de sua missão evangelizadora. Explicitando: a expansão de sua ideologia tinha como exigência fundamental o domínio cultural, já que “a fé vem pelos ouvidos”. Foi exatamente esse caráter racional que possibilitou à igreja ser a instituição de maior tradição e de maior envergadura que sobreviveu a todas as vicissitudes ao longo de dois milênios. Para manter-se viva e dinâmica a Educação foi o seu elo com o dinamismo e os desafios de cada período histórico. (Barbosa, 1999).

De acordo com os estudos do autor Barbosa, 1999 todos os documentos com grande relevância na Igreja Católica há um lugar destinado à educação. A educação para a Igreja sempre foi de um valor grandioso, pois foi por meio do ensino que grandes acontecimentos aconteceram em favor da instituição. Em referência a Educação, nos estudos do autor podemos localizar que em uma Conferência Puebla nº1012 que ocorreu no México que o Papa João Paulo II participou e fez a inauguração da III Conferência, onde se foi afirmado que;

(...) para a Igreja, educar o homem é parte integrante de sua missão evangelizadora, continuando assim a missão de Cristo Mestre. 3ª Conferência Geral do Episcopado Latino Americano em 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979.

Em um documento expedido pelo Vaticano II, uma carta da Igreja Católica denominada *Gravissimum Educationis* assinado pelo Papa Paulo VI datado em 28 de outubro de 1965, salientou a importância da educação da vida do ser humano;

A Igreja acompanha igualmente com zelosa solicitude as escolas de nível superior, sobretudo as Universidades e as Faculdades. Mais ainda: naquelas que estão sob a sua dependência, procura de modo orgânico que cada disciplina seja de tal modo cultivada, com princípios próprios, método próprio e liberdade própria de investigação científica, que ela cada vez aprofunde mais os seus conhecimentos, e, considerando cuidadosamente as questões e as investigações atuais, prove mais claramente como a fé e a razão colaboram para a verdade única, segundo as pisadas dos Doutores da Igreja, mormente de santo Tomás de Aquino. E assim a universidade católica deve efetuar uma presença, por assim dizer pública, estável e universal do pensamento cristão em todo o esforço dedicado à promoção da cultura superior, e deve ministrar aos seus alunos formação tal que se tornem homens verdadeiramente notáveis pela doutrina, preparados para os mais pesados cargos na sociedade e para serem testemunhas da fé no mundo.

Para expandir as informações relacionadas à Igreja Católica, Hammes (2004), explicita acerca da Universidade Católica onde é constatado também um documento de Santo Domingo, na IV Conferência de Episcopado Latino Americano, realizada no período de 12 a 28 de outubro de 1992, que foi marcada pelo contexto de uma celebração dos 500 anos do início da evangelização no Novo Mundo, que tratava da responsabilidade na transformação social, interpretando o papel da Universidade Católica e a Universidade cristã como sua inspiração, especialmente o do ato de realizar um projeto cristão do ser humano, interagindo com o humanismo e a cultura técnica, de modo a poder ensinar a autêntica sabedoria cristã. Vejamos no relato;

Um grande desafio é a Universidade Católica e a Universidade de inspiração cristã, já que o seu papel é

especialmente o de realizar um projeto cristão de homem e, portanto, tem de estar em diálogo vivo, contínuo e progressivo com o Humanismo e com a cultura técnica, de maneira que saiba ensinar a autêntica Sabedoria cristã pela qual o modelo de “Homem trabalhador”, aliado ao de “Homem sábio”, culmine em Jesus Cristo. Só assim poderá apontar soluções para os complexos problemas não resolvidos da cultura emergente e para as novas estruturas sociais, com a dignidade de pessoa humana, os direitos invioláveis da vida, a liberdade religiosa, a família como primeiro espaço para o compromisso social, a solidariedade nos seus distintos níveis, o compromisso próprio de uma sociedade democrática, a complexa problemática econômico-social, o fenômeno das seitas, a velocidade da mudança cultural. (Santo Domingo).

A Igreja Católica cumpria a determinação política em função da supletiva do Estado. Separado do Estado, a Igreja Católica já não tem todos os privilégios que tinha até o final do Império. Mas o Estado tentou e alcançou a reaproximação, pois enxergava uma grande aliada para responder a questão social. A Igreja Católica poderia conquistar das classes dominadas adesão à ordem estabelecida. O governo estava consciente da relevância da Igreja como instituição.

Assim podemos verificar que nesse contexto histórico, foi clara e significativa a pressão da Igreja no sentido de garantir sua presença e segurança enquanto a comunidade católica na defesa dos princípios cristãos para toda a comunidade nacional.

Após alguns anos, constatamos que no ano de 1899, mas precisamente em Roma, realizou-se um Concílio Plenário Latino-Americano, onde estavam presentes dois Arcebispos e nove bispos brasileiros. Ao final do Concílio, foi estabelecido um caminho para criação das Universidades Católicas. O objetivo era uma restauração em que cada república ou reino da América Latina tivesse a sua Universidade verdadeiramente Católica, complementando o que já existiam excelentes professores aptos para os bons alunos.

Assim várias reuniões e congressos sucederam naquele período para que esse movimento da Igreja Católica se consolidasse para que se alcançasse o objetivo antes proposto, a presença maciça da Igreja Católica na educação Brasileira.

No ano de 1929, ocorreu a publicação da Encíclica “*Divinillius Magistri*” fazendo a junção do paradigma doutrinário mais ordenado, a partir do qual a Igreja no Brasil passava a delimitar suas iniciativas no campo educacional. Seguindo o desígnio da essência, importância e excelência da Educação Cristã, com a distinção “*a quem pertence à educação*”: à Igreja, à Família, ao Estado, cada uma com a sua distinta especialidade. A Encíclica é considerada um marco na história das Universidades Católicas. O autor Casali nos explica a Encíclica;

A Encíclica serviu, além do balizamento doutrinário, como marco estratégico para novas iniciativas da Igreja no campo educacional. Para a Igreja no Brasil, sua publicação foi decisiva para desencadear a implantação de projetos que vinham sido formulados há décadas, sem exceção. (1995, pág. 55).

O interesse também era mobilizado pela formação cristã e política da intelectualidade. O estilo doutrinário da Igreja aparecendo subentendido neste empenho acirrado da fundação de uma Universidade Católica, e, de fato, a liderança católica em articulação com as autoridades maiores da eclesiástica trabalhou com constância, e Dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, foi autorizado pelo Papa Pio XI a tomar providências que encaminhassem à instalação da Universidade.

Em 1939, teremos o episcopado nacional, como nesse mesmo período ocorreu o concílio no Plenário Brasileiro, foi emitida uma carta pastoral assinada por Dom Sebastião Leme, advogando o nascimento da Universidade Católica. Destacamos trecho dessa carta.

De nossas escolas e colégios tratamos como de um fato; da nossa Universidade só nos é permitido falar como de uma esperança. Esperança, ainda, mas que se quer imediatamente realizar. Ao Brasil católico, já não é possível viver sem esta artéria vital de seu organismo religioso. (...) Como expressão cultural superior do catolicismo e como instrumento

imprescindível de sua irradiação ampla e benfeitoria em todas as esferas sociais, a Universidade Católica é, para o Brasil, penhor da vida no presente e promessa do mais seguro servir (Carta Pastoral de 1939 apud Casali, 1995).

Os movimentos que ocorreram nesse período seguiram e a presença da Igreja Católica cada vez foi sendo sentida pela sociedade, vista como um movimento conservador que conseguiu atingir a meta de se criar a intelectualidade humana católica. Assim foi criado o Centro D. Vital onde agregava essa meta estabelecida pela Igreja. Em seguida surge uma revista nomeada como A Ordem e os movimentos de leigos católicos dos quais se destacaram a “Ação Católica”, a “Conferência Nacional dos Trabalhadores Católicos” e a “Confederação da Imprensa Católica” de acordo com o autor Cunha, 1980.

A intelectualidade católica, autodenominada reacionária, se posicionou contra as mudanças e movimentos que ocorriam no mundo, caracterizados como uma revolução nos costumes e nas tradições, que na visão dos reacionários, eram consequência da Reforma Protestante e do racionalismo. Na política, a influência da Igreja foi até ao ponto de fundar a Liga Eleitoral Católica, em defesa do programa da Igreja, de natureza conservador, junto aos parlamentares que seriam eleitos. (Cunha, 1980, pág. 89).

No Brasil a história do nascimento das Universidades Católicas, em sua trajetória lançada com o início das Faculdades Católicas, em março de 1941, no Rio de Janeiro, reconhecidas como Universidade em 1946, sendo-lhe conferido o título de Pontifícia em 1947. Em Agosto de 1946 foi fundada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, seguindo-se a Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 1948 (Pontifícia a partir de 1950). A Universidade Católica de Pernambuco foi fundada em 1952, no ano de 1955 foi à vez da Universidade Católica de Campinas e logo em seguida no ano de 1958 tivemos o nascimento da Universidade Católica de Minas Gerais. Entre 1959 e 1961, apareceram mais cinco Universidades Católicas; Goiás, Paraná, Pelotas no Rio Grande do Sul e Salvador na Bahia. Em 1969, foi

fundada a Universidade do Vale do Rio dos Sinos e 1975 a Santa Úrsula no Rio de Janeiro.

Para entendermos melhor o significado, explicitaremos brevemente o que é ser uma Pontifícia Universidade Católica. Uma Pontifícia Universidade é uma universidade Católica Romana estabelecida por e diretamente sob a autoridade da Santa Fé. A instituição é licenciada para garantir graus acadêmicos em faculdades sagradas, nas quais as mais importantes são Teologia Sagrada, direito canônico e filosofia. As Pontifícias Universidades seguem o sistema de graus europeus nas faculdades sagradas, garantindo bacharelado, licenciatura e doutorado. Estes graus eclesiásticos são pré-requisitos para certos cargos da Igreja Católica Romana, especialmente considerando que dos candidatos a bispos, são selecionados principalmente os padres doutores de teologia sagrada ou direito canônico.

Além das Universidades Pontifícias ou Pontifícia Universidade Católica, existem no Brasil outras 10 Universidades, seis Centros Universitários e um bom número de Faculdades isoladas Católicas, surgidas do mesmo afã de presença da Igreja no mundo intelectual. Nos próximos 25 anos posteriores, várias mudanças ocorreram nas legislações, e o crescimento da demanda por educação superior aumentou e muito e em contra partida diminuiu o investimento público na educação. Com isso pode ser visto uma excelente expansão nos nascimentos das Instituições Superiores de Educação Católica.

Para dar continuidade ao trabalho iniciado, a Igreja Católica especialmente para as Universidades Brasileiras, criou-se a Congregação Nacional dos Bispos do Brasil, onde foi fixado em janeiro de 2000, as Diretrizes e Normas para as Universidades Católicas e demais Institutos de Ensino Superior Católico, segundo a Constituição Apostólica *Ex Corde Ecclesiae*. Nesse documento é possível verificar a definição para atuação de Universidade Católica.

Toda universidade católica, enquanto universidade é uma comunidade acadêmica que, dum modo rigoroso e crítico, contribui para a defesa e desenvolvimento da dignidade humana e para a herança cultural mediante a investigação, o ensino e os diversos serviços, prestados às comunidades locais, nacionais e internacionais. (CNBB, Constituição Apostólica Ex Corde Ecclesiae nº12)

O documento relata os princípios da Igreja, de trilhar o aumento das discussões que faz lembrar o passado onde se apoiava no compromisso social e político dentro da Universidade Católica, mas há ainda um grande desafio para ser atingido, que é de concretizar as características das Universidades Católicas.

Conhecendo a Universidade Católica em seu invento de valor à educação, a mesma de desenvolve no Brasil com uma trajetória de pouca tradição em pesquisa, mas tinha uma característica mais evidente que era a de instituição disponível para o serviço à comunidade e sociedade, atendimento aos mais pobres.

O sentido da função social da Universidade Católica desenvolveu-se numa postura coletiva, marcada por uma dinamicidade dentro do universo com o qual interage, buscando atingir novos conhecimentos e articulada aos valores fundamentais e fortes como a da ética, justiça, vida e a doação para o outro como temos no documento abaixo.

A Universidade Católica, a par de qualquer outra Universidade, está inserida na sociedade humana. Para a realização do seu serviço à Igreja, ela é solicitada – sempre no âmbito da competência que lhe é própria – a ser instrumento cada vez mais eficaz de progresso cultural quer para os indivíduos quer para a sociedade. (CNBB, Constituição Apostólica Ex Corde Ecclesiae.nº 32)

Nesse sentido podemos observar que é no nível do discurso o pensamento católico possui valores inquestionáveis, mas é preciso uma prática ou uma ruptura, para que esses valores sejam mais reforçados enquanto identidade para mudanças numa nova lógica, de uma nova relação com a sociedade e de suas relações.

CAPITULO: 2

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA; CONCEITOS E HISTÓRIA NO BRASIL

Nesse capítulo vamos tratar da história da Educação a Distância no mundo até sua chegada no Brasil será feito um percurso histórico para que possamos nos basear nas peculiaridades existentes nessa modalidade de ensino e nos dará baseamento para a discussão e resolução dessa pesquisa.

Na Grécia Antiga, nasce uma amostra de cultura e educação que marcaria o Ocidente. A *paideia*, o ideal de educação grego, incluía a formação integral do ser humano, como o *gymnastiké* (educação do corpo, por meio de educação física e atlética) e a *mousiké* (educação da mente e do espírito, por meio das musas, incluindo a música e a poesia).

A educação grega está ligada diretamente a filosofia. Os sofistas eram docentes itinerantes e renumerados que desenvolviam a educação dos gregos, principalmente na arte da dialética e nas questões políticas. Platão, discípulo de Sócrates, cria-se no período de 387 A.C. sua notável Academia. Na República, Platão expõe seu ideal de educação, centrado no exercício na filosofia. Por volta de 335 A.C., Aristóteles, discípulo de Platão da Academia, funda sua própria escolar, o Liceu.

Na educação elementar em Roma era geralmente realizada em casa, pelos pais ou por tutor, que ensinavam a criança (em geral a idade era a partir dos sete anos de idade) a ler, escrever e calcular. Ocorria também, para os interessados, as escolas primárias. A educação para as alunas era muito limitada, terminava bem antes dos alunos, onde podemos verificar que se algum aluno tivesse algum destino específico, teria então uma educação especial adicional, seria enviado, na idade de doze anos, para aprender a literatura e gramática latina com um especialista em gramática, e assim ao chegar aos quinze anos passaria para um professor para aprender a retórica e posteriormente aprender a filosofia.

Nesse percurso os mosteiros, desempenham um papel muito importante na história, pois tinha grande relevância para a conservação da ciência e da cultura antigas, e eles começam aparecer por volta do século IV. A partir do século IX, o ensino clássico medieval passa a se fundamentar nas sete artes liberais; o

trivium(gramática, retórica e dialética) e o *quadrivium* (geometria, aritmética, astronomia e música). A formação e o desenvolvimento das bibliotecas também têm destaque na Idade Média, exercendo grande influência e decisiva na história da educação.

Com a maior estabilidade política garantiu ao Império Romano do Oriente (ou Bizantino, cuja capital era Constantinopla) a continuidade da tradição romana na educação, além da continuidade linguística por meio do latim. Não houve no Oriente, como no Ocidente, o predomínio no ensino religioso, mas sim o estudo dos clássicos, e por isso o Oriente garantiu a transição do conhecimento dos gregos e romanos para a civilização ocidental moderna.

No avanço e com a chegada da urbanização e o desenvolvimento do comércio, no período de séculos XII e XIII, as escolas medievais antigas, monásticas e rurais são substituídas pelas as escolas urbanas, entre elas uma grande diversidade de escolas públicas, que propuseram uma ampliação na disponibilidade do aprendizado medieval com o ensino dos clássicos latinos (e clássicos gregos disponíveis em antigas traduções latinas), na experiência de aplicar o intelecto e a razão a muitas áreas de atividades humanas. São essas escolas urbanas que darão origem às universidades.

No final do século XVI, no entanto, o ensino não é mais algo para poucos, restrito apenas nas faculdades. É então que a Educação era introduzida na casa das famílias, por meio do *patron* (que aprendia de quem patrocinava), e nas academias (instituições privadas voltadas basicamente para o ensino literário e filosófico). Passa a existir os colégios, com o ensino especificadamente, para uma educação (inclusive moral) de crianças, com um regime de ensino seguido nas normas estabelecida e que não poderiam ser desviadas do que era proposto, focado no *trivium* e no *quadrivium*, dando ênfase no estudo do latim. Os jesuítas, por sua vez, passam a desenvolver um projeto pedagógico que colocaria em prática a ação da essência da colonização no Brasil.

Com grande avanço, ainda no nosso percurso histórico podemos verificar que no século XVII surgem as academias científicas e passam a desenvolver a educação publica primária, em especial na França e na Alemanha. E em XVIII, a filosofia educacional é distinguida pelo pensamento iluminista, quando a educação inicia o seu afastamento da religião, passando ao Estado a obrigação e

responsabilidade pela oferta de ensino obrigatório e principalmente gratuito. Nessa transição o filósofo Jean Jacques Rousseau, autor da obra Emílio, onde retrata uma forma de um romance na educação de um jovem, sugerindo algo distante das convenções sociais, ressaltando a importância da sensibilidade e das emoções, sendo isso mais voltado para a natureza. Assim nesse percurso, o ensino humanístico tradicional estava sendo substituído por um ensino cada vez mais prático.

No século XIX é possível vivenciar com várias correntes pedagógicas. O positivismo apresenta grande relevância no ensino das ciências, o idealismo segue apresentando o valor da educação para o desenvolvimento espiritual do ser humano e do Estado no processo educacional em uma nação vemos também o socialismo que se destaca por desenvolver uma concepção de uma educação revolucionária, centrada para a conscientização da classe menos favorecida e também a transformação do mundo, se apoiando na democratização do ensino.

Nesse período vários autores tiveram destaques em suas respectivas linha de educação. Os pedagogos Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827) que defendia a formação universal do ser humano e a escola popular; o pedagogo Friedrich Fröebel (1782-1852), com grande relevância nos jardins de infância; o autor Johann Friedrich Herbart (1776-1841), que desenvolvia um trabalho no sistema pedagógico que era destacado no ensino de rigor científico, que pode ser nomeado com a ciência da educação.

No século XX, nos deparamos com diversos campos do saber que passam a influenciar diretamente na pedagogia. A psicologia destaca-se pelo behaviorismo, com os estudiosos Shinner e Gestalt. Na filosofia teremos o pragmatismo principalmente por meio de John Dewey entre 1859 e 1952. Entre esses autores, as áreas de sociologia, economia, a linguística e a antropologia.

O movimento escolanovista, sendo da passagem do liberalismo clássico, historicamente revolucionário, para o liberalismo moderno ou conservador, correspondente à situação hegemônica do sistema capitalista (Saviani, 1989; Gandini, 1980) tendo como seus repercutores Pestalozzi e Dewey, com a proposta de rigidez dos métodos tradicionais, fundados basicamente na memorização, por meio de propostas mais práticas e individualizadas que envolvam a autonomia e a atividade do aluno (ao contrário da postura passiva da escola tradicional), bem como

uma formação integral do ser humano. O método Montessori, desenvolvido pela médica italiana Maria Montessori (1870-1952), compreende a educação como auto determinada pelo aluno, que pode utilizar o material didático na ordem que escolher, sendo o professor concebido apenas como um dirigente e facilitador de suas atividades – características, que podemos destacar na Educação a Distância.

É importante destacarmos que os esforços que ocorreram para se chegar a uma educação democrática e popular nos países socialistas. Temos o destaque nas teorias e nas experiências da educação anarquistas, que reforçam a relevância da auto-organização e das relações entre as pessoas no processo de crescimento. Assim o destaque que teve oposição a esse processo, foi fazer o que era preciso, registrar as experiências educacionais relacionadas ao fascismo e ao nazismo, que enfatizaram o movimento autoritarismo e a hierarquia.

Nos Estados Unidos, por volta da metade do século XX, aparece uma tendência educacional tecnicista, com base no planejamento, organização, direção e controle das atividades pedagógicas, que impulsionava a utilização de diversas técnicas e instrumentos que auxiliavam na aprendizagem, e entre esses recursos eram utilizados audiovisuais, computadores entre outros recursos. Com um avanço significativo na educação, essa tendência revolucionou e foi marcante na Educação a Distância, que é nosso objeto de estudo nesse capítulo em especial e no percurso dessa pesquisa.

Uns dos movimentos de destaque para a Educação a Distância, foi possível registrar por meio do construtivismo, onde podemos fazer a ligação das obras dos autores Jean Piaget (1896-1980) e de Lev Semenovitch Vygotsky (1896-1934). O construtivismo idealiza um conhecimento da forma de ser um processo em constante construção, onde a invenção e o descobrimento por parte do aluno seria visto de maneira a ressaltar a importância da interação com os objetos e outros seres humanos que estará ligado nesse processo.

No início do século XXI teremos o surgimento do signo da transição da educação. A importância cada vez maior das tecnologias e das ciências teremos mais uma forma de inserir o ensino aos alunos, por exemplo, o livro, sendo aplicado por outras formas de transmissão de conteúdos (como a informação digitalizada, as imagens e sons), nesse percurso o desenvolvimento das linguagens de computador e da própria informática é vista de modo a enfatizar as revolução que estavam

ocorrendo nesse momento. Todas as consequências dessa revolução da informação exigiram que fosse feitas grandes e relevantes informações nos processos educacionais e nas teorias da pedagogia. Assim a Educação a Distância, pode ter autonomia de ser proponente de regras que seriam seguidas para a educação daquele presente e para o futuro.

História da Educação a Distância

Explicitamos uma parte do período da história da educação, onde voltarmos a vários séculos nessa história da humanidade, e para explicitarmos a Educação a Distância também teremos que ir longe, onde podemos dizer que a educação a distância tem a mesma idade da escrita.

Nas sociedades orais, em que a escrita ainda não está estabelecida, a comunicação é necessariamente presencial. Para que alguma informação seja transmitida, o emissor e o receptor da mensagem devem estar presentes, no mesmo momento e no mesmo local. A partir da invenção da escrita, a comunicação libertará o tempo e o espaço para que juntos possam atuar. Com a escrita, não seria mais necessário que as pessoas estejam presentes, no mesmo momento e local, para que haja a comunicação. Em uma sociedade primitiva, ao contrário, não ocorre comunicação sem que a pessoa com que desejamos nos comunicar esteja presente.

As primeiras manifestações escritas são com os desenhos, geralmente feitos nas pedras, que procuravam copiar ou imitar os objetos. Ao desenhar em paredes de pedra, o homem primitivo estaria exercitando a comunicação à distância.

Segundo alguns autores, pode ter tido início a partir do surgimento da escrita e das primeiras cartas de Platão e das epístolas de São Paulo. Para outros estudiosos, os primeiros indícios de educação à distância surgiram no final do século XVIII, através das primeiras ofertas de tutoria por correspondência. A partir de então, pouco a pouco, percebe-se uma silenciosa proliferação dessa modalidade de educação/ensino, que tomou considerável impulso, por todo o mundo.

Há registros de cursos de taquigrafia à distância, oferecidos por meio de anúncios de jornais, desde a década de 1720. Entretanto, a Educação a Distância surge efetivamente em meados do século XIX, em função do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, especialmente como o ensino por

correspondência. É possível apontar que a primeira geração de materiais que eram primordialmente impressos e encaminhados pelo correio, foi nesse período.

Com o crescimento dos materiais que implicavam nesse tipo de ensino, rapidamente, varias iniciativas de criação de cursos à distância se espalharam, com o surgimento de sociedades, institutos e escolas. Os casos mais relevantes e com resultados foram os cursos técnicos de extensão universitária.

O desenvolvimento da Educação a Distância no Brasil é possível fazermos uma comparação logo no inicio com as experiências que surgiram anteriormente no mundo.

A Educação a Distância muitos que afirmam que seria uma nova idéia, outros autores já conseguem comprovar que a Educação a Distância já possui uma longa trajetória na educação.

O surgimento da Educação a Distância ocorreu em decorrência da necessidade social de proporcionar educação aos segmentos da população não adequadamente servidos pelo sistema tradicional de ensino. Ela pode ter o papel complementar ou paralelo aos programas do sistema tradicional de ensino.

A emergência de uma nova ordem social, marcada pela reestruturação dos processos de produção, a economia globalizada e a política neoliberal, firmados pela revolução digital, suscita questões relativas às intensas transformações nas relações sociais do homem no mundo atual. Ocorre que mudanças ocorreram no modo que o ser humano passou a viver, a ser, de estar, de sentir, de educar, de aprender e se comunicar, implicando em profundas consequências para as pessoas, para as organizações sociais e, particularmente, para o conhecimento, a educação e a formação profissional.

Os desafios educacionais são consideráveis na perspectiva da transformação social e da melhoria da qualidade dos processos educativos, faz-se urgente repensar e redefinir a concepção e o papel da educação, suas finalidades e influências na sociedade contemporânea. É desejável repensar e ressignificar as modalidades educacionais, a formação acadêmica, a organização curricular, as metodologias e procedimentos didáticos, pedagógicos tecnológicos, bem como o papel do professor, com vistas a proporcionar uma formação para a autonomia, a pesquisa e a construção de conhecimentos.

A Educação a Distância, em razão de suas características e peculiaridades enquanto modalidade educativa oferece substanciais possibilidades de contribuir com o significado da educação escolar e da formação de docentes para essa modalidade de ensino.

Segundo o autor Rodrigues (2009), durante a Segunda Guerra Mundial, vários cursos por correspondência foram criados com objetivos distintos. A França, por exemplo, implementou-se para atender às crianças cujas famílias tinham que se mudar constantemente. Nesse sentido, Nunes (2009) ressalta que foi um período que acelerou programas de treinamento que usavam técnicas de Educação a Distância e outras tecnologias que promoviam os processos de capacitação em tempo mais curto. Com o término da guerra, esses processos foram utilizados na Europa e no Japão, com a mesma base tecnológica do impresso articulado com o rádio. Todavia, foram ganhando formas, que, depois, foram dominantes no campo da tecnologia educacional nos programas de educação audiovisual, muitos usados no Brasil, para o ensino de língua estrangeiras.

O autor Nunes (2009) relacionou as primeiras experiências registradas na história do ensino na modalidade de Educação a Distância, conforme se pode nas informações relacionadas abaixo.

- No ano de 1728: os Estados Unidos divulgou por meio de anúncios, aulas por correspondência, sendo ministradas por Caleb Philips veiculando essa informação na Gazette de Boston. As primeiras lições eram enviadas todas as semanas para os alunos interessados;
- No ano de 1840: a Grã-Bretanha por meio de Isaac Pitman ofereceu o primeiro curso de taquigrafia por correspondência;
- No período de 1880 a 1891: os Estados Unidos por meio do Skerry's College ofereceu cursos preparatórios para concursos públicos a distância. Logo em seguida, Foulkes Lynch Correspondence Tuition Service ministrou cursos de Contabilidade. E no ano de 1891 Thomas J. Foster organizou cursos sobre segurança de máquinas.
- No Século XX: novamente nos Estados Unidos foi possível verificar que nas Universidades de Chicago e de Wisconsin iniciaram a oferecer cursos de extensão.

- Nos anos de 1910 e 1924 foi a vez da Austrália divulgar através da Universidade de Queen sland iniciar o ensino por correspondência. E no ano de 1924 é possível verificar que Fritz Reinhardt fundou a escola Alemã de negócios por correspondências.
- No ano de 1928 já em Lobres a British Broadcasting Corporation, mais conhecida como BBC, promoveu cursos para a educação de adultos, utilizando como método do ensino o rádio. Essa tecnologia foi também utilizada em vários outros países com a mesma finalidade, inclusive no Brasil na década de 1930.

Atualmente mais de 80 países adotam o ensino de Educação a Distância no mundo todo, essa educação é aplicada em todos os níveis, em sistemas formais e não formais de método de ensino. No México, Tanzânia, Nigéria, Angola e Moçambique, a Educação a Distância tem sido expandida e utilizada para treinamento e aperfeiçoamento por professores dessa área de ensino.

A partir do século XVIII, o meio de comunicação mais utilizado pelo sistema de ensino a distância foi pelo correio impresso até que o telefone, o computador, a internet e os e-mails o suplantaram. Durante muitos anos, a comunicação escrita entre estudante e professor tornou-se o símbolo de ensino a distância e esses cursos não eram muito respeitados pelos acadêmicos mais tradicionais, que resistiam às novas possibilidades de ensino e estudos.

Para Rodrigues (2009), o telefone, como meio instrucional, popularizou-se nos últimos 48 anos, sobretudo, nos países onde o desenvolvimento tecnológico fez do telefone um meio de comunicação relativamente barato e acessível à grande maioria da população. As experiências, realizada na década de 1960, indicaram que o telefone é um excelente motivador da aprendizagem. Seu efeito é superior ao do radio e ao do material impresso, devido à comunicação de dupla via. Desde então, houve uma verdadeira proliferação de programas educacionais por telefone, tanto nos Estados Unidos, como na Europa, embora a oferta de curso da TV e, mais recentemente, por Internet ainda seja maior que por telefone.

Ainda segundo Rodrigues (2009), a grande maioria das instituições que oferece cursos por telefone nos Estados Unidos mantém números especiais que os estudantes podem ligar sem precisar pagar, mesmo que a ligação seja interurbana, é o caso do 0800, que atualmente bem disseminado no Brasil. Até mesmo cursos de

tutoria a distância por telefone, acoplado a outros elementos tecnológicos, como internet, e as cópias impressas do material de estudos, já acontecem, hoje em dia, entre países, como a Índia e Inglaterra. Companhias, como Growing Stars e Career Launcher Índia, em Nova Deli, Índia, oferecem reforço escolar a distintos países, é a chamada tutoria “online”. Com essas e outras experiências similares, já se pode falar em ensino sem distância.

A escolha da modalidade da Educação a Distância, como meio de dotar as instituições educacionais de condições para atender às novas demandas por ensino e treinamento ágil, célere e qualitativamente superior, segundo Tori (2009), tem por base a compreensão de que, a partir dos anos sessenta, a Educação a Distância começou a distinguir-se como uma modalidade não convencional de educação. Por isso, ainda de acordo com o autor, pode ser capaz de atender, com grande perspectiva de eficiência, eficácia e qualidade, aos anseios de universalização do ensino e, também, como meio apropriado a permanente atualização dos conhecimentos gerados de forma cada vez mais intensa pela ciência e cultura.

As mudanças que marcaram as últimas décadas do século XX revelaram várias tendências mundiais. Observa-se que as tecnologias de informação e comunicação têm provocado uma transformação radical na relação do homem com o tempo-espaço, com os corpos e com a economia, modificando as próprias bases das atividades cognitivas. Redes digitais, espaços virtuais, ritmo vertiginoso de informações, além de conhecimento simulado, provocam desafios a nossa capacidade de entender, estudar e conceituar o atual mundo caracterizado pela globalização e pela telemática, apontando as tendências que marcaram o novo milênio.

Toda essa evolução na forma de Educação a Distância, na visão de Nunes (2009), possibilitou a criação e o desenvolvimento de mega estruturas universitárias, que passaram a atender mais de 100 mil estudantes no mundo todo. A experiência britânica, por exemplo, passou a se configurar em um paradigma desse tempo, pela sua “qualidade e respeitabilidade quanto pelo método de produção de cursos, a forma de articular as tecnologias comunicativas existentes e a preocupação com a investigação pedagógica” (Nunes, 2009).

É possível afirmar por meio dos estudos espalhados por todo o mundo que a Educação a Distância está em uso desde 1728 nos Estados Unidos e desde 1840

na Inglaterra. Neste longo percurso, sofreu várias discriminações pelos mais tradicionais acadêmicos, sendo considerado, durante muito tempo, como ensino de segunda categoria destinado as classes menos favorecidas economicamente.

A partir da implantação bem sucedida da Universidade Aberta da Inglaterra, no final do Século XX, que a respeitabilidade da Educação a Distância começou a deslanchar. Atualmente, como enfatizado por Nunes (2009), vive-se um novo ciclo, onde se pode relatar que tanto a apropriação de uma nova tecnologia comunicativa, a telemática (informática com telecomunicação), como se articula por meio de novos conceitos de organização virtual, a rede. Isso favorece um aprendizado mais interativo, “em que o estudante determina seu ritmo, sua velocidade, seus percursos.

Considerações Históricas da Educação a Distância no Brasil

No Brasil, a Educação a Distância aparece no século passado, por volta de 1904. Não ocasião escolas internacionais que eram instituições privadas que ofereciam cursos pagos, por correspondência (Marques,2004).

Apesar das mudanças econômicas, políticas e sociais, a educação formal no Brasil segue seu ritmo, ou seja, mantendo a seletividade e a exclusão daqueles que na verdade mais necessitam dela.

Tratar, então, da Educação a Distância, significa trabalhar com um tema que represente romper com um ciclo determinado há muito tempo. Este rompimento, no entanto, não pode ter em sua base a substituição de sistemas presenciais por sistemas à distância.

Esta afirmação é colocada com um sentido de certa obviedade, já que, em nosso país, propostas de inovações metodológicas são tomadas quase sempre na perspectiva de solucionar problemas de acesso e permanência de alunos nos sistemas de ensino. Assim, não podemos confundir propostas relacionadas à educação a distância e a necessidade de romper o ciclo da seletividade e exclusão do sistema educacional brasileiro.

A educação a distância tem em sua base a idéia de democratização e facilitação do acesso à escola, não a idéia de suplência ao sistema regular estabelecido, nem tampouco, a implantação de sistemas provisórios, mas em sistemas fundados na Educação Permanente, demanda que a sociedade nos impõe

hoje, como forma de superação de problemas relativos ao desenvolvimento econômico e tecnológico que vivenciamos.

Segundo Alves (2009), no Brasil, a trajetória da Educação a Distância e marcada por varias experiências de sucesso, embora, em alguns momentos, tenha ficado estagnada, pela falta de políticas publicas no setor educacional, principalmente, nos anos 1970, retomando seu desenvolvimento apenas no final do século XX. Pouco antes de 1900, já existiam anúncios de cursos profissionalizantes por correspondência, veiculados em jornais do Rio de Janeiro. Tratava-se de cursos de datilografia, ministrados por professoras particulares e não por instituições de ensino. Todavia, o marco de referencia oficial e a instalação de Escolas Internacionais, em 1904. Segundo as palavras do autor:

A unidade de ensino, estruturada formalmente, era filial de uma organização norte-americana existente ate hoje e presente em diversos países. Os cursos oferecidos eram todos voltados para as pessoas que estavam em busca de empregos, especialmente nos setores de comercio e serviços. O ensino era, naturalmente, por correspondência, com remessa de materiais didáticos pelos correios, que usavam principalmente as ferrovias para o transporte (Alves, 2009, pág. 37).

Em 1923, era fundada a Radio Sociedade no Rio de Janeiro, onde tratava de uma iniciativa privada e teve êxito na sua fundação, porém começou a trazer grandes preocupações para os governantes daquele período, com a possibilidade de ocorrer à transmissão de programas considerados subversivos, em especial para aqueles que ditavam a revolução da década de 1930.

O objetivo maior da emissora era possibilitar a educação popular, por meio do moderno sistema de difusão em curso no Brasil e também no mundo. Os programas que ocorreram na linha educativa, a partir desse momento, eram multiplicados e tinham grande repercussão em outras regiões, do Brasil e também no mundo.

Segundo Vianney, Torres e Silva (2003), o ensino por correspondência consagrou-se na metade do século XX, principalmente, com a criação do Instituto Monitor, em 1939, e do Instituto Universal Brasileiro, em 1941.

De acordo com Alves (2009), o Instituto Universal Brasileiro até hoje tem atraído um numero considerável de alunos por correspondência que aprendem novas profissões por meio de material impresso e, recentemente, fitas de vídeo. Com o foco na formação técnica, o Instituto Universal Brasileiro, que atualmente conta com 200 mil alunos, já atendeu durante toda a sua historia mais de 4 milhões de pessoas. O Instituto Universal Brasileiro parece ser a instituição mais antiga a manter cursos por correspondência no Brasil.

Nessa fase de implantação é importante destacar que durante os primeiros anos quando da Educação à Distância estava se consolidando, o rádio foi uma importante ferramenta na difusão dessa modalidade de ensino. Um bom exemplo disso é relatado por Marques (2004) e data de 1947 quando o Senac e o Sesc com a colaboração de emissoras associadas, com objetivo de oferecer cursos comerciais radiofônicos. A aceitação foi positiva e em 1950 a Universidade do Ar chegou a atingir 318 localidades e oitenta mil alunos.

A educação via rádio, desse modo de ensino, o segundo meio de transmissão a distância do saber, sendo a primeira realizada por correspondência. Com o crescimento dessa metodologia de ensino, inúmeros programas, em especial os privados, foram sendo implantados a partir da criação, em 1937 no Serviço de Radiodifusão do Ministério da Educação.

A Igreja Católica também teve participação nesse processo, por meio da diocese da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, foram em 1959 algumas escolas radiofônicas, dando origens ao Movimento de Educação de Base. No sul do país, temos destaque para a Fundação Padre Landell de Moura, no Rio Grande do Sul, também com os cursos realizados via rádio.

Durante a década de 1960, com o Movimento de Educação de Base (MEB), Igreja Católica e Governo Federal utilizavam um sistema radio - educativo: educação, conscientização, politização e educação sindicalista. Em 1970 surge o Projeto Minerva, um convênio entre Fundação Padre Landell de Moura e Fundação Padre Anchieta para produção de textos e programas. Dois anos mais tarde, o Governo Federal enviou à Inglaterra um grupo de educadores, tendo à frente o

conselheiro Newton Sucupira: o relatório final marcou uma posição reacionária às mudanças no sistema educacional brasileiro, colocando um grande obstáculo à implantação da Universidade Aberta e a Distância no Brasil.

Em 1976 foi criado o Sistema Nacional de Teleducção. Segundo Marques (2004) *“o programa que operava principalmente através de ensino por correspondência”* e realizou, também, algumas experiências (1977/1979) com rádio e TV. Em 12 anos, o Sistema acumulou 1.403.105 matrículas, em cerca de 40 cursos diferentes.

Na década de 1970, a Fundação Roberto Marinho era um programa de educação supletiva à distância, para ensino fundamental e ensino médio. Entre as décadas de 1970 e 1980, fundações privadas e organizações não-governamentais iniciaram a oferta de cursos supletivos à distância, no modelo de teleducção, com aulas via satélite complementadas por kits de materiais impressos, demarcando a chegada da segunda geração de Educação à Distância no país. A maior parte das Instituições de Ensino Superior brasileiras mobilizou-se para a Educação à Distância com o uso de novas tecnologias da comunicação e da informação somente na década de 1990.

Conforme Alves (2009), inicialmente, a Tv educativa foi usada de maneira positiva, havendo vários incentivos a esse respeito, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, cabendo ao Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), em 1967, *“a determinação de que deveria haver transmissão de programas educativos pelas emissoras de radiodifusão, bem como pelas televisões educativas”*.

Para tanto, alguns privilégios foram concedidos a grupos de poder, para a concessão de televisões com fins específicos de educação, como por exemplo, as universidades e fundações, que tiveram incentivos para a instalação de canais de difusão educacional.

Na opinião de Rodrigues (2009), um dos preconceitos relacionados aos cursos a distância era a falta de regulamentação por parte do Governo Federal, o que foi mudado em 1998, por decreto presidencial. Assim sendo, em 1999, surgiram os primeiros cursos superiores regidos por lei no Brasil. Hoje, são 215 cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a maior procura é pelos cursos supletivos do Ensino Médio.

A importância do advento dos computadores e da Internet para a Educação a Distância. No caso dos computadores, conforme Alves (2009), estes chegaram ao Brasil por meio das universidades, na década de 1970 e a disponibilidade da Internet nos computadores pessoais ajudou consolidar a propagação do ensino a distância para todo o sistema educativo brasileiro.

Por região, 41% dos usuários de Internet do mundo estão na Ásia, 25% na Europa, 16% na América do Norte, 11% na América Latina e Caribe, 3% na África, 3% no Oriente Médio e 1% na Austrália (World Internet Usage Statistics New And Population Stats, 2008).

De acordo com Parente (2004), a utilização da Internet leva a acreditar numa nova dimensão qualitativa para o ensino, através da qual se coloca o ato educativo voltado para a visão cooperativa. Além do que, o uso das redes traz a prática pedagógica um ambiente atrativo, onde o aluno se torna capaz, através da auto-aprendizagem e de seus professores, de poder tirar proveito dessa tecnologia para sua vida. A preocupação de tornar cada vez mais dinâmico o processo de ensino e aprendizagem, com projetos interativos que usem a rede eletrônica, mostra que todos os processos são realizados por pessoas. Portanto, elas são o centro de tudo, e não as máquinas.

Segundo Vianney (2006), a partir daí, o tema da Educação a Distância chega a ser considerado no âmbito do Conselho Federal de Educação como uma alternativa para a expansão do ensino superior no país com mais oportunidades de acesso à educação superior. E, no ano de 2005, a Educação a Distância passa a ser considerada pelo Ministro da Educação naquele período, Tarso Genro, como instrumento estratégico e equivalente ao ensino presencial, para se promover aumento de vagas nas universidades públicas e promover a formação de professores. Todavia, foi em 2006, que o Ministério da Educação, então sob a gestão de Claudio Haddad, oficializa a ação de expansão do ensino superior público com o uso da educação a distância, ao lançar editais e chamadas oficiais para que universidades públicas buscassem habilitação para oferta de cursos superiores a distância em parcerias com estados e municípios, a partir de financiamento federal.

Durante todo o período em que passou a ser consolidada, é possível verificar que na Educação a Distância existem várias denominações desde o seu surgimento, diversas em diferentes países, como estudo ou educação por

correspondência no Reino Unido, o estudo em casa e estudo independente nos Estados Unidos, o estudo externo denominado na Austrália, a telensino ou ensino a distância na França, o estudo ou ensino a distância com os Alemães, a educação a distância na França e teleducção em Portugal.

Apontaremos a seguir visões de vários autores com as respectivas definições sobre o que corresponde a Educação a Distância. Para Dohem (1967, pág. 78)

Educação a distância (Ferstudium) é uma forma sistematicamente organizada de auto-estudo onde o aluno se instrui a partir do material de estudo que lhe é apresentado e o acompanhamento e a supervisão do sucesso do estudante ocorre através do apoio de grupo de professores. Isto é possível de ser feito a distância através da aplicação de meios de comunicação capazes de vencer longas distâncias. O oposto de “educação a distância” é a “educação direta” ou “educação face-a-face”: um tipo de educação que tem lugar com o contato direto entre professores e estudantes.

O autor Peters (1973) definiu

Educação/ensino a distância (Fernunterricht) é um método racional de partilhar conhecimento, habilidades e atitudes, através da aplicação da divisão do trabalho e de princípios organizacionais, tanto quanto pelo uso extensivo de meios de comunicação, especialmente para o propósito de reproduzir materiais técnicos de alta qualidade, os quais tornam possível instruir um grande número de estudantes ao mesmo tempo, enquanto esses materiais durarem. É uma forma industrializada de ensinar e aprender.

Para Moore (1973)

Ensino a distância pode ser definido como a família de métodos instrucionais onde as ações dos professores

são executadas à parte das ações dos alunos, incluindo aquelas situações continuadas que podem ser realizadas na presença dos estudantes. Porém, a comunicação entre o professor e o aluno deve ser facilitada por meios impressos, eletrônicos, mecânicos ou outros.

O autor Holmberg (1977), definiu a Educação a Distância como

O termo “educação a distância” esconde-se sob várias formas de estudo, nos vários níveis que não estão sob a contínua e imediata supervisão de tutores presentes com seus alunos nas salas de leitura ou no mesmo local. A educação a distância se beneficia do planejamento, direção e instrução da organização do ensino.

Com essas definições o autor Keegan (1991) explicitou e destacou os elementos que considerou centrais dos conceitos dos autores afirmaram acima, e pode constatar que a separação física entre professor e aluno, que a distingue do ensino presencial; que influência da organização educacional (planejamento, sistematização, plano, projeto, organização dirigida etc.), diferencia da educação individual; a utilização de meios técnicos de comunicação, usualmente impressos, para unir o professor ao aluno e transmitir os conteúdos educativos; a previsão de uma comunicação de mão dupla, onde o estudante se beneficia de um diálogo, e da possibilidade de iniciativas de dupla via; a possibilidade de encontros ocasionais com propósitos didáticos e de socialização e por fim a participação de uma forma industrializada de educação, a qual, se aceita, contém o gérmen de uma radical distinção dos outros modos de desenvolvimento da função educacional.

Segundo Nunes (1994), a Educação a Distância é um recurso que permite o atendimento a grandes contingentes de alunos de forma mais efetiva que outras modalidades e sem riscos de reduzir a qualidade dos serviços oferecidos em decorrência da ampliação da clientela atendida. As experiências dos últimos anos indicam que, para atender efetivamente um grande grupo de alunos, existe a necessidade de uma infraestrutura adequada de suporte, bem como uma equipe de professores-tutores para garantir a qualidade deste processo.

Segundo Landim (1997), muitas pessoas utilizam os termos ensino e educação, indiscriminadamente, embora na prática existam diferenças relevantes. O termo ensino está mais ligado às atividades de treinamento, adestramento e instrução. Já o termo educação refere-se à prática educativa e ao processo ensino-aprendizagem que leva o aluno a aprender, a saber, pensar, criar, inovar, construir conhecimentos, participar ativamente de seu próprio crescimento. É um processo de humanização que alcança o pessoal e o estrutural, partindo da situação concreta em que se dá a ação educativa numa relação dialógica.

O autor Carls Rogers (1989), defende a teoria fundamentada predominantemente no sujeito, sendo essa uma abordagem humanista. A partir da sua teoria sobre a personalidade e conduta, muito contribuiu para as bases para a proposta de ensino centrado no aluno.

Na abordagem humanista o professor não é considerado aquele que transmite o conhecimento ou conteúdo, mas sim um facilitador da aprendizagem ao aluno, à medida que o conteúdo vem das experiências vivenciadas pelos educandos. O professor, portanto, auxilia os alunos a aprenderem propiciando múltiplas experiências de aprendizado. Nesse sentido podemos constatar que na Educação a Distância, gera-se um processo de aprendizado que requer muita responsabilidade no aluno. O papel da equipe da instituição de ensino é de guiar esse aprendizado, com atividade bem elaboradas, devolutivas com rápido retorno ao aluno e tendo sempre o feedback em tempo quase que real do desempenho e desenvolvimento de cada um. Caso os professores e monitores não desempenhem esse papel, o aluno não terá o embasamento correto para a continuidade e ensino que se propõe.

Os indivíduos possuem dentro de si vastos recursos para auto-compreensão e para modificação de seus auto conceitos, de suas atitudes e de seu comportamento autônomo. Estes recursos podem ser ativados se houver um clima, passível de definição, de atitudes psicológicas facilitadoras. (Rogers, 1989 pag. 77).

Segundo Rogers (1989,) as experiências de vida, e o clima psicológico da sala de aula, a integração professor/tutor-aluno são fatores importantes para a

aprendizagem, enfatizando também a autonomia na educação. O autor citou as condições fundamentais que podem ser verificadas no processo de aprendizagem centrada no aluno no ambiente escolar.

- Precondição: necessidade de ter um “[...] líder ou uma pessoa que é considerada como figura de autoridade numa dada situação [...]”. A figura do facilitador que é essencial para que os outros aspectos que elenco baixo se efetivem.
- O aluno e o grupo serem responsáveis pelo processo de aprendizagem: “A pessoa facilitadora compartilha com os outros alunos [...] a responsabilidade pelo processo de aprendizagem”.

Motivação, estimulação dos alunos pelo facilitador:

- O facilitador proporciona os recursos de aprendizagem de dentro de si mesmo e de sua própria experiência, de livros, materiais ou de experiências da comunidade. Ele estimula os que aprendem a irem acrescentando os recursos de que têm conhecimento ou experiência. Ele abre pistas para recursos, que vão além das experiências do grupo.
- Levar o aluno a ter autonomia no processo ensino-aprendizagem, assumindo as responsabilidades em relação a ele, pois ao desenvolver seu “[...] próprio programa de aprendizagem, sozinho ou em cooperação com o outro... ele toma decisões quanto à direção da própria aprendizagem e assume responsabilidades pelas consequências destas escolhas”.

Proporcionar um clima facilitador de aprendizagem para que se aprenda com o outro, na relação com o outro

- Este clima pode provir inicialmente da pessoa que é percebida como líder. Na medida em que o processo de aprendizagem continua, esse clima será cada vez mais proporcionado pelos participantes, uns em relação aos outros. Aprender através dos outros se torna tão importante quanto através de livros, filmes, experiências comunitárias ou do facilitador.
- Autodisciplina: “A disciplina necessária para alcançar os objetivos dos alunos é a autodisciplina, que será reconhecida e aceita pelo estudante sendo de sua própria responsabilidade”.

Na Educação a Distância do ensino superior, foi possível compreender que há uma educação humanista, pois na prática, existe o encontro de características enfatizadas por Freire (1979,2007) e Rogers (1989). As peculiaridades e experiências de vida dos alunos, integração professor-aluno, diálogo, cooperação e colaboração, autonomia, liberdade, professor como mediador/facilitador.

É possível descrever os aspectos da educação humanista, que estão presentes na Educação a Distância.

O *diálogo* está presente nessa abordagem, pois os alunos e os tutores não se fecham à contribuição do outro: há troca de saberes e essa ocorre por meio dos fóruns, portfólios e lista: nos fóruns os alunos discutem determinado assunto, contando com a intervenção do tutor para orientar a discussão; no portfólio o tutor corrige as atividades dos alunos, postando uma devolutiva em relação ao conteúdo; e na lista, geralmente, há troca de mensagens entre alunos e entre alunos e professores sobre dúvidas e informações mais gerais. Portanto, verifica-se que não há lugar para a auto suficiência que é incompatível com o diálogo. Assim pode-se dizer que há uma separação física entre aluno-tutor, aluno-aluno, mas isso não implica a inexistência de relações e diálogo entre as pessoas.

Mas para que o aluno seja autônomo e construa seu conhecimento o tutor precisa *motivá-lo, provocá-lo, estimulá-lo* para que ele atinja os objetivos esperados. Segundo Oliveira (2005, p. 5):

A interação mediada pela virtualidade, embora prescindida do contato face-a-face, mantém características fundamentais do outro tipo de interação (presencial), como a estimulação recíproca da motivação.

O professor *estimula, provoca, motiva* o aluno em relação ao objeto do conhecimento ao indicar leituras, postar vídeos, auxiliar os alunos no planejamento das atividades, promover e provocar a intercomunicação. Dessa forma, ele articula “[...] a realidade concreta e o grupo de alunos, suas redes de relações, visão de mundo, percepções e linguagens de modo que possa acontecer o diálogo entre o mundo dos alunos e o campo a ser conhecido”, segundo o autor Pimenta, 2002, pág. 215.

Para que esse processo possa seguir em seu formato e construção de conhecimento, não podemos deixar de falar sobre o que se entende do conceito de aprendizagem. Pois é preciso que saibamos desse conceito para que objetivo de se aplicar um método de ensino eficaz e promissor aos alunos.

Verifica-se, então, que na Educação a Distância não temos um aluno solitário, pois há uma relação de *cooperação e colaboração* entre tutor e aluno, levando a transformação da informação, ou seja, ao conhecimento. Assim, temos o aprender junto: a aprendizagem é construída coletivamente.

Podemos conceituar que a aprendizagem é uma construção de estruturas de assimilação. Para Piaget (1983, pág. 35),

O conhecimento não procede, em suas origens, nem de um sujeito consciente de si mesmo nem de objetos já constituídos que a ele se importam. O conhecimento resultaria de interações que se produzem a meio caminho entre os dois.

Consolidando a idéia de Piaget, o autor Becker (1999, pág. 24) afirma,

A inteligência não principia, pois, pelo conhecimento do eu nem pelo das coisas como tais, mas pela sua interação.

Nessa relação o autor nos mostra que o sujeito só conseguirá aprender se conhecer a sua ação sob algum objeto.

Assim embora todo o processo de aprendizagem deva ser estudado em sintonia com o desenvolvimento do ser humano, é preciso estar atento à influência que alguns elementos exercem sobre a interação. Dentre estes elementos podemos destacar a afetividade e a motivação. A afetividade é considerada pelo construtivismo interacionista como uma energia subjacente à ação, propondo as regras das trocas que ocorre entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Para Piaget, a afetividade exerce um papel profundo na influência no desenvolvimento intelectual. Com base nessas idéias, o ambiente de aprendizagem computacional deveria propiciar algum grau de afetividade e motivação ao interagir com o aluno.

A interação social também é influenciada na afetividade, a interatividade e a aprendizagem como um todo. No momento em que os alunos adquirem certeza e

consideração por seus pares (colegas e professores, presenciais ou à distância), as relações interpessoais iniciam a se formar. É possível ver um processo nascendo com uma intrínseca motivação, onde os alunos vão interagir em sala de aula ou em qualquer outro ambiente que estiver inserido com o intuito de aprender.

Para Vygotsky (1998) a motivação é a razão da ação, é ela que impulsiona a necessidade de se contemplar os interesses dos desejos existentes e com isso tomar atitudes individuais dentro os sujeitos. Em sua teoria o autor defende que mudanças na vida social e material produziram ao aluno mudanças na vida mental, ou seja, que o mecanismo de mudança individual, ao longo do desenvolvimento, tem sua raiz na sociedade e na cultura.

Atualmente, podem ser consideradas as seguintes modalidades de Educação: presencial e a distância. A modalidade presencial é a comumente utilizada nos cursos regulares, onde professores e alunos encontram-se sempre em um mesmo local físico, chamado sala de aula, e esses encontros se dão ao mesmo tempo: é o denominado ensino convencional. Na modalidade à distância, professores e alunos estão separados fisicamente no espaço e/ou no tempo. Esta modalidade de educação é efetivada através do intenso uso de tecnologias de informação e comunicação, podendo ou não apresentar momentos presenciais (Moran, 2009).

De acordo com Nunes (1994), a Educação a Distância constitui um recurso de incalculável importância para atender grandes contingentes de alunos, de forma mais efetiva que outras modalidades e sem riscos de reduzir a qualidade dos serviços oferecidos em decorrência da ampliação da clientela atendida. Isso é possibilitado pelas novas tecnologias nas áreas de informação e comunicação que estão abrindo novas possibilidades para os processos de ensino-aprendizagem a distância. Novas abordagens têm surgido em decorrência da utilização crescente de multimídias e ferramentas de interação à distância no processo de produção de cursos, pois com o avanço das mídias digitais e da expansão da Internet, torna-se possível o acesso a um grande número de informações, permitindo a interação e a colaboração entre pessoas distantes geograficamente ou inseridas em contextos diferenciados.

Somando-se a isso, a metodologia da Educação a Distância possui uma relevância social muito importante, pois permite o acesso ao sistema àqueles que

vêm sendo excluídos do processo educacional superior público por morarem longe das universidades ou por indisponibilidade de tempo nos horários tradicionais de aula, uma vez que a modalidade de Educação a Distância contribui para a formação de profissionais sem deslocá-los de seus municípios, como salientado por Preti;

A crescente demanda por educação, devido não somente à expansão populacional como, sobretudo às lutas das classes trabalhadoras por acesso à educação, ao saber socialmente produzido, concomitantemente com a evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos está exigindo mudanças em nível da função e da estrutura da escola e da universidade (1996, pág.34).

A Educação a Distância é desenvolvida como uma metodologia para inserir os métodos educativos e assim poder oferecer educação aos setores e grupos sociais que, por diversas razões, não teriam condições ao acesso a educação de forma regular, ou seja, presencial. As razões que podemos destacar no caso, são as geográficas e dificuldades financeiras que muitos alunos enfrentam no decorrer de sua vida acadêmica.

Esse processo inovador ultrapassa as fronteiras do comum, exige um planejamento que constitui a soma de vários elos, em diferentes áreas que, ao final, formarão um universo ímpar para a produção do conhecimento. Quando se fala em interdisciplinaridade, por exemplo, na modalidade que propomos ou que uma instituição propõe é, mesmo de forma tácita, um exercício presente, pois, para sua operacionalização, essa é uma interação inegável e compulsória.

Entre outros objetivos principais, devemos destacar que na Educação a Distância a estratégia é diretamente viabilizar os vários processos de ensino aprendizagem, diminuindo assim, significativamente os encontros presenciais entre os docentes e os alunos. Esse mecanismo possibilita um resultado de que o objetivo principal dessa estratégia é viabilizar, os processos de ensino-aprendizagem, reduzindo, significativamente, os encontros face a face entre professores e alunos. Sua qualidade resulta de uma conjugação de fatores, incluindo a própria concepção político-pedagógica subjacente.

As características fundamentais da educação a distância são somadas a dois fatores estreitamente associados que, em grande parte, caracterizam, também, o nosso século: a vocação democrática e a tecnológica.

A inovação que podemos verificar na área da educação nos últimos tempos, é a grande criação, desenvolvimento, implementação e constante aperfeiçoamento com a Educação a Distância, que nos possibilitou a levar e promover a possibilidade de integralização educacionais por outros meios, que faz com que grande parte da população que não poderiam ter acesso a formação por sua mobilidade e flexibilidade.

O Brasil também fez parte do período de início de Educação a Distância, na década 70, onde foi confirmado que o nosso país foi inserido historicamente como um dos principais em todo o mundo nessa importante iniciativa de aprendizado. A partir da dos anos 70, com o avanço do Brasil outras nações assim iniciaram o processo para o desenvolvimento desse método tão eficaz para a educação. É fato que muito ainda precisa ser feito pela Educação a Distância, mas acreditamos que estamos no caminho certo para a trajetória que estamos trilhando.

A Educação à Distância tornou-se um meio de forma extremamente importante e necessária no ensino e aprendizagem, que nos mostra o expressivo aumento do numero de alunos que deseja aprender mais sobre essa nova modalidade de ensino. Além o interesse cada vez maior, temos também a Educação a Distância como conteúdo que agora é abordado por pesquisadores da educação, sendo discutida em período e grandes instâncias que tem relevância no meio acadêmico.

O ensino de Educação a Distância tem obtido relevantes resultados para todos aqueles os alunos que necessitam além da excelência na visão do ensino que é inserida na Educação a Distância, como também a sua flexibilidade e agilidade no processo que a envolve.

A Educação a Distância em razão de suas características e peculiaridades enquanto modalidade educativa oferece substanciais possibilidades de contribuir com a ressignificação de educação escolar e da formação de docentes.

Para Moran (1999) a definição para Educação a Distância, de que é um processo de ensino e aprendizagem mediado por tecnologias, em que professores e alunos ficam separados espacial e/o temporalmente, mas podem estar conectados,

interligados, a internet, ao correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-Rom, o telefone e outras tecnologias semelhantes.

Por sua vez, podemos verificar que o autor Garcia Aretio (2002) defende que na Educação a Distância se fundamenta em;

Um dialogo didático mediado entre o educador/instituição e o aluno que, localizado em espaço diferente daquele, aprende de forma independente, cooperativa, colaborativa, entres os pares.

O autor definiu que a Educação a Distância é como um sistema tecnológico de comunicação bidirecional, que pode ser de massa, onde pode-se substituir a interação face a face entre o educador e o aluno, como meio preferencial de ensino, pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e pelo apoio de uma organização e tutoria que proporcionam a aprendizagem independente e flexível aos alunos. Assim o autor defende esse uso da expressão da Educação a Distância.

De acordo com Moran (2002), na medida em que avançam as tecnologias de comunicação virtual, o conceito de presencial idade também se altera. Poder-se-á ter professores externos compartilhando determinadas aulas, um professor de fora "entrando" com sua imagem e voz, na aula de outro professor, por exemplo. Haverá, assim, um intercambio maior de saberes, possibilitando que cada professor colabore, com seus conhecimentos específicos, no processo de formação do conhecimento, muitas vezes a distancia.

Legislação da Educação a Distância

As primeiras normas sobre a Educação a Distância surgiram na década de 60, sendo as mais importantes o Código Brasileiro de Comunicações (Decreto-Lei nº 236/67) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 5.692/71). Essa última abria a possibilidade para que o ensino supletivo fosse ministrado mediante a utilização do rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação.

Inúmeros outros atos legislativos foram editados, tanto pelo Governo Federal, como pelo Distrito Federal e Estados.

No Brasil, as bases legais para a modalidade de educação à distância foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). Essa modalidade é regulada pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005; pelo Decreto nº 5.773, de maio de 2006; pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e pela Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007.

Também várias tentativas de criação de Universidades Abertas e a Distância e de regulamentação da Educação a Distância surgiram no Congresso Nacional, mas a maioria não teve êxito, sendo os projetos de lei arquivados pelas mais diversas razões.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) permitiu avanços, admitindo que existisse, em todos os níveis, a Educação a Distância. O artigo mais expressivo é ordem nº 80, que assim estabelece:

"O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

Parágrafo 1º- A educação à distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

Parágrafo 2º - A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diplomas relativos a cursos de educação a distância.

Parágrafo 3º - As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

Parágrafo 4º - A educação a distância gozará de tratamento diferenciado do que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.”

Em outros artigos, encontramos menção à educação a distância, como segue na lei;

- a) No Art. 32, § o Legislador, ao determinar que o ensino fundamental seja presencial, só permite ensino à distância, neste nível, aos casos de complementação da aprendizagem e situações emergenciais.*
- b) A menção explícita da educação a distância no Art. 47 § 3º, referido ao ensino superior, isentando professores e alunos de frequência obrigatória nos programas de educação à distância.*
- c) No Art. 87, que é o inicial do Título IX Das disposições transitórias, dedicado à década da Educação (dezembro de 1997 – dezembro de 2007), encontramos no § 3º a determinação aos municípios de “III – realizar programas de capacitação para todos os professores em exercícios, utilizando, também, para isto, os recursos da educação a distância.*
- d) A referência implícita à educação a distância no Art. 37 § 1º quando, ao tratar da educação de jovens e adultos, estabelece que os sistemas de ensino assegurarão oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames”.*

Outro decreto que devemos destacar é o Decreto nº 2.494/98, que na sua ementa diz “regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências”. Sua publicação já definia alguns pontos, bastante claros e de imediata aplicação, citaremos alguns;

- a) Conceituação de educação a distância como:*
 - *“uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem”(art. 1º caput).*

- “com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados” (art. 1º caput).
 - “apresentados em diferentes suportes de informação: utilizados isoladamente ou combinados, usos de veículos pelos diversos meios de comunicação (art. 1º caput).
 - Regime especial é expresso como “flexibilidade de requisitos para admissão, horário e duração, sem prejuízo, quando for o caso, dos objetivos e das diretrizes curriculares fixadas nacionalmente. (art. 1º, parágrafo único).
- b) Somente “instituições públicas ou privadas especificadamente credenciadas para esse fim” (art. 2º, caput) podem oferecer cursos a distância que conferem certificado ou diploma de conclusão:
- de ensino fundamental para jovens e adultos;
 - de ensino médio;
 - de educação profissional, observando legislação específica (§ 3º);
 - de graduação, observando legislação específica (§ 3º);
- c) a promoção dos atos de credenciamento de instituições está delegada:
- ao Ministro do Estado da Educação e do Desporto;
 - instituições vinculadas ao sistema federal de ensino
 - instituições de educação profissional de nível tecnológico e de ensino superior dos demais sistemas (art. 11)
 - às autoridades integrantes dos demais sistemas de ensino:
 - instituições localizadas no âmbito de suas respectivas atribuições, para oferta de cursos, em Educação a Distância
 - para jovens e adultos
 - de ensino médio (art. 12)

- de educação profissional em nível técnico
- d) o prazo de credenciamento das instituições e de autorização dos cursos será limitado a cinco anos, podendo ser renovado após avaliação (art. 2º, § 4º);
 - a falta de atendimento aos padrões de qualidade (a serem definidos em ato próprio de Ministro) e a ocorrência de irregularidade de qualquer ordem serão objetos de diligência, sindicância e, se for o caso, de processo administrativo que vise a apurá-los, suspendendo-se, de imediato, a tramitação de pleitos de interesse da instituição, podendo ainda acarretar-lhe o descredenciamento (art. 2º, § 6º)
- d) período de adaptação para cumprimento das exigências do Decreto, em relação às instituições que já oferecerem cursos a distância: 1 (um) ano (até 11 de fevereiro de 1999);
- e) certificados e diplomas obtidos em cursos de Educação a Distância, em instituições estrangeiras (mesmo conveniadas com instituições brasileiras), deverão ser revalidados para gerarem efeitos legais, de acordo com as normas vigentes para o ensino presencial. Art. 6º.

A Portaria do Ministério da Educação nº 301, de 7 de abril de 1998, é que estabelece as normas sobre os primeiros aspectos. Em primeiro lugar são fixados os seguintes critérios para credenciamento institucional, são elas;

- Breve histórico que contemple localização da sede, capacidade financeira, administrativa, infraestrutura, denominação, condição jurídica, situação fiscal e para fiscal e objetivos institucionais, inclusive da mantenedora;
- qualificação acadêmica e experiência profissional das equipes multidisciplinares – corpo docente e especialistas nos diferentes meios de informação a serem

utilizados – e de eventuais instituições parceiras;

- infraestrutura adequada aos recursos didáticos, suportes de informação e meios de comunicação que pretende adotar;*
- resultados obtidos em avaliações nacionais, quando for o caso;*
- experiência anterior em educação no nível ou modalidade que se proponha a oferecer.*

Em segundo lugar, a Portaria elenca o mínimo de informações desejáveis, que devem constar de um projeto, para solicitar a autorização para oferecimento de um curso à distância.

- Estatuto da instituição de seu modelo de gestão institucional, incluindo organograma funcional, descrição das funções e formas de acesso a cada cargo, esclarecendo atribuições acadêmicas e administrativas, definição de mandato, qualificação mínima exigida e formas de acesso para os cargos diretivos ou de coordenação, bem como a composição e atribuições dos órgãos colegiados existentes;*
- Elenco dos cursos já autorizados e reconhecidos, quando for o caso;*
- Dados sobre o curso pretendido: objetivos, estrutura curricular, ementas, carga horária estimada para a integralização do curso, materiais didáticos e meios instrucionais a serem utilizados;*
- Descrição da infraestrutura, em função do projeto a ser desenvolvido: instalações físicas, destacando salas para atendimento aos alunos, laboratórios: biblioteca atualizada e informatizada, como acervo de periódico e livros, bem como fitas de áudio e vídeos; equipamentos que serão*

utilizados, tais como: televisão, videocassete, áudio cassete, equipamentos para vídeo conferência, de informática, linhas telefônicas, inclusive linhas para acesso a rede de informação e para discagem gratuita e aparelhos de fax à disposição de tutores e alunos, dentre outros;

- Descrição clara da política de suporte aos professores que irão atuar como tutores e de atendimentos aos alunos, incluindo a relação numérica entre eles, a possibilidade e acesso à instituição, para os residentes na mesma localidade e formas de interação e comunicação como os não-residentes.*
- Identificação das equipes multidisciplinares – docentes e técnicos – envolvidas no projeto e dos docentes responsáveis por cada disciplina e pelo curso em geral, incluindo qualificação e experiência profissional;*
- Indicação de atividades extracurriculares, aulas práticas e estágio profissional oferecido aos alunos;*
- Descrição do processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação e da avaliação do rendimento do aluno ao longo do processo e ao seu término.*

Finalmente, são descritos os procedimentos de análise de solicitações no âmbito do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação, envolvendo as Secretarias de Ensino Superior, de Educação Média e Tecnológica e de Educação a Distância, bem como prevendo o trabalho de comissões de credenciamento, por meio da Portaria nº 9, de 25 de agosto de 1998, da Secretaria de Educação a Distância.

Com essas regulamentações muitas afirmações que vinham com classificações negativas que eram contra o ensino da Educação a Distância acabam se enfraquecendo.

A Educação a Distância deixa de ser alternativa permanentemente experimental ou concebida como a solução paliativa para atender as demandas educativas de jovens e adultos excluídos do acesso e permanência na escola regular, na idade própria. Passa a ser uma estratégia regular de ampliação democrática do acesso à educação de qualidade, direito do cidadão e dever do Estado e da Sociedade.

Contudo, a educação a distância – mesmo regulamentada – não ficou imune de ser vitimada por mitos e mistificações. Paradoxalmente, tanto os que a proclamavam como panaceia dos males educacionais como os que a consideram estratégia de segunda classe para “dar impressão” de atendimento aos excluídos de sempre promover sua desclassificação.

A primeira verdade que podemos afirmar da Educação a Distância é que ela, por tudo e em tudo, é a mesma Educação de que sempre tratamos e que sempre concebemos como direito preliminar de cidadania, dever prioritário do Estado democrático, política pública básica e obrigatória para ação de qualquer nível de governo, conteúdo e forma de exercício profissional de educadores.

A Educação a Distância, é uma forma de fazer educação e, portanto, como educação está necessariamente vinculada ao contexto histórico, político e social em que se realiza como prática social de natureza cultural.

A Educação a Distância também está referida ao processo imanente à pessoa que se educa e que, necessariamente está em relação com o outro. A relação, a interação interpessoal, é tão essencial à educação quanto o é à prática social.

É nesse sentido que o projeto educativo não tende, apenas para um futuro individual, mas se dirige, também e principalmente, para um futuro da sociedade. Sendo assim, o projeto individual se integra ao projeto coletivo, a ponto de não poder existir sem ele. Estes são os fundamentos da educação, da qual a educação a distância é uma alternativa de realização.

A Educação a Distância, portanto, como estratégia de ampliação das possibilidades de acesso à educação essencialmente se comprometendo com o projeto pedagógico e, por meio dele, com o projeto histórico, político e cultural da sociedade.

Para exercer seu papel, a Educação a Distância não poder ser concebida, apenas, como um sucedâneo da educação presencial. Na realidade, a Educação a Distância concretiza o presencial de forma virtual e mediada, quando não pode realizar-se fisicamente, por distância de tempo e espaço.

Por isso é possível afirmar que a função social da Educação a Distância não se restringe a promover a ampliação do número dos que tem acesso à educação. Esta é, certamente, uma importante característica da Educação à Distância e que muito contribui na definição de sua função social.

Mas é, sobretudo, como instrumento de qualificação do processo pedagógico e do serviço educacional que a Educação a Distância traz uma fundamental contribuição. Bastam duas menções para confirmar esta afirmação. Sua utilização para a capacitação e atualização dos profissionais da educação e a formação e especialização em novas ocupações e profissões.

Assim é possível verificar que sem dúvida, essa ação foi uma das mais ponderáveis razões do crescimento desta educacional nos níveis médio e superior. Além disso, a Educação a Distância, por suas próprias características, se constitui em canal privilegiado de interação com as manifestações do desenvolvimento científico e tecnológico no campo das comunicações.

É preciso então, ter muita clareza sobre as condições de ter a Educação a Distância como alternativa de democratização do ensino. As questões educacionais não se resolvem pela simples aplicação técnica e tecnocrática de um sofisticado sistema de comunicação, num processo de modernização do ensino.

A regulamentação da Educação a Distância, mesmo com aspectos merecedores de aperfeiçoamento e reparos, já nos apresentou elementos suficientes e consistentes de estímulo para ações significativas e responsáveis a favor de uma educação de qualidade.

A Educação à Distância só tem sentido quando se realiza como ampliação das possibilidades de acesso à educação, apresentando-se como uma alternativa de

democratização da educação e do conhecimento. Uma característica, portanto, desafiadora de quaisquer limitações à sua utilização. Mas também – e, sobretudo – como um compromisso a ser cumprido como diligente fidelidade.

Aprender e ensinar a distância, assim como presencialmente, implica intencionalizar a ação de apoio pedagógico, desenvolvendo ações capazes de efetivamente concretizar este apoio. É necessário, que a redefinição profunda da relação didática, comunicacional, interativa quando os modos de colher, armazenar, relacionar, direcionar, transmitir e utilizar a informação que promovem cada vez mais uma renovação acelerada na geração e na organização do conhecimento, em permanente reconstrução.

A questão pedagógica, na apropriação das tecnologias – na educação presencial ou à distância – é conhecer a dimensão educacional como qualitativa da comunicação que se estabelece. No discurso, no texto, na imagem, no som, no processo lógico. E esta também é a chave de leitura para qualquer regulamentação.

Órgão de Ensino Superior em Educação a Distância

A Educação a Distância no ensino superior tem provocado certo deslumbre ao propor a renúncia da definição de ensino tradicional. No núcleo dessa definição está uma nova concepção de educação, um reconhecimento de que a nossa compreensão não alcança facilmente o crescente número de informações em que o real vai se construindo e desconstruindo, exprimindo a idéia de que será sempre incompleto e precário qualquer conhecimento.

Na universidade, a formação acadêmica tende a ser uma formação incapaz de acompanhar a velocidade das mudanças tecnológicas, econômicas, culturais e do cotidiano, isto é, baseada na adoção de recursos tecnológicos por meio de estratégias da comunicação e da informação. A função de elaborar, expressar, comunicar e de proporcionar o conhecimento ao ser humano, exercida essencialmente pela escola e, posteriormente pela universidade, torna-se fator determinante para mudança de paradigmas e posturas historicamente cristalizadas.

A sociedade busca produzir um indivíduo capaz de reconhecer o seu meio e poder nele intervir com eficiência e responsabilidade. Entretanto, um paradoxo se apresenta: embora essa busca esteja evidente, mais evidente ainda é o fato de não

haver um sistema de formação superior que consiga atender a uma demanda representativa da população, pelo menos no que se refere à meta estabelecida no Plano Nacional de Educação – PNE (2000), que garante *“prover, até o final da década, a oferta de ensino pós-médio equivalente a, pelo menos, 30% da faixa etária de 19 a 24 anos”*.

No que se refere à compreensão da Educação a Distância como mecanismo de aumento da oferta no ensino superior, o Plano Nacional de Educação estabelece, na meta nº 4, a formação de

(...) um amplo sistema interativo de educação a distância, utilizando-o, inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, tanto os regulares como os de educação continuada, observando as metas estabelecidas no capítulo referente a essa modalidade de ensino. (PNE, 2000)

Os princípios democráticos que sustentam a sociedade brasileira pressupõem uma educação que promova a equidade, a inclusão social e a elevação da cultura geral da população. Em conformidade a esse ideal, a legislação educacional prevê a preparação do indivíduo *“para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”* (Art.2º, LDB, 1996). São, portanto, indicativos de que a educação tem um importante papel a desempenhar no processo de desenvolvimento geral da sociedade.

Todavia, enormes desafios estão por se equacionar no que tange ao alcance dos objetivos e metas contidos no Plano Nacional de Educação. A questão do atendimento à população em idade escolar apresenta índices assustadores no ensino superior, colocando o Brasil em situação questionável em relação a vários países do mundo, inclusive da América Latina. Nesse contexto, observa-se o aparecimento de iniciativas que se apoiam em modelos inovadores de ensino, como por exemplo, a educação à distância. Ações dessa natureza têm sua posição localizada claramente no problema da seletividade, isto é, busca romper com o elitismo até então predominante no ensino superior brasileiro.

A alta seletividade no ensino superior brasileiro e as dificuldades em ampliar significativamente seu atendimento, num país com as dimensões continentais e a má distribuição de renda como é o caso do Brasil, especialmente nos últimos anos,

tem sido um argumento sobre o quais inúmeros programas de ensino a distância se firmaram. Como estratégia inovadora de ensino, a Educação a Distância vem tomando força gradativamente, representando uma alternativa de ampliar as oportunidades de ingresso dos indivíduos nos diferentes níveis educacionais, sobretudo no nível superior. Nos últimos anos, tem-se notado uma preocupação cada vez mais intensa com essa problemática. A partir da primeira metade da década de 1990, o cenário fica propício para uma política de expansão da Educação a Distância, como destaca Vianney (2001).

Para Vianney (2001), a atuação de algumas Instituições de Ensino Superior, acrescida de alguns fatores de mudança, tais como competitividade nacional e internacional entre Instituições de Ensino Superior, iniciativas universitárias autônomas em cursos baseados em Educação a Distância, redução de custos, atendimento a urgentes demandas sociais e legislação específica são componentes que fornecem condições estruturais para implantação em escala de uma Educação a Distância moderna e voltada para o ensino superior no Brasil.

De acordo com o Ministério da Educação em março de 2009, há o registro de 5.636 polos de apoio presencial vinculados a 145 instituições credenciadas para a modalidade de educação a distância. Com as constantes adequações que vêm sendo promovidas na atividade de supervisão, as instituições têm modificado, para melhor, a qualificação de seus polos, portanto esse número poderá ser alterado com o passar do tempo.

O processo da introdução da Educação a Distância como alternativa de formação regular na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), em especial nos seus artigos 80 e 87, ambos situados no final do texto legal.

O artigo 80, integrante das Disposições Gerais, engloba três aspectos importantes da política governamental:

- Incentivo no seu *caput*: “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de (...)”
- Delimitação de espaço, por associação, na finalização de seu *caput*: “(...) educação continuada.”

- Regulamentação/ controle: “A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União”(§1º)

O artigo 87, integrante das Disposições Transitórias, situa a educação a distância como uma das estratégias do Plano Nacional de Educação 1996 –2006, a ser encaminhado ao Congresso Nacional no sentido de:

- “Prover cursos presenciais e a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados” (§3ºII)
- “Realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância” (§3ºIII)

A esse marco inicial se segue uma série de regulamentações que ratificam ou explicitam aspectos pouco claros na legislação básica da Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

- Exigência de credenciamento específico das instituições de Ensino Superior para oferecer quaisquer cursos de Educação a Distância, organizada esta com abertura e regime especiais;
- Exigência de autorização/reconhecimento de cursos de graduação;
- Exigência de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de pós-graduação *stricto sensu* dependentes da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação e da Avaliação da Coordenação de Avaliação e Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES/MEC);
- Dispensa de processo de autorização/reconhecimento para cursos de pós-graduação *lato sensu* somente para instituições credenciadas para Educação a Distância;
- Transferência e aproveitamento de estudos entre as modalidades;
- Exigência de exames presenciais nos cursos de graduação e pós-graduação *stricto e lato sensu*.

Esta série inicial de requisitos traduz tendência do Ministério da Educação de manter a Educação a Distância como um sistema paralelo ao sistema presencial, com credenciamento institucional específico, mesmo para universidades consolidadas. Essa exigência tem sido contestada pelas universidades, com base em sua autonomia. A exigência de autorização para cursos regulares de graduação sofre a mesma crítica porque, na realidade, as universidades serem obrigadas

somente a providenciar o reconhecimento desses cursos tendo em vista que já foram credenciadas pelo Ministério da Educação e não consideram necessário um credenciamento especial, especificamente para a Educação a Distância. Esta controvérsia terá impacto na institucionalização da Educação a Distância no sistema de ensino superior.

A maior objeção incide, entretanto, nos cursos de pós-graduação *lato sensu*, tradicionalmente de livre oferta, que não podem ser oferecidos sem que a instituição passe por um segundo processo de credenciamento institucional. Chegou-se a interpretar a Resolução 1/2001 da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES 1/2001) como abertura para a oferta livre desses cursos, mas todas as consultas feitas resultaram no reconhecimento do primado da lei básica da educação – a LDB/96 – que estabelece essa obrigatoriedade para todos os casos, sem exceção.

Como exemplo de uma iniciativa política de inserção da Educação a Distância no sistema de ensino superior pode ser registrada a Portaria 2253/2001 do Ministério da Educação que torna possível, em cursos superiores presenciais reconhecidos, a oferta de disciplinas que, em seu todo ou em parte, utilizem método não presencial, respeitando o limite de 20% do tempo previsto para a integralização do respectivo currículo.

Para atender às lacunas e distorções que o processo de regulamentação da Educação a Distância na educação superior vem apontando assim como as reivindicações de instituições atuando no campo, uma Comissão de Especialistas do Ministério da Educação (SESU/MEC, 2002) elencou as seguintes propostas que foram incluídas na minuta de novo decreto de regulamentação, tornado público em agosto de 2002:

- Abandono do duplo credenciamento Toda e qualquer Instituição de Ensino Superior que já esteja credenciada para o ensino superior poderia credenciar-se, para a oferta de educação à distância, bastando para tanto que tal propósito esteja escrito e integrado a seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), devidamente aprovado pelo Conselho Nacional de Educação.
- Credenciamento de parcerias Quanto às parcerias entre instituições para oferta de educação a distância, sempre e quando uma delas, pelo menos,

esteja legalmente credenciada para tal fim, especialmente quando estiverem incluídas instituições estrangeiras, dois princípios devem ser assegurados: a submissão dos termos dos convênios, acordos ou parcerias ao exame do Conselho Nacional de Educação quanto à sua legalidade; e a publicitação do conteúdo e objetivos dos convênios, acordos ou parcerias formalizadas para a oferta de cursos, mediante a publicação de seus termos(...)

- Manutenção dos momentos presenciais na avaliação dos alunos A exigência de momentos presenciais em alguma parte do processo avaliativo da educação a distância se revela indispensável. No mais, a avaliação deverá ser efetuada ao longo do curso, como desdobramento necessário de seu caráter avaliativo, e não só ao final das atividades.
- Institucionalização da avaliação institucional há que se considerar a importância da avaliação institucional, que deverá obedecer aos mesmos critérios e padrões fixados para os cursos presenciais, observadas as suas peculiaridades.

Registra-se então que o legislador acerta quando determina que os cursos à distância devam ter a mesma duração definida para os cursos análogos presenciais.

Segundo Litto (2003), para se inserir num processo de aprendizagem a distância são necessários perfis específicos e ela não serve para alunos desmotivados ou que precisam de muita atenção de um professor e, além disso, a educação básica brasileira não forma indivíduos plenamente preparados para uma graduação à distância.

Especificamente para as Instituições de Ensino Superior que procuram por meios para oferecer cursos nesta modalidade, satisfazendo tanto uma necessidade mercadológica quanto social, com objetivos sérios e com qualidade, deve-se estar ciente de que não apenas receberá alunos com o perfil necessário, mas deverá estimular tal desenvolvimento de inúmeros outros e a estruturação de tais cursos deve ser pautada na legislação, que é a diretriz para essas iniciativas.

Assim, a legislação existente relacionada à modalidade de Educação a Distância no Brasil não deve ser rechaçada como um entrave ao seu desenvolvimento, mas sim reconhecida pelo seu espírito projetivo, incentivador e regulador, como necessário.

Modelo de Educação a Distância

Um dos componentes fundamentais da Educação a Distância é o diagnóstico do contexto e do perfil dos alunos. Na educação tradicional temos os alunos em um ambiente controlado (sala de aula), com tempo dedicado, com a presença de colegas que normalmente residem na mesma cidade. Em cursos à distância para atendimento em grande escala, como é o caso do curso Contabilidade de Empresas do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística o contexto dos alunos e o seu perfil é muito diversificado, a dispersão geográfica é o Brasil inteiro, a faixa etária da maioria dos alunos está entre 37 e 47 anos e as variações culturais correspondem às do próprio país.

Não apenas o professor tem sua capacidade de percepção alterada ou postergada; também os alunos, por estarem em contexto nem sempre especialmente destinado ao aprendizado e em frente a uma mídia que para eles é novidade, por se tratar da primeira experiência da absoluta maioria em programas de Educação a Distância, estão sujeitos a uma série de interferências na comunicação com o professor e entre colegas.

O planejamento do curso, as metáforas e exemplos devem ser facilmente entendidos pelos alunos, a linguagem, o ritmo e as imagens do curso devem colaborar para a motivação e o entendimento. Quanto mais o curso for dirigido ao aluno, menor será a interferência da mídia na comunicação, a sensação de isolamento e maior o envolvimento dos estudantes. O perfil dos alunos é a base para a construção do curso, da escolha da estratégia pedagógica e da mídia.

A mídia é o segundo item do modelo, outro dos componentes de avaliação, devendo ser considerada não só a acessibilidade dos professores e alunos à tecnologia, mas também a adequação do seu uso, sua influência no curso como um todo, como fator potencializador ou limitante de toda a comunicação.

Após conhecer o perfil dos alunos e as mídias possíveis de serem utilizadas, é necessário conhecer o terceiro item básico do modelo de Educação a Distância: a estratégia pedagógica. As possibilidades de comunicação no ambiente educacional, restritas "à unidirecionalidade professor-aluno nas metodologias objetivistas, cedem lugar a contatos multisensoriais nas teorias de Piaget, Wallon e Vigotsky, e agora incorporam uma comunicação multidirecional a partir dos conceitos da psicologia

cognitiva e das possibilidades de interação permitidas pelos ambientes de redes de comunicação" (Vianney, Bolzan, Rodrigues e Falcão, 1997).

Os três itens básicos são fundamentais e complementares, não se pode afirmar que um item é mais importante do que outro, a integração e o cuidado na análise de cada um é que possibilitarão a construção de um bom curso.

O modelo deve ser modulado independente do conteúdo, podendo adaptar-se a qualquer área do conhecimento. O especialista/conteudista, ao estruturar o curso, ou participar da equipe responsável, poderá utilizar modelo para adaptar o conteúdo a diversas situações.

Perfil dos Alunos

Quanto mais informações puderem ser obtidas sobre os alunos, será relevante ao desenvolvimento da aprendizagem. A primeira pergunta que ocorre é: Porque está sendo realizado determinado curso? A resposta abrange a duas categorias: 1) se o curso é aberto - o aluno se matricula por vontade própria, buscando, por exemplo, aprimorar seus conhecimentos em uma determinada área ou adquirir novas habilidades, provavelmente em busca de melhores oportunidades na carreira. 2) se o curso é fechado ou dirigido - promovidos por instituições, onde os alunos podem se sentir pressionados ou vislumbrar oportunidades de ascensão profissional, influenciando a motivação e o desempenho.

Moore e Kearsley (1996) mencionam vários fatores extracurriculares que podem influenciar o desempenho do aluno à distância como "o trabalho (estabilidade, responsabilidades), família, saúde e interesses e obrigações sociais podem influenciar positiva ou adversamente o aluno." Os autores comentam que o melhor indicador do sucesso de um aluno a distância é sua formação acadêmica. Quanto mais graduado o aluno, mais chance tem de completar com sucesso o curso. A variável isolada mais importante é a intenção do aluno de completar o curso.

Algumas questões são essenciais para identificação dos alunos, mas não esgotam todos os detalhes possíveis de ser obtidos:

- a) dispersão geográfica;
- b) que tipo de tecnologia de comunicação tem acesso;
- c) faixa etária;

- d) grau de escolaridade/patamar de conhecimento do tema;
- e) situação motivacional;
- f) contexto;
- g) informações culturais.

O cruzamento das respostas das questões a e b permitem verificar quais meios de comunicação são possíveis de serem utilizados. As respostas de todas as questões indicam sobre o repertório básico dos alunos, da linguagem, da estética, dos símbolos e metáforas que possam ser utilizadas para a construção de materiais de comunicação eficazes.

O autor Willis (1996) sugere que para entender melhor a audiência, deve-se considerar a idade, formação cultural, experiência, interesses e nível educacional. Checar a sua familiaridade com as mídias a serem utilizadas, determinar como vão aplicar o conhecimento obtido no curso e registrar se a classe será um grande grupo ou pequenos subgrupos com características semelhantes. Cursos que possam atender a um grande número de alunos dispersos geograficamente envolvem produção de material de qualidade, que considere a diversidade cultural dos alunos, tal como coloca Gardner (1994, pág. 132) que os:

"Símbolos e sistemas de símbolos adquirem sua maior utilidade quando entram na formação de produtos simbólicos completos: histórias e sonetos, peças e poesia, provas matemáticas e soluções de problemas, rituais e peças teatrais - todo tipo de entidades simbólicas que os indivíduos criam para transmitir um conjunto de significados e que outros indivíduos impregnados na cultura são capazes de entender, interpretar, reconhecer, criticar ou transformar."

Paulo Freire (1983) vai além da questão simbólica em seu trabalho, ressaltando a importância da contextualização dos temas ao cotidiano e valores dos alunos:

"Somente na comunicação tem sentido a vida humana. Que o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educando, mediados ambos pela realidade, portanto, na intercomunicação. Por isto, o pensar

daquele não pode ser um pensar para estes nem a este imposto. Daí que não deva ser um pensar no isolamento na torre de marfim, mas na e pela comunicação, em torno, repitamos, de uma realidade."

Além do repertório simbólico e situação contextual dos alunos, podemos considerar ainda a Teoria das Inteligências Múltiplas de Howard Gardner (1994), que considera sete "Inteligências" básicas, oferecendo uma visão mais abrangente e flexível do conceito de Inteligência, que por muito tempo esteve restrito às habilidades lógica-matemática e verbal, representadas, entre outros atributos pelo teste de Quociente de Inteligência, valorizado pela escola tradicional do Ocidente.

Não que as habilidades lógico-matemáticas e verbais não sejam fundamentais no cenário da comunicação e, portanto, da educação. Se considerarmos que o próprio Gardner reconhece a necessidade do uso de referências identificáveis entre os interlocutores, pelo menos para as pessoas que tiveram formação escolar tradicional, estas "inteligências" são as que têm os símbolos mais facilmente reconhecíveis e também possíveis de serem transportados através dos "átomos" do papel, uma vez que parte significativa da população ainda não tem acesso/domínio das linguagens das demais inteligências e nem todas são adequadas à estrutura racional necessária ao conhecimento acadêmico.

Kearsley (1990) registra alguns dos muitos aspectos de linguagem e comunicação que são culturalmente relativos: humor, idioma, abreviações, nomes, datas, sistemas de medidas. Mesmo entre países que falam a mesma língua existem diferenças, isto sem considerar os aspectos religiosos, políticos, sociais e referências que possam ser óbvias para um grupo e desconhecidas para outro.

Além do repertório simbólico e o contexto dos alunos, elementos que interferem nos processos de aprendizagem mesmo em cursos presenciais, em educação à distância temos que considerar outros elementos, como a interação com a interface da mídia. Tomamos como base o modelo de Hoffman e Mackin (1997), baseado nos trabalhos de Moore (1989) e Gunawardena, Hillman e Willis (1994), que considera 4 tipos de interação: aluno/interface, aluno/conteúdo, aluno/instrutor e aluno/aluno.

A primeira interação proporciona o acesso que permite aos aprendizes não só receber a informação, mas também participar das demais interações. A interação

aluno/interface é a "linha vital" para todo o curso, se ela falha, o treinamento também pode falhar. Entre outras medidas, é preciso tornar a tecnologia o mais amigável e transparente possível.

A segunda interação que acontece entre o **aluno e o conteúdo** é chamada por Michael Moore (apud Hoffman e Mackin) de "interação intelectual", que é aquela em que o entendimento, a percepção e as estruturas cognitivas do aluno são transformados. A visualização do conteúdo das lições é crítico para estimular satisfatoriamente não só a percepção e a cognição, mas também a atenção do aluno por longos períodos de tempo. Hoffman e Mackin propõem o "*enterTRAINment*", uma mistura de treinamento com entretenimento para capturar a atenção e a imaginação dos estudantes.

A terceira interação é a que acontece entre **aluno e professor**. O papel do instrutor é o de dirigir o fluxo da informação para o estudante, baseado em duas categorias gerais: o toque humano e o diretor de aprendizagem. O primeiro é a capacidade de estimular e motivar o aluno, manter o seu interesse, dar apoio e encorajá-lo no processo de aprendizagem. O diretor de aprendizagem é o papel que o professor representa na hora de organizar as matérias (o design do curso) e de providenciar o máximo de oportunidades de aprendizado ao aluno.

As interações **aluno-aluno** acontecem de duas maneiras principais, a primeira são contatos superficiais de caráter social, após o contato social ampliam-se as possibilidades de contatos com caráter educativo, com trabalhos em grupo, solução de problemas e discussões de *cases*. Estas interações quando bem projetadas oferecem a oportunidade para os estudantes expandirem e aplicarem o conhecimento do conteúdo das lições de outra maneira, impossível no estudo solitário.

Utilizando a definição de Mathews e Cooper (1995) para fazer uma distinção entre aprendizado cooperativo e colaborativo nas interações aluno-aluno, os autores propõem que o termo cooperativo seja utilizado em cenários mais estruturados, onde o grupo tem uma tarefa específica para cada aluno, o professor interfere quando considera apropriado, os alunos recebem treinamento sobre como trabalhar no sistema e fazem relatos/resumos ao final de cada etapa.

O aprendizado colaborativo é menos estruturado, com os próprios alunos organizando seus grupos, menor intervenção do professor e os alunos definindo as regras de críticas aos ensaios.

Se existe a possibilidade de desenvolvimento de trabalhos em grupos, não podemos deixar de citar Daniel Goleman (1996, pág 88) com seus estudos sobre Inteligência Emocional. Goleman toma como base a teoria de Gardner e desenvolve a parte emocional e da convivência dos grupos, e registra que

o fator individual mais importante na maximização da excelência de um grupo era a medida em que os membros podiam criar um estado de harmonia interna, que lhes permitia aproveitar todo o talento de seus membros. O desempenho geral de grupos harmoniosos era ajudado por ter um membro particularmente talentoso; os grupos com mais atrito eram muito menos capazes de capitalizar o fato de terem membros de grande capacidade. Em grupos onde há altos níveis de estática social e emocional - seja por medo ou raiva, rivalidades ou ressentimentos - as pessoas não podem dar o melhor de si.

O atendimento a um grande número de alunos - uma das principais características da educação a distância, certamente traz à tona a diversidade e riqueza de cultura inerentes aos seres humanos. A própria diversidade implica na impossibilidade de adotar uma única fórmula que possa ser aplicada a todos os casos. Um mix de procedimentos adequado a cada situação, considerando o maior número de variáveis possível e flexibilidade na condução do processo poderá conduzir a um melhor resultado.

A avaliação de cursos feitos a distância e o registro dos procedimentos e resultados são fundamentais para a consolidação de uma alternativa de educação que pode trazer enormes benefícios para o Brasil, alcançando pessoas isoladas geograficamente ou que não tem condições de frequentar a escola tradicional. A insistência na pesquisa e registro das experiências brasileiras vêm da crença que os modelos internacionais - a princípio mais avançados, mas não necessariamente mais adequados - não devem ser simplesmente traduzidos e aplicados no Brasil, no mínimo devem ser adequados ao contexto do país e à realidade dos alunos.

A pesquisa das iniciativas e cursos das instituições com histórico e tradição da área certamente contribuirão para a construção de um modelo que considere a realidade nacional e atenda as diferentes necessidades que se apresentam em cada caso.

CAPITULO – 3

PONTÍFICAS UNIVERSIDADE CATÓLICA DO BRASIL – VISÕES, CARACTERÍSTICAS E APLICABILIDADE DO ENSINO A DISTÂNCIA.

Atualmente é possível analisar que nas Instituições de Ensino Superior que oferecem o ensino de forma a aplicar os principais objetivos da Educação a Distância deseja inserir na sociedade como todo, estão trazendo em sua bagagem experiências da educação presencial aplicada na Educação a Distância, porém como a abordagem destinada a esse propósito.

Nos anos 1970, foi caracterizada e aplicada pelo uso adicional de dois meios de comunicação eletronicamente analógicos, ou seja, o rádio e a televisão, e mais tarde chegaram os vídeos que valorizaram os centros de estudos. Tal mudança foi teve um valor inestimável para a ascensão da educação à distância, colocando-a em um patamar de novas perspectivas de avanço para essa modalidade de ensino.

Essas novas tecnologias foram integralizadas e não ocasional, trazendo assim materiais didáticos de alta qualidade nas universidades, com políticas educacionais que preservaram sempre as visões fundamentais que consolidam a percussão da Educação a Distância.

As experiências que as instituições de ensino superior têm com os recursos utilizados para essa modalidade de ensino tiveram na década dos anos noventa foi um caminho que fizeram com que as Instituições de Ensino Superior tivessem uma visão mais no sentido da aproximação e facilidade na participação das atividades educacionais dos alunos no ambiente que são inseridos no Educação a Distância.

No Brasil as Universidades pioneiras na introdução da Educação a Distância foram as Universidades de Brasília e a Universidade Federal de Santa Catarina, utilizando em seus laboratórios o Ensino a Distância. Surgiram então outras Instituições de Ensino Superior que começaram a inserir em seus cursos o de modalidade Educação a Distância, dando sequência a uma lista razoavelmente grande credenciada no Ministério da Educação.

Com todo esse percurso em que se trilha a Educação a Distância no ano de 2001 foi criada a Rede de Instituições Católicas de Ensino Superior (RICESU), inicialmente com oito universidades credenciadas.

Desde a década de 1920 os católicos vinham se organizando, através da revista *A Ordem* (1921) e do *Centro Dom Vital* (1922), com o propósito de ter uma atuação mais marcante no processo decisório nacional. Sob a liderança do arcebispo dom Sebastião Leme, do padre Leonel Franca e de Alceu Amoroso Lima, articulou-se assim um movimento em favor da educação superior católica. Em 1929, foi fundada a Associação dos Universitários Católicos, em 1932 o Instituto de Estudos Superiores e em 1933 a Confederação Católica Brasileira de Educação. Em 1934, realizou-se no Rio de Janeiro o I Congresso Católico de Educação.

Para o grupo católico, a universidade enquanto espaço de socialização das elites dirigentes tinha necessariamente que ser católica. Daí sua incompatibilidade com projetos como o da Universidade do Distrito Federal, identificada com nomes como Pedro Ernesto e Anísio Teixeira, considerados homens de esquerda.

Em 1940, a Companhia de Jesus recebeu de dom Leme a incumbência de dirigir a futura universidade católica. Nesse mesmo ano o Conselho Nacional de Educação concedeu por unanimidade autorização prévia para o funcionamento das Faculdades Católicas, que incluíam uma Faculdade de Direito e sete cursos da Faculdade de Filosofia (geografia, história, ciências sociais, pedagogia, letras clássicas, neolatinas e neogermânicas). A eleição das faculdades de Filosofia e de Direito como núcleos do ensino superior católico convinha ao projeto da Igreja, já que a maior parte das elites brasileiras era composta de juristas e advogados. Também interessava a disseminação da cultura humanística entre as elites, facilitando a sua espiritualização.

Atualmente no Brasil temos sete Pontifícias Universidade Católica que desenvolve seus respectivos perfis de ensino, e somente são Pontifícias as Universidades que recebem o título do Papa (autoridade máxima mundial católica) de honorífico.

O termo “Católica” traduz a sua adesão à religião católica. Trata-se, portanto, de uma instituição “confessional” ou, declaradamente religiosa. Isso exige preservação dos valores e princípios ensinados pela Igreja Católica.

O título de "Pontifícia" é uma distinção outorgada pelo Papa a uma universidade católica. É o reconhecimento à contribuição de uma instituição universitária ao bem da Igreja no que diz respeito à formação superior, tanto nas ciências, quanto nas artes.

Partindo dessas características, vemos que existem em todas as Pontifícias Universidades Católicas em comuns, são seus pontos de vistas que trazem em suas referencias, quadros de valores humanos que unem umas as outras em especial nesses aspectos.

Os princípios cristãos se referem aos valores ensinados pela tradição da Igreja, pelo evangelho e pela teologia cristã. O amor ao próximo, à atitude de pedir e oferece perdão, a solidariedade, a partilha, a fraternidade universal e a paz e a igualdade são abordadas por todas e que representam teoricamente o que são aplicados para os estudantes. Esses princípios diretamente relacionados no método de ensino nessas instituições nos remete ao lado emocional, fazendo com que os estudantes se assemelham e agregam mais aos valores apresentados.

As Pontifícias Universidades Católicas estão espalhas em alguns estados brasileiros, somente duas no mesmo estado.

Das Pontifícias Universidades Católicas que estão direcionando nosso estudo, somente cinco das sete Pontifícias Universidades Católicas estão credenciadas em um órgão de grande relevância para o ensino a distancia. Que são: PUC-São Paulo, PUC-Campinas, PUC-Minas Gerais, PUC-Paraná, PUC-Rio Grande do Sul, PUC-Goiás e PUC-Rio de Janeiro.

PONTIFÍCIAS UNIVERSIDADES CATÓLICAS DO BRASIL

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

A PUC-SP foi fundada em 1946, a partir da união da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento (fundada em 1908) e da Faculdade Paulista de Direito. Agregadas a elas, mas com estruturas administrativas financeiras independentes, estavam outras quatro instituições da Igreja. Tempo da Universidade Católica de São Paulo, cuja missão era formar lideranças católicas e os filhos da elite paulista.

No início do ano seguinte, o Papa Pio XII concedeu à Universidade Católica o título de Pontifícia e nomeou como primeiro grão-chanceler da instituição o cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota. Também arcebispo de São Paulo, o cardeal Mota foi fundador e um dos principais idealizadores da PUC-SP.

Nos mais de sessenta anos de história da PUC-SP, é possível indicar três fazes relevantes de níveis de grande influência para a instituição;

- Implantação da educação católica superior na forma de Universidade, com predomínio das humanidades e com a finalidade principal de ensino. (1946-1969)
- Adesão ao modelo de Universidade de pesquisa com a preservação da tradição humanista, cujo marco é a fundação de pós-graduação, período no qual a PUC-SP transformou-se em Universidade influência internacional. (1969-1990).
- Fase em que abriu, na década de 1990, marcada pela exploração de novas tendências em diálogo com transformações culturais e tecnológicas da sociedade e com a mundialização. Um desafio que vivemos, nos tempos de hoje, considerando a internacionalização da PUC-SP e, por conseguinte, uma busca de articulações e de um reconhecimento num âmbito maior.

A realização das atividades fim da Universidade pressupõe estruturas organizacionais que administrem suas dinâmicas acadêmicas, bem como estruturas administrativas que forneçam meios para a sustentação e a gestão dessa finalidade. Depois da reforma de 1970, a Universidade avançou do ponto de vista do ensino e

da pesquisa, do número de programas de pós-graduação, de modalidade de cursos, de grupo de pesquisa. Criou, para tanto, novas estruturas administrativas, a partir de uma lógica de anexação.

Desde a sua criação, a PUC-São Paulo sempre teve na sua vocação pública e no seu compromisso social a referência e o estímulo para suas ações e seu desenvolvimento.

De acordo com o seu Estatuto, no cumprimento de sua missão, a instituição orienta-se fundamentalmente pelos princípios da doutrina e moral cristãs, assegurando, por coerência e consequência, a liberdade de investigação, de ensino e de manifestação de pensamento, objetivando sempre a realização de sua função social, considerados a natureza e o interesse público de suas atividades. (Artigo 3º do Estatuto da PUC-SP).

Doutrinariamente, esse compromisso assumido pela PUC-São Paulo está em coerência com a missão da Universidade Católica, definida pelas Diretrizes e Normas para as Universidades Católicas da CNBB, que é de servir à humanidade e à Igreja segundo os valores revelados na mensagem salvífica do Cristo, fomentando o diálogo entre a razão e a fé, Evangelho e cultura. Nesse sentido, ela deve favorecer o encontro da Igreja com a comunidade científica e acadêmica, ajudando a responder aos graves problemas de nosso tempo. À luz da revelação e guiada pelo esforço da inteligência, deve consagrar-se sem reservas à *“investigação livre, responsável, corajosa e alegre da verdade sobre o universo, em todos os seus aspectos e em seu nexos essencial com a verdade suprema, Deus.”* Por uma dedicação incansável, deve aprofundar o conhecimento do significado e do valor da pessoa humana através do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como a proclamação da verdade, *“valor fundamental, sem o qual se extingue a liberdade, a justiça e a dignidade.”*

A PUC-São Paulo possui uma linha de ação que busca aliar o máximo de excelência acadêmica ao máximo de compromisso social. Essa ação terá a garantia de sua permanente evolução no processo de produção de conhecimento por meio de atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, metodologicamente presentes nos projetos pedagógicos institucionais para a graduação, para a formação de professores da educação básica, para os cursos superiores de tecnologia, e ainda nos programas de pós-graduação e planos de trabalho docente.

A formação acadêmica, marcada pela ética e pelo humanismo, busca acompanhar, atenta e criticamente, as transformações por que passam as diferentes áreas de saber – a ciência, a tecnologia, as artes, a filosofia e a teologia - , oferecendo novas qualificações profissionais nos âmbitos do ensino e da pesquisa, incorporando novas propostas curriculares e inovações tecnológicas em modalidades de ensino presencial a distância.

Na PUC-SP, a Educação a Distância teve início na década de 90 por meio de pesquisas que foram desenvolvidas sobre o uso das novas tecnologias nos processos de ensino e aprendizagem. A partir de 1994, a prática de Educação a Distância foi materializada em cursos mediados pelo computador para a comunidade externa, viabilizados por meio da antiga BBS (*Bulletin Board System*). Na época, os cursos oferecidos foram cursos de Inglês e Francês Instrumental, Texto Empresarial e cursos de redação para vestibulandos em língua portuguesa.

Com a reformulação da estrutura da Universidade, foi criada a Coordenadoria de Educação a Distância da PUC-São Paulo que passou a ser lócus de referência institucional para gerir os cursos à distância, de graduação ou extensão, conforme apontado no Regimento da Universidade, no Artigo 131 – Parágrafo Único; *“a gestão dos cursos de Educação à Distância ficará a cargo da Coordenadoria de Educação a Distância”*.

A modalidade de Educação a Distância, faz parte da política educacional da PUC-São Paulo que, por um lado prioriza a socialização do conhecimento – considerando a pesquisa como parte desse processo – e, por outro, vislumbra essa modalidade como uma importante estratégia de ensino e aprendizagem, desde que elaborada visando uma educação de qualidade, ou seja, uma possibilidade de aliar o compromisso político e ético – marca registrada na instituição – a excelência pedagógica. Assim, a universidade não faz distinção entre as diversas modalidades de ensino no que se refere às exigências de qualidade, tanto no campo dos procedimentos acadêmicos e administrativos, quanto aos critérios de avaliação e conhecimentos produzidos, em todas as suas formas de apresentação. Além disso, a Educação a Distância deve ser vista como uma alternativa para atender uma demanda maior e mais diversificada, e, além disso, como uma possibilidade de participação da universidade na concretização do processo de inclusão, princípio norteador de seu projeto de Educação a Distância.

A Coordenadoria de Educação a Distância (CEAD) é organismo de natureza transversal, responsável pela gestão de projetos e de atividades acadêmicas e científicas na área de Educação a Distância, servindo ao conjunto da PUC-SP, em assuntos de sua atuação específica com finalidades internas e externas.

A Coordenadoria de Educação a Distância está ancorada nos seguintes princípios:

- Respeito à autonomia e ao trabalho descentralizado nas unidades de ensino.
- Valorização das atividades de Educação a Distância, de educação semipresencial e de atividades de aprendizagem mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação na difusão do conhecimento produzido por essas atividades pela Universidade.
- Articulação e integração com as unidades acadêmicas de Graduação e Pós-Graduação e Educação Continuada, visando à assessoria para proposição, acompanhamento e avaliação dos cursos.
- Valorização e expansão de cursos de Educação a Distância.
- Incentivo ao uso de educação semipresencial nos cursos de Graduação.
- Valorização dos docentes de cursos semipresenciais e a distância.
- Captação de projetos na área de Educação a Distância.
- Incentivo às atividades de pesquisa na área de EAD e uso de tecnologias integradas às atividades de docência.
- Monitoramento contínuo das ações empreendidas e compartilhamento dos dados com a comunidade interna e externa.

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

A Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, com sede em Campinas, Estado de São Paulo, mantida pela Sociedade Campineira de Educação e Instrução, é uma instituição educacional, de natureza confessional católica, fundada aos 07 de junho de 1941. Foi reconhecida como Universidade pelo Governo Federal, nos termos dos Decretos no 38.327, de 19 de dezembro de 1955, e no 48.689, de 04 de agosto de 1960 e erigida canonicamente como Universidade Católica, pela Santa Sé, aos 08 de setembro de 1956.

A Pontifícia Universidade Católica de Campinas, a partir de valores ético-cristãos e considerando as características socioculturais da realidade, tem como missão produzir, sistematizar e socializar o conhecimento, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando à capacitação profissional de excelência, à formação integral da pessoa humana e à contribuição para a construção de uma sociedade justa e solidária.

Sua missão possui inspiração cristã, guiando-se ainda pela reflexão constante sobre o conhecimento humano à luz da fé católica, ao qual procura dar sua contribuição mediante as próprias investigações.

A sua visão é que a partir de valores ético-cristãos, considerando as características socioculturais da realidade, tem como missão produzir, sistematizar e socializar o conhecimento, por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando à capacitação profissional de excelência, à formação integral da pessoa humana e à contribuição com a construção de uma sociedade justa e solidária.

Para cumprir a sua missão institucional, a PUC-Campinas norteará a execução de suas atividades pelos seguintes valores e condições de desempenho:

- **Solidariedade:** Vivenciar o processo de construção da pessoa como sujeito da ação educativa e social na comunidade acadêmica, a partir do compromisso, diálogo, respeito, cooperação com o outro, como expressão das atividades internas e externas do ser Universidade, na perspectiva de uma educação solidária, que contribua para o processo de transformação da sociedade.
- **Respeito ao pluralismo e à diversidade :** A postura crítica, de respeito às posições político-ideológicas e à liberdade de crença, e o espírito de diálogo, de maturidade e de debate estarão presentes em todas as ações desenvolvidas pela Universidade, que se pautará pelo reconhecimento da diferença como riqueza da comunidade acadêmica.
- **Responsabilidade com o meio ambiente:** A PUC-Campinas, em todas as suas atividades, privilegiará o compromisso com a preservação do meio-ambiente e buscará desenvolver junto à comunidade universitária a consciência ecológica e o compromisso com a sustentabilidade.

- **Desenvolvimento com sustentabilidade econômico-financeira:** O funcionamento, expansão e desenvolvimento da PUC-Campinas serão sustentados com os recursos que conseguir gerar com suas atividades ou com parcerias. Privilegia a condição de autofinanciamento e a geração de excedentes que possam ser distribuídos dentre as demais atividades da Universidade que não possuem condições de apresentar retorno financeiro, mas que são de grande relevância para o cumprimento de sua Missão. Nesse sentido, manter a PUC-Campinas econômica e financeiramente saudável deve ser compromisso de cada integrante da comunidade universitária, sem prejuízo da busca da qualidade, da iniciativa e da ação empreendedora.
- **Pró-atividade:** A PUC-Campinas adota uma postura pró-ativa no conjunto das ações empreendidas pela Universidade, procurando antecipar-se aos acontecimentos e não apenas reagir às situações que se apresentem, assumindo efetivamente o comando do seu futuro.
- **Compromisso social:** A PUC-Campinas, fiel à sua identidade católica e comunitária, possui o compromisso de colaborar com a transformação da sociedade numa perspectiva justa e solidária, estimulando o desenvolvimento desse compromisso junto à comunidade universitária.

A partir de sua Missão e de seus Valores tem como finalidades estatutárias:

- promover a formação integral de seus membros, respondendo às indagações e inquietações da pessoa humana e da sociedade;
- promover e cultivar, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, todas as formas de conhecimento, produzindo-as, sistematizando-as e difundindo-as, sempre comprometida com a ética e a solidariedade que priorizam a dignidade da vida;
- promover o ensino, a pesquisa e a extensão, formando e aperfeiçoando professores, pesquisadores, profissionais e técnicos, nas diferentes áreas do conhecimento, aptos a uma inserção construtiva e crítica no desenvolvimento da sociedade brasileira;
- promover a pesquisa e estimular a atividade criadora nas ciências, letras e artes, contribuindo, também, para a integração da cultura nacional;

- dedicar-se ao estudo da realidade do mundo presente, em particular, da realidade brasileira e regional, em busca de soluções democráticas para os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico, social e cultural;
- estabelecer uma relação de solidariedade e reciprocidade com a comunidade local, através de atividades de extensão nas várias áreas do conhecimento, mediante a realização de estudos, cursos e projetos;
- promover a integração do ensino com a pesquisa e a extensão, otimizando seus recursos, de modo que se evite a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;

Um elemento que se relaciona intimamente com a PUC-Campinas é a forma de desenvolvimento da Universidade, que cada vez mais está inserida na sociedade campineira trazendo uma configuração que foi adquirida nos termos do ensino, pesquisa e extensão.

A trajetória da PUC-Campinas nos mostra uma das suas principais características institucional; a forte articulação com a sociedade local; a preocupação com a formação dos jovens das famílias das cidades da região, em todos os níveis educacionais; a prestação de serviços e o retorno dos conhecimentos para sociedade que está intimamente ligada; a ação pautada pelos valores éticos e cristãos.

Outro conjunto de elementos que diz respeito à própria evolução da instituição e configura um modelo caracterizado por suas tradicionais competências na educação. Assim podemos descrever tais elementos:

- Desenvolvimento de processos gerais institucionais e processos específicos voltados a diferentes atividades (ensino, pesquisa e extensão), na maioria das vezes pouco articulados e até com objetivos diferenciados;
- Encaminhamentos pontuais no que se refere à definição de propostas e implementação de ações concretas a partir de auto avaliações frequentes;

- Acompanhamentos pontuais, tanto nos próprios resultados da avaliação, quanto dos seus resultados e consequências;
- Apresenta um grande numero de iniciativas da administração superior da Universidade, com as iniciativas das unidades acadêmicas;
- Possui for componente participativo, onde professores, funcionários e alunos agregam valores e opiniões significativas para o andamento de novas ações e funcionabilidade da instituição;

Para reunir esses e outros demais elementos, a definição uma política educacional onde tudo que acrescenta é agregado para contribuir com importantes processos de definição de seus presentes e futuros rumos, nas políticas e planos plurianuais e anuais, que incluem a definição de uma instituição que tem sempre em seus principais objetivos, a excelência no seu ensino e colaboração do desenvolvimento na sociedade que está inserida.

A PUC-Campinas desenvolve estudos e prospecções de Educação a Distância desde 1997. Em 1998, iniciou-se a primeira turma de alunos na modalidade semipresencial, no curso de Mestrado em Gerenciamento de Sistemas de Informação. No início de 1999, devido à importância que a Educação à Distância adquiria, dentro e fora da instituição, foi então criada uma assessoria, com o objetivo de incentivar, apoiar, regulamentar e acompanhar os rumos da Educação à Distância na Instituição. Na ocasião, a assessoria elaborou e apresentou à Reitoria o projeto de reestruturação do Núcleo de Atendimento Remoto (NAR), para melhor responder à crescente demanda do ensino à distância na Universidade. O projeto foi realizado e, na sequência, a assessoria elaborou um outro projeto visando à estruturação de um Centro de Educação à Distância na Universidade.

Em junho de 2001, com a criação do setor de Ensino a Distância, cujo objetivo principal é o de sistematizar esse aspecto na Universidade, iniciou-se o projeto de criação de um Centro de Ensino a Distância. O funcionamento inicial da Coordenadoria de Ensino a Distância (CED) contou com um Conselho Consultivo nomeado pela Reitoria. O critério para nomeação incluiu a representação das unidades acadêmicas que já desenvolviam ou se interessavam por práticas de Ensino a Distância. A Coordenadoria de Ensino a Distância ocupou-se, então, com a sistematização das práticas de Educação a Distância desenvolvidas a partir de

demandas pontuais. Dentre os itens dessa sistematização está a metodologia adotada, assunto de constante preocupação quanto à avaliação e desdobramentos das práticas dos cursos e áreas do conhecimento.

O padrão adotado fixou-se nos conceitos de aulas virtuais (conteúdos disponibilizados por computador) e presenciais (aulas convencionais coletivas com a presença da classe e do professor). Definiu-se que a carga horária total do curso poderia ser desenvolvida em até 75% de aulas virtuais e um mínimo de 25% de aulas presenciais obrigatórias, medida que exigiu a modulação de 15 alunos para as aulas virtuais. Projetos de novos cursos foram orientados seguindo restrições da Universidade no aguardo de seu credenciamento pelo Ministério da Educação, que passou a ser meta principal da Coordenadoria de Ensino a Distância.

Ocupando-se desta meta, a Coordenadoria de Ensino a Distância prosseguiu no acompanhamento sistemático das medidas de regulamentação e legislação do Ministério da Educação e do acompanhamento do processo de credenciamento da instituição junto a esse órgão, iniciado em julho de 1999, quando ainda era uma assessoria. Em agosto de 2002, a Coordenadoria de Ensino a Distância recebeu e encaminhou a primeira Comissão nomeada pelo Ministério da Educação para avaliação e credenciamento de dois cursos seqüenciais, que obtiveram parecer favorável. No parecer ficou evidenciada a importância fundamental da Coordenadoria de Ensino a Distância no processo de Educação a Distância da PUC-Campinas.

O atual quadro do Ensino a Distância é resultado do processo histórico descrito, contando com incentivos da Reitoria, entusiasmo de professores e pesquisadores envolvidos na área de Tecnologia e Educação, aumento de mestres e doutores cujas dissertações e teses abordam o tema Ensino a Distância; envolvimento com outros pesquisadores da Universidade Estadual vizinha para troca de conhecimento e busca de crescimento; interlocução com Instituições que buscam a PUC-Campinas como referência para a prática de Ensino a Distância, o que permite uma auto avaliação, constatando limites e avanços.

O crescimento do Ensino a Distância na Universidade está representado pelos 08 cursos oferecidos atualmente conforme segue:

TABELA 2**QUADRO DEMONSTRATIVO DO ENSINO A DISTÂNCIA NA PUC-CAMPINAS
CURSOS OFERECIDOS ATUALMENTE**

Nível	Unidade	Curso
Especialização	CEATEC	Engenharia de Software (semipresencial)
Especialização	CEATEC	Gestão de Projetos (semipresencial)
Especialização	CEATEC	Gestão de Sistemas da Engenharia de Produção (semipresencial)
Especialização	CEATEC	Gestão Estratégica Tecnologias e Sistemas de Informação (semipresencial)
Especialização	CCH	Didática do Ensino na Educação Básica e Superior: o uso de Tecnologias em Multimeios (semipresencial)
Especialização	CCH	Educação e Gestão de Pessoas, Formação Continuada de Recursos Humanos (semipresencial)
Especialização	CCH	Gestão Educacional: Perspectivas da Práxis (semipresencial)
Sequencial	CEATEC	Formação Específica em Tecnologia da Informação

Dados extraídos do site www.puc-campinas.br/ead. CEATEC - Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnológico. CCH - Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

O Ensino a Distância na PUC-Campinas é integrado institucionalmente pela Coordenadoria de Ensino a Distância, subordinada à Reitoria. Essa modalidade de ensino vem sendo oferecida na Universidade, desde o início de 1998, com origem no Curso de Mestrado em Informática. Atualmente, a PUC-Campinas oferece cursos na modalidade semipresencial, mediados por computador, envolvendo alunos de diversas localidades do país, utilizando metodologia para o oferecimento dos cursos desenvolvida na própria Universidade.

Conforme definição adotada pela Coordenadoria de Ensino a Distância, entende-se que *"educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação."* (Artigo 1o. do Decreto no 2.494 que regulamenta o Artigo 80 da Lei no 9.394/96).

Nesse tipo de ensino, não há a necessidade da presença física do professor junto ao aluno. Dois conceitos surgem dessa característica: o de cursos totalmente a distância e o de cursos semipresenciais em que, geralmente, a maior carga horária

do curso é ministrada a distância e uma porcentagem menor é ministrada de maneira presencial. As aulas presenciais são utilizadas, principalmente, para as avaliações dos alunos. Existem opiniões favoráveis e desfavoráveis às duas formas na literatura. No caso brasileiro, o Ministério da Educação opta pela forma semipresencial, justamente pelo motivo da avaliação.

Os meios técnicos são utilizados como meio de comunicação (mídia) entre o professor e o aluno e, devido à existência de uma grande diversidade destes meios, dependendo do utilizado, ou da combinação deles, pode-se gerar uma maior ou menor interação entre o docente e o aluno. Esses meios também podem proporcionar, dependendo de quais são utilizados, uma independência não só de espaço físico (distância), como também de tempo, no caso da utilização de meios de comunicação assíncronos. Os meios técnicos, principalmente os que se utilizam de computação, também auxiliam na organização e no gerenciamento dos cursos.

A Educação a Distância para a PUC-Campinas, dependendo do método utilizado, permite que o aluno possa se desenvolver no seu próprio ritmo, limitado pela sua própria capacidade de aprendizagem e pelo seu tempo disponível para a dedicação ao aprendizado. Procura-se desenvolver no aluno a capacidade de aprender a aprender e aprender a fazer. Quem está envolvido com a Educação a Distância deverá estar consciente de que esta modalidade de ensino exige muito mais do aluno do que uma passividade frente à recepção de conhecimentos. Portanto, a instituição tem como visão da Educação a Distância que quem elabora um curso a distância deve fazê-lo de forma a motivar quem o recebe.

Na PUC-Campinas verificamos que há pesquisa para o desenvolvimento da Educação a Distância e podemos apontar o trabalho do

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Para criar a “*Universidade Católica do Brasil*” foi uma meta estabelecida pelos Bispos do Brasil e um sonho acalentado por Dom Sebastião Leme e Pe. Leonel Franca, S.J. Com este objetivo, em 30 de outubro de 1940, por meio do Decreto 6.409, foi criada a Sociedade Civil Faculdades Católicas, integrada na rede educacional da Companhia de Jesus, que mantém obras educacionais com a finalidade de contribuir para a missão evangelizadora da Igreja.

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro é uma instituição de direito privado que se rege por seu Estatuto e Regimento e pela legislação em vigor. Dedicada ao ensino, à pesquisa e à extensão, é uma universidade particular, confessional e comunitária.

Baseado nos estatutos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, o Marco Referencial, expõe a missão que traça os rumos da Universidade e também os compromissos que devem reger o comportamento de cada um dos que integram a comunidade universitária.

Segundo o Marco Referencial, em sua missão, a PUC-Rio de Janeiro prima pela produção e transmissão do saber, baseando-se no respeito aos valores humanos e na ética cristã, visando, acima de tudo, ao benefício da sociedade. A Universidade afirma o primado da pessoa sobre as coisas, do espírito sobre a matéria e da ética sobre a técnica, de modo que a ciência e a técnica estejam a serviço da pessoa humana.

A PUC-Rio de Janeiro busca a excelência na pesquisa, no ensino e na extensão para a formação de profissionais competentes, inseridos na realidade brasileira e formados para colaborar, por meio dos conhecimentos adquiridos, para a construção de um mundo melhor, de acordo com as exigências da justiça e do amor cristão.

A Universidade também se compromete com a verdade, o pluralismo cultural, o diálogo, a simplicidade no agir, a primazia do bem comum sobre os interesses individuais e o desenvolvimento do espírito de solidariedade.

Em todas as suas atividades, a PUC-Rio de Janeiro almeja colaborar na construção de uma sociedade baseada no respeito e na promoção de todos, de modo especial dos mais pobres e marginalizados, levando em conta os desafios que lhes são lançados pela situação social, política e cultural do Brasil e do mundo. Para tanto, constitui-se espaço para diálogo interdisciplinar e lugar privilegiado para a interrogação sobre o sentido da ciência e da vida.

Sua legitimidade como entidade particular, confessional e comunitária está fundamentada nos seguintes princípios estabelecidos pela Constituição da República do Brasil: 1) "*liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber*" (art. 206, II; 2), "*pluralismo de idéias e de concepções*

pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino" (art. 206, III). Inserida numa sociedade pluralista, a PUC-Rio de Janeiro tem sua identidade própria, fundamentada na concepção cristã do homem e do universo.

A Universidade destina todos os seus recursos à consecução dos objetivos definidos em seus Estatutos, a saber:

- A promoção da cultura, nos planos intelectual, estético, moral e espiritual, em função do compromisso com os valores cristãos e como instrumento de realização da vocação integral da pessoa humana;
- O desenvolvimento do ensino e aprofundamento da investigação e da pesquisa, para criar e difundir uma visão do Universo e do ser humano consciente da necessária unidade que deve reger a multiplicidade do saber;
- A formação de profissionais competentes, habilitados ao pleno desempenho de suas funções, com sentido de responsabilidade e participação;
- A inserção na realidade brasileira, colocando a ciência a serviço da comunidade e orientando suas atividades para a edificação de um mundo melhor, de acordo com as exigências da Justiça e do Amor;
- O intercâmbio e a cooperação com instituições educacionais, científicas e culturais, nacionais e estrangeiras, no intuito de emprestar universalidade ao sentido de sua missão.

Juntamente com os valores comuns a toda Universidade, a PUC-Rio de Janeiro se empenha de modo especial, no cultivo dos valores humanos e da ética cristã e afirma o primado da pessoa sobre as coisas, do espírito sobre a matéria, da ética sobre a técnica, de modo que a ciência e a técnica estejam a serviço da pessoa humana. Igualmente, reconhece-se como um espaço onde possa ser realizado o diálogo entre o conhecimento da razão humana e a fé cristã.

Em todas as suas atividades, a PUC-Rio de Janeiro, pressupondo que a obtenção de conhecimentos e sua transmissão justificam-se como fins em si mesmos, valorizados pelo compromisso com a verdade, essencial para o bem das pessoas, almeja:

- Encarnar a opção pela pessoa humana que a caracteriza desde a sua origem, e que hoje implica o compromisso de colaborar na construção de

uma sociedade baseada no respeito e na promoção de todos, de modo especial dos mais pobres e marginalizados;

- Constituir-se em espaço para diálogo interdisciplinar e lugar privilegiado para a interrogação sobre o sentido da ciência e da vida humana. Daí a valorização do diálogo da Filosofia e da Teologia com outras formas de saber, que possibilita a discussão da unidade e do sentido do conhecimento intelectual e científico, e do significado da existência humana;
- Definir o seu projeto universitário levando em conta os desafios que lhes são lançados pela situação sócio-político-cultural do Brasil e do mundo.

Pelo cultivo, no seio da comunidade universitária, dos valores expressos nesta carta, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro visa à promoção da cultura e do desenvolvimento integral de pessoas que revelem:

- ✓ Liderança, comprometida com a evangelização da cultura;
- ✓ Disponibilidade para servir, conforme o espírito evangélico;
- ✓ Seriedade e competência profissional constantemente atualizada mediante a formação permanente;
- ✓ Capacidade de perceber a realidade e sensibilidade às necessidades do outro e do bem comum;
- ✓ Compromisso de criar uma sociedade mais justa e fraterna;

A Universidade admite em seu corpo docente, discente e administrativo, pessoas de diferentes opções científicas, filosóficas, políticas e religiosas. Para viver o seu caráter de universidade católica, a PUC-Rio de Janeiro promove, também, a presença, em suas diversas áreas, de cristãos conscientes de sua fé, e dispostos a vivê-la e testemunhá-la nas suas atividades acadêmicas, administrativas e comunitárias. A entrada e permanência nos diversos quadros da universidade é uma opção livre e pessoal, que implica como atitude de coerência, o compromisso de respeitar os princípios orientadores da instituição e de se empenhar pela consecução de seus objetivos.

Consciente de sua missão educadora e da coerência consigo mesma, a PUC-Rio de Janeiro procura estruturar-se com eficiência para que os próprios métodos administrativos contendam uma dimensão pedagógica, e seja alcançada a eficácia no cumprimento de seus objetivos.

Ao educando, como agente e sujeito de sua própria formação, cabe uma participação e responsabilidade insubstituível no processo de aprendizagem e de desenvolvimento de todas as suas potencialidades. O empenho e esforço pessoal são a garantia principal de êxito. Aos seus alunos, a PUC-Rio de Janeiro visa proporcionar um ensino caracterizado pela busca da excelência e pela preocupação de assegurar a formação completa da pessoa, inspirada numa visão cristã do mundo marcada pelo senso de responsabilidade e de serviço ao bem comum.

A Educação na PUC-Rio de Janeiro pauta-se na busca da excelência e na formação integral do aluno, inspirada em uma visão de mundo marcada pelo senso de responsabilidade e de serviço ao bem comum. A Universidade destaca seu compromisso de contribuir eficazmente para a transformação da sociedade brasileira, no sentido de construir uma nação mais justa e livre, lutando contra a miséria e a desigualdade social.

A Universidade está cônica, porém, de que sua responsabilidade social deve exercer-se primordialmente através de suas atividades de ensino e pesquisa, colocando seu potencial acadêmico a serviço da comunidade. Ao contrário de permanecer isolada, alheia ao contexto que a cerca, a PUC-Rio de Janeiro se vê como parte dessa mesma sociedade, de seus anseios e necessidades; e está pronta para contribuir, como fonte de idéias e reflexões, para que haja a plena realização de todos como seres humanos e cidadãos conscientes da missão de aprimorar a sociedade, difundindo e lutando pelos direitos de todos, em particular pelo direito de acesso ao conhecimento em todos seus níveis.

A Universidade considera a participação política um direito e dever de cada um dos membros de sua comunidade, aos quais se impõe, contudo, que não envolvam a universidade, como instituição, em suas atuações e procurem sempre evitar cisões na convivência comunitária. Não compete tão pouco à Universidade assumir, enquanto instituição, posições político-partidárias. O pronunciamento da Universidade acerca de problemas políticos só se justificaria em circunstâncias excepcionais quando os valores humanos e cristãos que professa a comunidade universitária se vissem ameaçados.

Como Universidade Católica, a PUC-Rio de Janeiro assume claramente sua missão evangelizadora e de instrumento privilegiado da Igreja na pastoral da Cultura, procurando ser fiel à doutrina de Cristo, transmitida pela Igreja Católica.

A Coordenação Central de Educação a Distância (CCEAD) foi criada em 1999, pela portaria de nº 02/99, com intuito de funcionar como polo agregador dos trabalhos de Educação a Distância – na PUC-Rio de Janeiro e, desse modo, viabilizar o desenvolvimento, a coordenação, o apoio e a promoção das atividades de Educação a Distância, bem como se valer, da melhor maneira possível, dos conhecimentos existentes dentro da Universidade. Ressalta-se que, apesar de sua data de criação, somente em outubro de 2001, a CCEAD se tornou uma Coordenação Central subordinada à Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos da PUC-Rio de Janeiro. Nesse período é possível destacar, dentre suas diversas realizações, a obtenção, por meio da Portaria número 4.207, de 17 de dezembro de 2004, do Ministério da Educação, do credenciamento da PUC-Rio de Janeiro para o oferecimento de cursos de Pós-graduação *lato sensu* a distância nas suas áreas de competência acadêmica. Em 29 de novembro de 2005, teve seu credenciamento ampliado para a oferta de Cursos Superiores a distância por meio da Portaria nº 4.071.

Ao atuar em Ensino, Pesquisa e Extensão, a CCEAD PUC-Rio de Janeiro tem como fundamento o desenvolvimento de práticas voltadas para a criação, aperfeiçoamento e divulgação de conhecimentos em Educação a Distância, seguindo os indicadores de qualidade não somente em relação aos cursos, mas a toda sua estruturação. Os principais objetivos da CCEAD são:

- Desenvolver programas, projetos e cursos, desde a fase de implantação da cultura de Educação a Distância, planejamento e desenvolvimento até a fase de avaliação;
- Capacitar professores dos departamentos da Universidade e de outras instituições, no intuito de serem capazes de desenvolver cursos a distância;
- Criar oportunidades para o crescimento de um trabalho a distância;
- Acompanhar e dar apoio tecnológico e pedagógico aos cursos a distância;
- Promover projetos de pesquisa sobre novos modelos pedagógicos, recursos e tecnologias para a Educação a Distância;
- Participar de convênios e parcerias com empresas e outras instituições de ensino para promover a Educação a Distância.

Atendendo ao objetivo de promover projetos de pesquisa sobre novos modelos pedagógicos, recursos e tecnologias para a Educação a Distância, a CCEAD criou a linha de pesquisa Cooperação e Avaliação em Educação a Distância. O grupo é reconhecido pela instituição e consta da base de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

A CCEAD atua com as seguintes categorias de curso, a saber, extensão, especialização, graduação, apoio ao presencial (graduação e pós-graduação) e corporativos. Segue abaixo os cursos oferecidos pela CCEAD.

TABELA 3
CURSOS OFERECIDOS PELA PUC-RIO DE JANEIRO

CURSO	HABILITAÇÃO	RECONHECIMENTO
Licenciatura em História	Graduação	Portaria no. 4071 de 29/11/2005
Tecnologias em Educação	Especialização	Portaria no. 4071 de 29/11/2005
Currículo e Prática Educativa	Especialização	Portaria no. 4071 de 29/11/2005
Formação política para cristãos leigos e leigas	Especialização	Portaria no. 4071 de 29/11/2005
Formação Política para cristãos leigos e leigas	Extensão	Portaria no. 4071 de 29/11/2005
Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Extensão	Portaria no. 4071 de 29/11/2005
Design Didático	Extensão	Portaria no. 4071 de 29/11/2005
MARC 21- Formato autoridade	Extensão	Portaria no. 4071 de 29/11/2005
MARC 21 – Formato bibliográfico	Extensão	Portaria no. 4071 de 29/11/2005
Data Warehouse	Extensão	Portaria no. 4071 de 29/11/2005
Ética	Extensão	Portaria no. 4071 de 29/11/2005
Ética Empresarial	Extensão	Portaria no. 4071 de 29/11/2005
História da África	Disciplina de Graduação	Portaria no. 4071 de 29/11/2005
Projeto de Sistemas de Software	Disciplina de Graduação	Portaria no. 4071 de 29/11/2005
Processamento de Dados	Disciplina de Graduação	Portaria no. 4071 de 29/11/2005
Projeto de Sistemas de Informação	Disciplina de Graduação	Portaria no. 4071 de 29/11/2005
Processo de Construção de Conhecimento na Escola	Disciplina de Graduação	Portaria no. 4071 de 29/11/2005

Dados fornecidos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

A responsabilidade social é parte integrante dos princípios e valores da Universidade. O compromisso social da PUC-Rio de Janeiro se manifesta não apenas dentro da instituição, por meio do Ensino, da Pesquisa e da vida e atividades comunitárias, mas também, e cada vez mais, mediante sua presença e atuação nas comunidades necessitadas que a circundam.

Os cursos a distância da CCEAD PUC-Rio são acessados por um ambiente virtual de aprendizagem. No ambiente é possível entrar em contato com os conteúdos e ter uma interação com colegas e orientadores (professores e mediadores) durante todo o processo de ensino-aprendizagem.

A interação, nesse caso, propicia a formação de comunidades virtuais de aprendizagem, o que leva a uma troca de idéias e experiências, enriquecendo todo o processo com a participação de colegas, professores e mediadores.

É assim que, através desse ambiente, os alunos constroem o conhecimento e que os professores os acompanham.

As informações e orientações para uso do ambiente de aprendizagem são disponibilizadas para os alunos no início de cada curso.

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

A Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais afirma-se, hoje, como uma das maiores instituições de ensino superior do Brasil, destacando-se não só pela qualidade acadêmica, nos campos de ensino, pesquisa e extensão, mas também por manter, ao longo de sua história, um perfil institucional que a singulariza. Sua identidade institucional, construída e reafirmada ao longo de 45 anos de existência da Universidade, estabelece-se tanto pela continuidade de ações, como pela coerência destas com os princípios educativos e filosóficos definidos desde o momento de sua fundação.

Afirmar a identidade da PUC Minas Gerais não significa desconhecer as transformações pelas quais a Universidade passou ao longo de sua história. Ao contrário, é perceber o seu incessante e necessário aprimoramento, para que ela continue a dialogar, de forma consequente, reflexiva e proativa, com a realidade em rápida transformação, na qual está inserida. Ao mesmo tempo, é também recuperar e reconhecer a continuidade na mudança, a conservação de valores e sentidos que interferem na coerência às transformações processadas pela instituição.

A proposta de criação de uma Universidade Católica de Minas Gerais foi gestada até o final da década de 40 do século XX, quando então o Arcebispo de Belo Horizonte, Dom Antônio dos Santos Cabral, lança oficialmente essa idéia nas comemorações do seu trigésimo aniversário de sagração episcopal. O primeiro passo nesse sentido foi a incorporação, pela Sociedade Mineira de Cultura, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria – fundada em 1943 – destinada à formação de professores, com cursos de Filosofia, História, Geografia, Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Pedagogia. Essa faculdade passa a ser a célula inicial das Faculdades Católicas de Minas Gerais, cuja atividade se iniciam em

1949, à qual veio juntar-se a Escola de Serviço Social criada pelo Pe. Aginaldo Leal. O patrimônio adquirido pela Escola, ao longo de seus doze anos de existência, garantiu, ao Ministério da Educação, a possibilidade de criação a Universidade Católica de Minas Gerais, oficializada em 12 de dezembro de 1958.

Já nesse momento inaugural algumas posições e princípios foram assumidos como norteadores da Universidade. Destaca-se inicialmente, que a partir do núcleo fundador da Universidade, sua escolha por uma formação humanista, o que não significa dizer que a PUC Minas opta por uma área do conhecimento em detrimento das demais. Sugestivo é seu início com o acolhimento do projeto de humanidades, aspectos que se define pela escolha de uma educação que não se reduz apenas à formação de técnicos para o mercado, mas se orienta para a formação quem tem como foco o homem, na sua integridade de sujeito reflexivo, ativo e comprometido com o mundo.

A Universidade Católica de Minas Gerais teve vários momentos marcantes, mas o que merece destaque foi quando no ano de 1983 que foi feita a elevação da Universidade à condição de Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Nesse momento o Arcebispo de Belo Horizonte, Dom José Resende Costa, reafirma o compromisso da Universidade com a promoção e a da melhoria da sociedade.

Levando-se em conta os traços que conformam a Universidade, bem como a realidade e seus desafios do presente, o ensino da PUC Minas pretende formar um profissional preparado para o exercício pleno da cidadania, em todas as suas dimensões, comprometido com a realidade brasileira, no sentido de buscar soluções humanistas e democráticas para os problemas enfrentados no nosso país. Desse modo, pretende-se a formação de um sujeito que:

- Saiba ler a realidade criticamente, mantenha-se sempre informado, interprete o mundo com autonomia, sendo capaz de produzir pensamentos e ações novos para um mundo em constante mudança;
- Participe e colabore, de maneira criativa, na construção de uma sociedade mais justa, com desenvolvimento sustentável, lutando contra a tendência de ser mera peça de uma engrenagem que não entende e menos ainda domina;
- Invista, de forma sistemática, na sua formação continuada, incorporando as contribuições científicas e tecnológicas, com

competência para explorar parte desse imenso potencial na democratização do conhecimento;

- Espose visão de mundo que contemple, respeite e valorize a diversidade das experiências humanas, condição essencial para a prática da vida democrática.

O desenvolvimento dessas capacidades constitui a finalidade dos diferentes cursos da PUC Minas. A educação nos cursos da instituição, vista sob essa prisma, tende a se tornar um processo de re (construção) de conhecimentos, procedimentos e valores.

O projeto da Universidade se alinha ao perfil ao deslocamento da visão de um processo de ensino e aprendizagem de filiação empirista para outra que contemple a complexidade da relação entre o ato de ensinar e o ato de aprender. Nessa direção, as recentes sistematizações das ciências da cognição, com o seu amplo aspecto de alianças, podendo constituir a via de sustentação para os pressupostos expressos nesta ação, os quais devem orientar a ação educativa nos cursos da Universidade.

Os princípios da Universidade podem ser destacados por orientações nas suas ações, em consonância as suas normas estabelecidas, onde é possível relacionar abaixo;

- Fidelidade à doutrina cristã e respeito aos princípios da Igreja Católica, em seu compromisso missionário para com a educação superior.
- Promoção do bem comum e da dignidade da pessoa humana.
- Promoção da formação solidária, interdisciplinar e humanística, orientada por uma perspectiva ética, cristã e católica, respeitadas a autonomia universitária e a liberdade acadêmica.
- Compromisso com a inclusão e a justiça social.
- Integração e pluralismo na articulação e nas concepções de ensino, pesquisa e extensão, respeitados os projetos pedagógicos e as diretrizes fixadas pelos órgãos de deliberação superior.
- Valorização do mérito acadêmico.

A Diretoria de Ensino a Distância da PUC Minas foi criada pela Portaria da Reitoria nº 035/99, de 20 de agosto de 1999. Em 04 de agosto de 2000, a Portaria foi submetida ao Conselho Universitário, que a aprovou através da Resolução nº 06/2000.

Estruturalmente, a Diretoria está ligada diretamente com a autoridade máxima da universidade, o que lhe confere maior flexibilidade e dinamismo.

A missão conferida pela Universidade à Diretoria de Ensino a Distância, mais conhecida pelo nome de PUC Minas Virtual, foi a de ser um setor de suporte, pedagógico e tecnológico aos projetos de educação à distância. Com essa finalidade, a partir de setembro de 1999, iniciou-se a constituição de uma equipe interdisciplinar, composta fundamentalmente de engenheiros especialistas em produção e criação de material multimídia e em informática, comunicadores com experiência em televisão e pedagogos e educadores com larga e sólida experiência em ensino superior, além do indispensável apoio administrativo.

A intenção do trabalho do Ensino a Distância foi de procurar, sempre, inteirar-se dessa modalidade de educação, seja no Brasil ou no exterior. A partir desses estudos, são propostos os cursos, sempre buscando atender às demandas sociais e do mercado de trabalho.

Passados dez anos da implantação, a PUC Minas Virtual acumula uma experiência bastante sólida. Fundamenta sua ação em uma metodologia que alia as inovações tecnológicas na área da comunicação e informação a uma orientação pedagógica e didática adaptada a essas novas ferramentas de difusão do conhecimento. Convicta de que esse é um processo importante e irreversível de flexibilização e democratização do ensino, a PUC Minas está investindo largamente recursos próprios para que o ensino a distância por ela praticado tenha a marca de qualidade que caracteriza todas as suas atividades.

A visão dos idealizadores da PUC Minas Virtual da educação a distância, é que por meio desse processo de aprendizagem é que se constitui, hoje, um dos mais potentes instrumentos de difusão do conhecimento de qualidade. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, com enormes desigualdades inter-regionais e sociais, essa modalidade de ensino torna acessível a todos o conhecimento atualizado, superando barreiras territoriais.

Nesses termos, o desenvolvimento da educação a distância vem permitindo aos países ampliar as oportunidades educacionais, especialmente de jovens e adultos excluídos do processo formal de aprendizagem. Simultaneamente, oferece novas perspectivas de formação continuada para aqueles que pretendem especializar-se ou atualizar-se em suas áreas de competência ou interesse.

É inegável que o surgimento e a disseminação das novas tecnologias da informação e da comunicação favoreceram o rápido avanço da educação à distância. De um modo geral, a escola terá que absorver essas novas tecnologias que, progressiva e aceleradamente, farão parte da vida das pessoas.

Os desafios da educação a distância são múltiplos. Os papéis do professor e do aluno, por exemplo, precisam ser redefinidos. No projeto institucional da PUC Minas Virtual, a função docente abrange a autoria do material didático, orientação, coordenação e avaliação do processo de aprendizagem e construção do conhecimento do aluno. Deste, por sua vez, espera-se que exerça e desenvolva sua autonomia intelectual, disciplina e vontade de aprender.

Professores e alunos, geograficamente distantes, interagem por intermédio dos sistemas de comunicação atualmente disponíveis. No mundo de hoje, portanto, a distância não mais representa obstáculo para a educação.

A PUC Minas Virtual conta com 12 polos de apoio presencial: Belo Horizonte - Barreiro e São Gabriel - Arcos, Betim, Contagem, Guanhães, Juiz de Fora, Mariana, Pirapora, Poços de Caldas, Serro e Teófilo Otoni.

Nas cidades onde a PUC Minas não possui unidade física, os polos existem graças a parcerias com instituições de ensino das cidades. Os polos são uma extensão da PUC Minas Virtual. Neles, os estudantes têm o apoio e a orientação da Secretaria Acadêmica local e lá realizam as provas e encontros presenciais.

Nas últimas três décadas a PUC Minas vêm desenvolvendo práticas extensionistas, tais como ações científicas, culturais e educativas, que possibilitam a interlocução da universidade com a sociedade, a participação de diversos segmentos sociais em suas ações, contribuindo para a promoção da cidadania, a inclusão e o desenvolvimento social e demonstrando um grande dinamismo e criatividade.

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

A Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, fundada em 14 de março de 1959, é uma das maiores universidades privadas do Estado do Paraná. Ela é fruto do sonho bonito dos pioneiros que acreditavam que a educação é o melhor caminho para a construção de um mundo mais justo e solidário. Hoje, aquele sonho continua sendo acalentado por tantas gerações de novos educadores que fazem de sua tarefa educativa um modo de contribuir com a comunidade curitibana, paranaense e com o próprio país, oferecendo educação integral de qualidade.

O trabalho educativo inspira-se no lema “*Scientia, vita et fides*”, que significa o nosso empenho em integrar a preocupação com a ciência, com a vida e a com a fé. Assim, a instituição procura cumprir sua missão a partir de sua tríplice identidade, que corresponde à sua natureza de *universidade católica* e *marista*. Abertos ao pluralismo e ao diálogo com todas as pessoas, culturas e religiões, oferecemos também o nosso contributo na formação de pessoas e jovens comprometidos em ser bons profissionais e cidadãos responsáveis.

A Pontifícia Universidade Católica do Paraná, orientada por princípios éticos, cristãos e maristas, tem por missão desenvolver e difundir o conhecimento e a cultura e promover a formação integral e permanente dos cidadãos e profissionais comprometidos com a vida e com o progresso da sociedade.

A visão da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, de acordo com seu planejamento estratégico, é ser reconhecida, até o ano de 2022, como uma Universidade de Classe Mundial, caracterizada por apresentar principalmente as seguintes características: corpo docente de elevada qualidade; reputação em pesquisa; estudantes talentosos; presença internacional; uso adequado de recursos; alianças e redes de cooperação; abrangência em diferentes áreas do saber; competência avançada em tecnologia; boas práticas de gestão; internacionalização em todos os aspectos da universidade.

Os valores são definidos como princípios que guiam a vida da organização e são associados a um conjunto de normas e regras compartilhadas. Desta forma, os valores professados são invariantes para todas as pessoas e todas as organizações que dela fazem parte. São eles:

- **Presença**

Acreditamos que o exemplo de vida é o meio mais eficaz na construção de um ser humano pleno. Por isso, buscamos estar próximo das pessoas, inculturando-nos em suas realidades, valorizando e cultivando os laços de cuidado e ternura, solicitude e afabilidade, e construindo uma sólida relação de confiança marcada por uma presença atenta e acolhedora.

- **Espírito de família (Sensibilidade Comunitária)**

Construímos, entre as pessoas, uma relação de parceria ativa, acolhendo-as e compreendendo-nos como diferentes e complementares. Valorizamos a construção coletiva, a autonomia responsável a flexibilidade, a ajuda mútua e o perdão. Ousamos construir comunidade, com alegria, e fazer dela FONTE de vida.

- **Justiça**

Pautados nos valores cristãos, fazemos o bom uso de todos os bens e recursos em vista da formação integral do ser humano e do bem comum. Empenhamo-nos concretamente com a solidariedade, imperativo ético de nossos tempos que dignifica e emancipa os sujeitos.

- **Espiritualidade**

Nossa espiritualidade é marial e apostólica, prática, relacional e afetiva, fundamentada no Evangelho, sendo Maria a inspiradora de nosso jeito de ser e atuar. Constrói o modo como compreendemos o mundo, a natureza, as pessoas, Deus e como nos relacionamos com eles. É a força propulsora de nossa vida.

Os objetivos e metas a seguir ordenados foram elaborados pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, por meio de análise criteriosa do ambiente interno e externo, e visam a ajustar a instituição à nova realidade socioeconômica brasileira. A consecução destes objetivos deverá auxiliar na manutenção da Pontifícia Universidade Católica do Paraná em seu tradicional patamar de excelência em ensino, pesquisa e extensão e contribuir para o cumprimento de sua filosofia.

É preciso enfatizar que o ensino tem sua gênese na necessidade de aprender e sua constatação, por meio da avaliação, permite sua reestruturação e realimentação. Daí ser imprescindível sempre avaliar a ambos: o ensino e a

aprendizagem. A aprendizagem é considerada como centro do processo de formação na educação superior. Portanto, um dos princípios para o trabalho no ensino superior é desenvolver processos de aprendizagem que preparem os alunos para que estejam aptos a agir nas circunstâncias com as quais se depararão no futuro.

Para a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, ensinar e aprender são processos diferentes que acontecem com diferentes pessoas (professor e aluno), mas interdependentes, pois não existe ensino sem aprendizagem. O que define o trabalho educacional é a relação entre o que o professor faz e o que acontece com a aprendizagem dos alunos. Nesse sentido, o ensino na Universidade pressupõe que a pesquisa seja fundamento para sua efetividade.

A modalidade de Ensino a Distância da Pontifícia Universidade Católica do Paraná é nomeada por PUCweb. É o programa de cursos a distância via Internet da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, criado para estudar através de um ambiente virtual de aprendizagem e contando com o apoio de uma equipe de professores atuando diretamente no ambiente.

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Em 1904, usando as instalações da Igreja Nossa Senhora do Rosário, foi aberta a Escola Nossa Senhora do Rosário, sendo pároco o Monsenhor Hipólito Costabile. A transferência do Colégio Nossa Senhora do Rosário para a Praça Dom Sebastião, esquina com a Avenida Independência, ocorreu em 1927. A instituição destacava-se por sua Escola Superior de Comércio, dirigida pelo Irmão Afonso (Charles Désiré Joseph Herbaux). A pedido dos alunos, que se formavam peritos contadores e desejavam continuar seus estudos em nível universitário, fundou-se a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, em março de 1931, com nove alunos. Era o primeiro passo para a constituição da Universidade, da qual Ir. Afonso foi o precursor.

O projeto dos Irmãos Maristas foi conduzido pela visão do Irmão Afonso, com a colaboração do Irmão Faustino João e dos professores Eloy José da Rocha, Elpidio Ferreira Paes, Salomão Pires Abrahão, Francisco Juruena, Irmão José Otão e Antônio César Alves, entre outros. Em 1940, foi fundada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, seguida pela Escola de Serviço Social, no ano de 1945, e pela

Faculdade de Direito, em 1947. Com as quatro faculdades, a União Sul Brasileira de Educação e Ensino (USBEE), entidade civil dos Irmãos Maristas, requereu ao Ministério da Educação a equiparação de universidade.

Pelo Decreto nº 25.794, de 9 de novembro de 1948, assinado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, as faculdades passaram a constituir a Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a primeira criada pelos Irmãos Maristas no mundo. Em 8 de dezembro de 1948, o Arcebispo de Porto Alegre e Chanceler da Universidade, Dom Vicente Scherer, deu posse à primeira Administração para o triênio de 1948 a 1951, que teve à frente o Reitor Armando Pereira da Câmara e o Vice-Reitor Irmão José Otão.

A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul é uma instituição comunitária de educação superior, que atua no ensino, na pesquisa e na extensão, em permanente interação com a sociedade, visando à formação de cidadãos responsáveis, autônomos, inovadores e solidários, com vistas ao desenvolvimento científico, cultural, social e econômico. Como instituição integrante da sociedade civil, a PUCRS reconhece os valores democráticos e republicanos do Estado de Direito, respeitando os direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana. É regida por seu Estatuto, por seu Regimento Geral e pelas normas jurídicas em vigor, tendo como referência de sua identidade a fé cristã e a tradição educativa marista, e atuando constantemente na promoção e proteção do ser humano, da vida e do ambiente.

Na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul oferece curso na modalidade à distância, nos cursos presenciais, porém disciplinas semipresenciais, integral ou parcialmente a distância, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso (Portaria MEC 4.059/04).

A Portaria MEC 4.059/04 caracteriza “a modalidade semipresencial como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota”.

As disciplinas oferecidas na modalidade semipresencial devem estar definidas no Projeto Pedagógico do Curso e podem ser oferecidas integral ou

parcialmente a distância, com atividades de avaliação presencial (§ 3º do art. 1º da Portaria MEC 4.059/04).

A modalidade de Educação a Distância, é oferecida nos cursos de Enfermagem, Nutrição e Fisioterapia-PUCRS, e tem como objetivo a flexibilização curricular e a adequação às novas demandas tecnológicas e de aprendizagem, preparando o aluno a desenvolver habilidades contextualizadas no seu tempo e a construção do conhecimento no ambiente virtual, por meio da aprendizagem colaborativa.

A proposta de ofertas de disciplinas, na modalidade semipresencial, baseia-se em cinco características descritas no manual sobre Disciplinas Semipresenciais nos Cursos de Graduação e nos Cursos Sequenciais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: aprendizagem colaborativa, educação on-line e interação multidirecional, instituição de ambiente virtual de aprendizagem, presencialidade virtual, e flexibilidade temporal e espacial.

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

O projeto de criação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás — PUC Goiás — foi concebido, em 1948, pelo Arcebispo D. Emmanuel Gomes de Oliveira. Ainda nesse ano, instituiu-se a Sociedade de Educação e Ensino de Goyaz, com o objetivo de instalar, manter e administrar a recém-criada Faculdade de Filosofia. Essa iniciativa dá início à formação do Núcleo Universitário, composto de faculdades e escolas criadas ou mantidas pela Arquidiocese de Goiânia.

Universidade de Goiás nasceu, em 1959, como as demais Universidades brasileiras, da incorporação ou do agrupamento de faculdades ou escolas isoladas. Em 1957, o primeiro Arcebispo de Goiânia, D. Fernando Gomes dos Santos, convidou os Jesuítas para gerir a futura Universidade. Em 1958, a Arquidiocese de Goiânia criou a Sociedade Goiana de Cultura — SGC — com a função de mantenedora da futura Universidade. No final da década, as condições históricas — com a iminência da criação de Brasília, a necessidade de formar quadros que viabilizassem o Plano de Metas do governo e a inserção pastoral na área de ensino, pela Igreja Católica, na Região Centro-Oeste, propiciou a assinatura, em 17 de outubro de 1959, do Decreto nº 47, exarado pelo então Presidente da República,

Juscelino Kubitschek, que criou a Universidade de Goiás, primeira Universidade do Estado e do Centro-Oeste.

A década de 1960 caracterizou-se pela afirmação da missão e da identidade confessional e pela organização da estrutura jurídica e patrimonial da Universidade. Nesse contexto, por meio do Decreto Presidencial n. 68.917, de 19 de julho de 1971, a Universidade de Goiás passou a denominar-se Universidade Católica de Goiás — UCG.

Em consequência da Reforma Universitária implantada pela Lei 5.540/68, a Universidade Católica de Goiás redefiniu sua estrutura, criando os departamentos em substituição às faculdades e centralizando a administração acadêmica, patrimonial e financeira, mediante a criação de vice-reitorias.

No final da década de 1970 e início dos anos 80, ocorreu um crescimento considerável na demanda de candidatos ao ensino superior. A Universidade Católica de Goiás, com 269%, supera a média nacional de crescimento que foi de 150%. Os padres jesuítas afastam-se da administração da Universidade Católica de Goiás em 1979, a Arquidiocese de Goiânia passa a responsabilizar-se pela gestão da Instituição.

A partir de então, sintonizada com o projeto político da transição democrática do País e articulada com os setores mais críticos e progressistas da Igreja, a Universidade Católica de Goiás construiu uma nova proposta de Universidade, reorientando seu projeto acadêmico a partir de um conjunto de princípios reunidos em um documento intitulado “As Grandes Linhas e os Critérios Operacionais da Universidade Católica de Goiás”, que passaram a servir como referencial para a definição dos eixos constitutivos de sua identidade. Sua divulgação desencadeou um processo de discussão acerca do papel da Universidade Católica de Goiás na sociedade e contribuiu para a sua configuração enquanto Universidade católica, comunitária, filantrópica, pluralista e participativa.

A Pontifícia Universidade Católica de Goiás — PUC Goiás —, orientada pelos princípios de excelência acadêmica e compromisso social, fundamentada na sua identidade católica, comunitária e filantrópica, tem por missão produzir e socializar o conhecimento, colaborar para a difusão da cultura universal e promover a formação humana integral.

Os principais objetivos que a instituição viabiliza para os alunos, estão destacados a seguir;

- Promover o ensino, a pesquisa e a extensão, de modo a contribuir para a defesa da dignidade humana, o respeito à herança cultural e ao desenvolvimento das ciências, das tecnologias, das artes, das culturas e das religiões.
- Elaborar, programar e gerenciar programas de desenvolvimento socioeconômico e cultural, para o desenvolvimento social dos povos, da defesa da vida, do meio-ambiente, colocando a ciência e a tecnologia a serviço de uma construção social justa e solidária.
- Formar profissionais de nível superior dotados de autonomia, de espírito crítico e criativo, capazes de inserir-se no mundo do trabalho e de contribuir para o desenvolvimento das diversas áreas do conhecimento.
- Estimular e promover a pesquisa, visando à produção e à difusão da ciência e da cultura na busca de soluções dos problemas sociais e humanos.
- Estimular e promover programas de extensão para estabelecer o diálogo com a sociedade na busca de soluções para seus problemas, divulgação do conhecimento científico, das artes e da cultura.
- Estimular o processo de formação continuada para aprimorar o conhecimento, desenvolver aptidões e auxiliar no desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo.

Ao longo de seus 50 anos de existência, a PUC Goiás, pioneira no ensino superior no Centro-Oeste, procurou convergir suas ações para a prática educativa, objetivando formar profissionais competentes, criativos, críticos e éticos.

Na sua trajetória, sempre participou das transformações da sociedade brasileira e, mais proximamente, da região Centro-Oeste, reiterando sua visão humanista e cristã da realidade. Pela sua história, consciente dos desafios que lhe são postos na atualidade, a PUC Goiás vem buscando fortalecer-se como instituição de ensino superior, articulando com responsabilidade a qualidade do ensino, de pesquisa e extensão, mantendo coerentemente a identidade de Universidade comprometida com a sociedade em que se insere.

Enquanto dimensão constitutiva do processo educativo, o ensino deve priorizar o desenvolvimento integral e a formação cidadã como princípios fundantes das relações humanas. Portanto, os cursos de graduação da PUC Goiás são mobilizados a propiciar aos estudantes a vivência da vida científica, política e cultural como espaços significativos de construção da autonomia intelectual, possibilitando a leitura crítica e a ação sobre os fundamentos do conhecimento. Contrapondo-se à racionalidade instrumental e rompendo com uma visão restrita de formação, a Universidade promove o ensino, tendo como referência a razão crítica.

A política de ensino na PUC Goiás tem como referencial os princípios que lhe conferem identidade, quais sejam, sua opção pela inclusão social e pelo desenvolvimento econômico que se apoia na justiça social.

A prática educativa orientada pelos princípios explicitados ganha uma configuração que decorre da busca pela construção de uma sociedade democrática. Desta forma, no plano de suas relações internas a Instituição adota o modelo de gestão colegiada que tem as Unidades Acadêmico-Administrativas como espaço de decisão e formulação dos projetos de ensino, das propostas pedagógicas, das inovações curriculares, não apenas na sua composição, mas na forma como opera para a sua consecução.

Em 1997, por intermédio da Coordenação de Educação Aberta e a Distância, a UCG inicia o Programa de Graduação Itinerante com o oferecimento de cursos de graduação na modalidade à distância. Tendo atuado até a presente data em cinco Polos fixados nas cidades de Santa Fé, Inhumas, Valparaíso, Jaupaci e São Luiz de Montes Belos, formando aproximadamente 900 alunos em cursos de Licenciatura e Administração de Empresas.

Os objetivos da Coordenação de Educação Aberta e a Distância é Constituir o lócus de orientação e organização na modalidade de educação à distância nesta Instituição de Ensino Superior, propondo e coordenando todas as ações para a implementação dessa modalidade de educação em consonância com as diretrizes pedagógicas, articulando as áreas de ensino, pesquisa e extensão de modo a integrar-se ao projeto político-pedagógico da PUC-Goiás.

TABELA 4

**DADOS DOS CURSOS OFERECIDOS NO ENSINO A DISTANCIA NAS PONTIFÍCIAS
UNIVERSIDADES CATÓLICAS DO BRASIL**

Nº Alunos	Tutores	Metodologia	Instituição	Cursos
300 alunos formados 150 alunos matriculados	O Professor: É o responsável pela estruturação pedagógica do curso e o tutor da disciplina.	Os cursos são ministrados totalmente à distância. Algumas graduações tem opção pela portencentagem de 20% nas disciplinas na modalidade à distância	PUC-SP	Graduação Extensão Especialização
500 alunos formados 300 matriculados	O Professor: É o responsável pela estruturação pedagógica do curso. O Mediador é o principal responsável pela interação.	Os cursos são ministrados totalmente à distância. Algumas graduações tem opção pela portencentagem de 20% nas disciplinas na modalidade à distância	PUC-Rio	Graduação Extensão Latu-Sensu
200 alunos formados 50 matriculados	Professores que ministram as disciplinas O Professor: É o responsável pela estruturação pedagógica do curso e o tutor da disciplina.	Os cursos não são totalmente à distância, 25% das aulas são presencias, e o restante 75%, são virtuais.	PUC-Campinas	Sequencial
6000 alunos formados Atualmente 600 alunos matriculados	Grupo de Apoio a Educação a Distância Ambiente Virtual de Ensino e de Aprendizagem Institucional Professor e Tutores	Os cursos são ministrados totalmente à distância. Algumas graduações tem opção pela portencentagem de 20% nas disciplinas na modalidade à distância	PUC-Rio Grande do Sul	Graduação Extensão Especialização
500 alunos formados e 150 alunos matriculados	Professores que ministram as disciplinas O Professor: É o responsável pela estruturação pedagógica do curso e o tutor da disciplina.	Os cursos são ministrados totalmente à distância. Algumas graduações tem opção pela portencentagem de 20% nas disciplinas na modalidade à distância	PUC-Goiais	Graduação Extensão Especialização
250 alunos formados e 225 alunos matricuados	Professor: idealizador e responsável pela disciplina de cada curso. Tutores e Monitores: desenvolvimento do curso	Os cursos não são totalmente à distância, 25% das aulas são presencias, e o restante 75%, são virtuais.	PUC-Paraná	Extensão Especialização
1000 alunos formados e 370 alunos matriculados	Professor: idealizador e responsável pela disciplina de cada curso. Tutores: desenvolvimento do curso	Os cursos são ministrados totalmente à distância. Algumas graduações tem opção pela portencentagem de 20% nas disciplinas na modalidade à distância	PUC-Minas Gerais	Graduação Pós-Graduação

Dentro das características apresentadas no texto teórico, às instituições de ensino abordadas no quadro acima, somente a PUC-Rio Grande do Sul apontou um procedimento de ensino a distância, que não cotempla a realidade da Educação Humanista, visando somente à quantidade de alunos matriculados nos cursos. Essa consideração foi possível ser feita, por meio das considerações descritas pelo autor Rogers (2005) analisado no capítulo 2 deste trabalho. Onde o aluno deve interagir o tempo todo no ambiente de aprendizagem definido pela instituição de ensino, em constantes aspectos dinâmicos possibilitando que o tutor/professor esteja presente em tempo quase que real em seu desenvolvimento. Na PUC-Rio Grande do Sul, a prática pedagógica da Educação a Distância é desenvolvida por um grupo de Apoio ao aluno, ou seja, não ocorre a prática que é desenvolvida nas outras instituições de ensino, onde é possível verificar que existe um professor/tutor para cada disciplina ministrada. Assim, nas outras instituições o número é reduzido de alunos matriculados e formados, porém a dinâmica aplicada contempla o diálogo que se torna extremamente relevante nessa interação.

A relação de professor/tutor e aluno nas instituições de ensino pesquisas, classificadas como satisfatórias no ponto de vista da Educação Humanista, foi possível verificar na abordagem de sua metodologia de ensino a distância, que a proposta é que o professor/tutor encaminhe, oriente e motive o aluno, dentro do ambiente de aprendizagem. Os alunos são motivados a interação e estabelecido nessa parceria uma construção do conhecimento, proporcionando a autonomia para essa construção do conhecimento. São valorizadas cada relação democráticas existentes entre ambas as partes, por meios dos fóruns, das atividades onde existe a prática de discussões em grupo onde o professor/tutor sempre é o intermediário. Existe também uma preocupação com a teoria e a prática, e a realidade na qual cada aluno está inserido. Permitindo que seja aberto um espaço para que a construção da autonomia crítica e reflexiva do aluno, tornando-o um sujeito ativo e que participa de todo o processo de ensino.

Como destacado anteriormente pelo autor Landim (1997), temos que evidenciar a diferença dos termos: ensino e educação, sendo o ensino algo que está ligado à atividade selecionada como um treinamento a uma determinada instrução. No termo Educação temos a explicação que o termo trata-se da prática educativa e ao processo de ensino e aprendizagem, onde possibilita que o aluno aprender, saber, pensar, inovar, construir conhecimentos, assim sendo um processo de humanização

que é o objetivo real na ação educativa de uma relação dialógica e pedagógica, que foram possíveis ser vistos nas instituições de ensino pesquisas, na educação a distância.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa representa o interesse e a preocupação pelo desenvolvimento da Educação a Distância, sobretudo no tocante à autonomia exigida, permitida e idealizada para os estudantes da educação a distância, mais especificamente.

Percebeu-se então que, as tecnologias aplicadas a Educação à distância proporcionam maior flexibilidade e acessibilidade à oferta educativa, fazendo avançar na direção de redes, distribuição, conhecimento e métodos de aprendizagem inovadores, contribuindo para a criação dos sistemas educacionais do futuro.

Entretanto, serão alcançados em escala e com qualidade, estudantes, jovens e trabalhadores adultos, em seus domicílios e locais de trabalho, beneficiando a todos que precisarem combinar trabalho e estudo durante suas vidas.

A Educação a Distância desponta como modalidade do futuro, provavelmente vivendo novas etapas, com ênfase na integração de meios, em busca de melhor e maior interatividade. Este sistema já vem sendo configurado, à medida que as tecnologias apoiam a mesma, tornando disponíveis e obtendo ampliadas oportunidades de acesso à educação, cultura, desenvolvimento profissional e pessoal.

A Educação a Distância é uma das alternativas desta modalidade de ensino, sendo concebidos novos programas, tecnologias e adquirindo bons resultados. Espera-se que essa pesquisa documental, venha esclarecer dúvidas e que com isso possibilite atendimento de qualidade e acesso a todas as pessoas que necessitem do ensino a distância, contribuindo para a sua evolução.

Conclui-se que não há um modelo único de Educação a Distância, mas sim parâmetros que devem ser cumpridos para dar qualidade, visibilidade e credibilidade ao de ensino a Distância no Brasil. As Instituições de Ensino Superiores devem focar em oferecer a melhor maneira de desenvolver o aprendizado em sua instituição, visando ao levantamento dos recursos tecnológicos de que dispõe, revisando a proposta didático-metodológica que embasa seu referencial teórico e preparando o quadro docente e discente para este novo paradigma educacional.

Atualmente, outros desafios surgem para consolidar a Educação a Distância no Brasil. Dentre eles, o delineamento de uma política pública objetiva, consistente e

continuada, que incentive e valorize esta modalidade de ensino e, em decorrência, que propicie a disponibilização de mecanismos institucionais, de capacitação docente para a atuação competente nos diferentes cursos e programas a distância.

Na análise da trajetória já consolidada em outros países pode apontar caminhos e minimizar as dúvidas que, porventura, ainda existam na possibilidade da difusão da Educação a Distância no Brasil, amenizando a carga cultural negativa de que o 'ensino por correspondência' destinava-se às classes populares, e a Educação a Distância, por ser dispendiosa e elitizada, só está ao alcance dos mais privilegiadas, ou ainda, que a Educação a Distância é um curso fácil, que não exige requisitos nem esforços nos estudos discentes.

Dentro das inquietações centrais do meu interesse, procurei verificar as visões e características empregadas em todas as Pontifícias Universidades Católicas do Brasil em especial da Educação a Distância, onde foi possível analisar que as instituições de ensino superior pesquisadas nesse trabalho, oferecerem os cursos de Graduação, Extensão e Especialização na modalidade totalmente à distância e semipresencial.

A PUC-São Paulo, PUC-Rio de Janeiro, PUC-Rio Grande do Sul, PUC-Góias e PUC-Minas Gerais oferecem cursos totalmente à distância, sendo aplicadas em algumas disciplinas dos cursos de Graduação e Especialização aulas semi presenciais. Enquanto a PUC-Campinas e PUC-Paraná só oferecem cursos semipresenciais.

As instituições mantiveram suas visões e compromissos solidificados nas explicitações feitas no texto teórico apresentada de cada instituição. Conforme explicitado na tabela 4, de modo geral às instituições de ensino pesquisadas, de acordo com o número explicitados nos dados colhidos, o número de alunos formados e matriculados, em especial a PUC- Rio Grande do Sul mostrou-se que não está totalmente coerente com as visões e características apresentadas em seu Projeto de Desenvolvimento Institucional e com a Educação Humanista. Não focando o aprendizado direcionado ao aspecto humanístico e com a qualidade prevista em seu projeto educacional.

A percepção das outras seis instituições de ensino, foi positiva no sentido, trilhando o caminho nos aspectos e visões apresentadas, aplicando suas concepções humanísticas no oferecimento do Ensino a Distância em suas grades de

cursos. De acordo com o modelo apresentado nesse estudo de Educação a Distância, as PUC-São Paulo, PUC-Campinas e PUC-Góias têm desenvolvido um trabalho relevante com destaque às visões e concepções declaradas em seu Projeto Desenvolvimento Institucional. Com a dedicação e preocupação na qualidade do ensino e não em sua quantidade, assim podemos verificar que foi mantido o objetivo dessa aprendizagem que é respeitar o aluno no seu ambiente, mesmo não sendo na modalidade presencial, não deixando de capacitar e solidificar o ensino aplicado. Pelos dados documentais, foi possível considerar que os aspectos de facilitar o acesso à Educação, socialização do conhecimento e suprir as exigências do ensino, foi concretizada pelas PUCs evidenciadas em seu trabalho eficaz (PUC-São Paulo, PUC-Campinas e PUC-Góias). É também relevante enfatizar que a plataforma de ensino aprendizagem utilizadas nessas instituições, tiveram destaque merecidos, pois foi de muita importância para o bom andamento do Ensino a Distância.

É relevante que constatar nesse trabalho que não houve desmerecimento na análise das Pontifícias Universidades Católicas do Brasil quando informado da não “coerência” no seu oferecimento de Educação a Distância. A intenção desse trabalho é de relatar o modo que é oferecido o ensino a distância, para que possamos obter o entendimento de como está sendo aplicado.

Foi possível constatar que por meio da Educação a Distância, ocorre uma contribuição visando à democratização do acesso ao conhecimento às diferentes camadas da sociedade, podendo viabilizar a sua participação no processo produtivo material e cultural. Trata-se de uma democratização relativa, pois depende do acesso aos recursos inerentes: tecnologia de comunicação.

A Educação a Distância, literalmente é a interação dos alunos com a sociedade e com o professor e, essa troca de informações entre os grupos são essenciais para que ocorra a aprendizagem, buscando a construção de conhecimentos por todos os envolvidos ativamente neste processo. Isso foi identificado e constatado nas instituições de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICA

- ALVES, L. NOVA, C. **Educação à distância**: uma nova concepção de aprendizado e interatividade. São Paulo: Futura, 2009.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2 ed. rev. atual. São Paulo. Moderna, 1993.
- ARETIO, L. G. **Rendimiento académico y abandono en la educación superior a distancia**. Madrid: UNED, 2002.
- BALLALAI, Roberto (org.). **Educação a Distancia**. Serie Cooperação Técnico e Cultural. Centro educacional de Niterói, Niterói, 1991.
- BARBOSA, Vanderlei. **Pensamento Católico e Universidade**. Campinas: Dissertação de Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1999.
- BELLON, Maria Luiza. **Educação à distância**. Campinas, Autores Associados, 1999.
- BELLONI, Isaura. **Função da universidade: notas para reflexão**. In: *Universidade e Educação*. Campinas, Ed. Papirus, 1992.
- BORBA, Marcelo de Carvalho. MALHEIROS, Ana Paula dos Santos. ZULATTO, BRASIL. Lei N. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. **Diário Oficial da União**. Brasília. 23 de dezembro de 1996.
- BRASIL. MEC. Secretaria de Educação a Distância. *Decreto Nº 5.622, De 19 de Dezembro de 2005*. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o que dispõem os arts. 80, § 1o, e 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. In Regulamentação da EAD no Brasil. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seed>> Acesso em: 02/05/2012.
- BRASIL.SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.
- CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da Igreja**. Rio de Janeiro. Vozes, 1995.
- CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. **História das universidades**. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 1996. il. (Universitas). Título original: Histoire de suniversités.

COSTA, Maria Lygia S. Magalhães. Educação a Distância e formação de educadores. **Est. e Persp.**, Rio de Janeiro, nº 21/22, 1986.

CUNHA, Luis Antonio. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. S.A., 1980.

CUNHA, Luis Antonio. **A Universidade Crítica: o ensino superior na republica populista**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Flexibilidade e avaliação na LDB**. In Seminário o que muda na educação brasileira com a nova Lei de Diretrizes e Bases? Anais. São Paulo, 1997. São Paulo, FIESP/SESI/SP/SENAI/SP, 1997.

FORMIGA, Marcos. LITTO, Fredric C (orgs) **Educação a Distância, o estado da Arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 2. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 13 ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1983.

GARDNER, Howard. **Estruturas da mente: A teoria das inteligências múltiplas**. Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 1994.

GONZALES, Mathias. **A arte da sedução pedagógica na tutoria em EAD**. In: Fundamentos da tutoria em educação a distância. São Paulo: Avercamp, 2005.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2009.

KEARSLEY, Greg. **Designing educational software for international use**. Journal of Research on Computing in Education, v. 23, n.2, 1990.

HOLMBERG, B. **Guided didactic conversation in distance education**. In D. Sewart, D. Keegan, and B. Holmberg (Eds.), Distance education: International perspectives London: Croom Helm. 1977.

JEZINE, Edineide e BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Globalização e políticas de ensino superior: as lutas sociais e A lógica mercantilista. Rede Ibero-Americana de Investigação em Política de Educação**. Publicado em Dezembro de 2008.

KEEGAN, D. (1991): **Foundations of distance education**. Londres, Routledge.

LANDIM, Cláudia Maria das Mercês Paes Ferreira. **Educação a distância: algumas considerações**. Rio de Janeiro: RJ, 1997.

LITTO, Fredric M. **Educação à distância e a USP**. Disponível em: <http://www.futuro.usp.br>.

LOBO NETO, Francisco J.S. (org) **Educação a Distância: referências e trajetórias**. Brasília; Plano Rio de Janeiro, ABT, 2001.

MAIA, Carmem. MATTAR, João. **ABC da EaD**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MAKI, William S., MAKI, Ruth. Learning without lectures: a case study. **The Computer**, 1997.

MARTINS, Onilza B. **A educação a distancia e a democratização do saber**. Petrópolis: Vozes, 1991.

MORAIS, Regis de. **A universidade Desafiada**. Campinas, São Paulo. Editora: Unicamp, 1995.

MOORE, Michel G., KEARSLEY, Greg. **Distance education: a systems view**. Belmont (USA) :Wadsworth Publishing Company, 1996.

MORAN, José Manuel. **Educação a distância no Brasil**. Disponível em:<http://www.slideshare.net>

MORAN, José Manuel. **O que é educação à distância**. Disponível em:<http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>. 2002 / 2009.

NUNES, Ivônio B. (1992a) "**Educação à Distância e o Mundo do Trabalho**"**Tecnologia Educacional**. v.21 (107) . jul/a o 1992, Rio de Janeiro, ABT.

OLIVEIRA, Gomes. VILLARDI, Raquel. **Novas tecnologias e desenvolvimento cognitivo**. In: Tecnologia na educação: uma perspectiva sócio interacionista. Rio de Janeiro: Dunya, 2005.

PETERS, O. **Didática do ensino a distância**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

PRETI, Oreste (org). **Educação a Distância: construindo significados**. Brasília, Plano/Cuiabá, NEAD-UFMT, 1996.

PIAGET, J. **A epistemologia genética: sabedoria e ilusões da filosofia; problemas de psicologia genética**. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, (Coleção Os Pensadores), 1983.

ROGERS, Carl. **Sobre o Poder Pessoal**. São Paulo: Martins Fontes, 3. ed. 1989

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da educação no Brasil**. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade: nove séculos de História**. Passo Fundo: UPF, 2005.

RUBIA, Barcelos Amaral. **Educação a Distância online**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007.

SILVA, Marco. (org.) **Educação Online**. São Paulo: Editora Loyola, 2003.

SOUSA, L.M. W. **Espaços Educativos: usos e construções**. Brasília, MEC, 1998

TEIXEIRA, Anísio. **Uma perspectiva de Educação Superior no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro: INEP / Julho de 1968.

VASSELAI, Conrado. **Universidades confessionais no ensino superior brasileiro: identidade, contradições e desafios**. Tese de Doutorado em Educação. Unicamp, Campinas, SP. 2001.

VIANEY, João.; TORRES, Patrícia.; SILVA, Elizabeth. **A universidade virtual no Brasil: o ensino superior no país**. Tubarão: Editora Unisul, 2003.

VIANNEY, João. **Universidade virtual: a virtualização dos serviços acadêmicos no ensino presencial e a criação de um novo conceito para o ensino superior a distância**. In: O ensino superior em transformação. Eunice Ribeiro Durnham e Helena Sampaio (org.) São Paulo, Nupes/USP, 2001.

VIANNEY, João, BOLZAN, Regina, RODRIGUES, Rosângela Schwarz, FALCÃO, Dênia. **Flexibilidade - ambiente de indeterminação no mundo do trabalho**. Florianópolis, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

ZENTGRAF, Maria Cristina S. Rocha. **Cursos de especialização e aperfeiçoamento a distancia: uma questão de credibilidade**. Rio de Janeiro, Uerj, 1988.

WILLIS, Barry. **Distance education at a Glance**(1996) Series of Guides prepared by Engineering Outreach at the University of Idaho.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. www.pucsp.br

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. www.pucrio.br

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. www.puc-campinas.edu.br

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. www.pucminas.br

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GÓIAS. www.pucgoias.edu.br

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. www.pucrs.br

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PARANÁ. www.pucpr.br